

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

MÁRCIA JACOBY

A CONFIGURAÇÃO DA ALTERIDADE NO PROCESSO GRUPAL

PORTO ALEGRE

2006

MÁRCIA JACOBY

A CONFIGURAÇÃO DA ALTERIDADE NO PROCESSO GRUPAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Antonio Carlos

Porto Alegre

Maio de 2006.

MÁRCIA JACOBY

A CONFIGURAÇÃO DA ALTERIDADE NO PROCESSO GRUPAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Sergio Antonio Carlos – Orientador
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Profa. Dra. Marisa Faermann Eizirik

Profa. Dra. Maria Lúcia Andreoli de Moraes
(Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Profa. Dra. Regina Orgler Sordi
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Porto Alegre, maio de 2006.

Dedico esta dissertação à Anildo
Alberto Jacoby, meu pai!
(in memorium)

“El sujeto no es sólo un sujeto relacionado, es un sujeto producido en una praxis. No hay nada en él que no sea la resultante de la interacción entre individuo, grupos y clases.”

Enrique Pichon-Rivière

“No importa lo que hicieron de un hombre. Importa lo que él hace de aquello que hicieron de él.”

Jean-Paul Sartre

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de reconhecimento de todas as pessoas que compartilharam comigo a elaboração desta dissertação. É poder registrar os nomes daquelas pessoas que deixaram as marcas de afeto e carinho e mostraram que a construção do conhecimento é possível quando há parceria neste percurso.

Inicio agradecendo ao Sergio Antonio Carlos, meu orientador, que aceitou o desafio de se aventurar comigo nos estudos psicossociais e filosóficos do tema da alteridade no processo grupal. Pelo seu bom humor para fazer os assinalamentos necessários para minha caminhada de pesquisadora. E, principalmente, por valorizar minha trajetória pessoal e profissional.

A todos os integrantes do grupo do PETI, agradeço por acreditarem na minha proposta de qualificação profissional e por me proporcionarem a aproximação de suas histórias de vida.

Da mesma forma, meus agradecimentos à Equipe Técnica e Gerência do Centro Regional de Assistência Social Eixo Baltazar, pela permissão e apoio para efetivar minha pesquisa.

Agradeço ao Alexandre e à Priscila, colegas do Mestrado, que me acolheram com carinho e que dividiram comigo a angústia dos momentos de incerteza com o meu objeto de estudo.

Obrigado ao corpo docente do PPG de Psicologia Social e Institucional, principalmente às Professoras Rosane Neves da Silva, Marisa F. Eizirik e aos Professores Henrique C. Nardi e Luiz Eduardo R. Achutti, pelo enriquecimento que me deram através dos aportes de suas experiências diante de meus impasses investigatórios.

À Profa. Rosa Hessel Silveira, do PPG de Educação da UFRGS, pela sua dedicação e gentileza em trazer contribuições bibliográficas para a minha aprendizagem sobre o tema da alteridade. Acima de tudo, mostrou-me a excelência da interlocução para o crescimento pessoal.

Um agradecimento especial para minha mãe Nelga que reiterou, inúmeras vezes, a importância de seguir estudando. E também ao meu irmão Marcelo e minha cunhada Rose que sempre disseram ser este o meu caminho.

E, finalmente, agradeço de coração ao Kaito, pelo companheirismo incansável em todas as etapas desta construção, mas, principalmente pelo seu amor.

SUMÁRIO

RESUMO	009
ABSTRACT	010
INTRODUÇÃO	012
1. A MANIFESTAÇÃO DA ALTERIDADE NA EXPERIÊNCIA DE GRUPALIZAÇÃO DOS SUJEITOS	019
1.1 A EXISTÊNCIA DO EU, <i>EM-SI</i> E <i>PARA-SI</i> , NA INTENCIONALIDADE DA CONDIÇÃO DO SER	021
1.2 ESPACIALIDADE E TEMPORALIDADE DA PRESENÇA DO HOMEM NO MUNDO	026
1.3 VÍNCULO COM O OUTRO E EXPERIÊNCIA DO OLHAR	029
1.4 O CORPO NA COMPREENSÃO DO EU E DO OUTRO	032
1.5 LIBERDADE DA ESCOLHA NO PROJETO DO <i>HOMEM EM SITUAÇÃO</i>	035
1.6 A PRÁXIS E A NECESSIDADE DE EXECUÇÃO DA TOTALIDADE DO SUJEITO HISTÓRICO	038
1.7 NECESSIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE UM GRUPO PARA A NEGAÇÃO DA SERIALIDADE	041
1.8 O ESTABELECIMENTO DA ALTERIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁXIS GRUPAL	046
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	055
2.1 UNIVERSO DA PESQUISA E A CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA	063
2.2 INSTRUMENTO DE ACESSO AO MATERIAL DA INVESTIGAÇÃO ...	067
2.3 TRAJETO PARA O PROCEDIMENTO ANALÍTICO DO MATERIAL DA PESQUISA	072
3. O ENTENDIMENTO DA ALTERIDADE E SUAS EXPRESSÕES NO ÂMBITO GRUPAL	078
3.1 A EXPERIÊNCIA DA RELAÇÃO EU-OUTRO	078

3.1.1 A concepção do Eu: o conhecer-se e o reconhecer-se dos sujeitos	079
3.1.2 A existência do Outro na configuração do vínculo com a realidade humana	094
3.2 AS REFERÊNCIAS DA PRESENÇA HUMANA NO MUNDO	105
3.2.1 A dimensão da temporalidade na trajetória de vida	105
3.2.2 O corpo na revelação do Eu e do Outro	111
3.3 A ALTERIDADE E A NOÇÃO DE <i>SER</i> E DE <i>FAZER COM</i> COMO FUNDAMENTO DA TOTALIDADE DOS SUJEITOS	115
3.3.1 As escolhas e as decisões da vivência e da convivência	116
3.3.2 A necessidade como produção da estrutura vincular	122
3.3.3 A práxis na apropriação da realidade	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
APÊNDICES	150
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	151
Apêndice B – Modelo de Crônica	152
Apêndice C – Quadro de análise do processo grupal	169

RESUMO

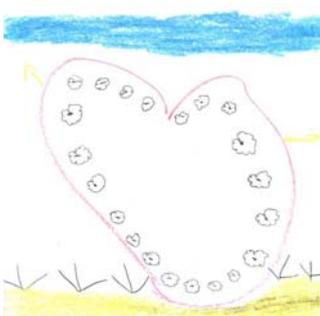
Esta dissertação investiga o tema da configuração da alteridade no processo grupal. A revisão teórica toma como base as argumentações de Jean-Paul Sartre e Enrique Pichon-Rivière e de autores que se inscrevem neste mesmo tema. Estas argumentações propiciaram a compreensão da relação Eu-Outro com o terceiro e em conexão com o entorno, pela experiência do corpo na temporalidade que marca o estabelecimento do vínculo entre os sujeitos. Este vínculo se materializa na escolha intencional da experiência compartilhada na execução do projeto da totalidade humana. Nos procedimentos metodológicos está delimitado o universo desta investigação — grupo de sujeitos vinculados ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) do Centro Regional Eixo-Baltazar de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Porto Alegre — e descreve-se o instrumental de operacionalização desta pesquisa com o relato da inserção da pesquisadora neste universo e o registro da devolução analítica das questões temáticas para os sujeitos. A sistematização dos conteúdos dos registros, oriundos dos encontros grupais, está estruturada por três questões norteadoras e suas respectivas temáticas, referentes à alteridade no processo grupal. Com isso, o pertencimento dos sujeitos a um grupo viabiliza o entendimento dos pressupostos que designam o Eu e o Outro no cotidiano da humanidade. Esse entendimento reafirma os propósitos da condição do homem na sua liberdade de protagonismo para constituir a sua existência.

Palavras-chave: alteridade, processo grupal, vínculo, temporalidade, espacialidade, existência.

ABSTRACT

This paper is about an investigation on the theme involving alteration configuration in the group process. The theoretical review takes as base the argumentations of Jean-Paul Sartre and Enrique Pichon-Rivière besides other relevant authors on this matter. These argumentations have provided understanding on the I-Other relationship with the third person and in connection with the environment, from the experience of the body in the temporality that marks the establishment of bond between the subjects. Such bond is materialized in the intentional choice of the experience shared in the performance of the human totality project. The methodological procedures outline the universe of this investigation – a group of subjects linked to the Infantile Labor Eradication Program (PETI) of Baltazar Section Regional Center of Social Assistance of the City Hall of Porto Alegre, Brazil – and describes the operational tooling of this research with the report on the researcher insertion within this universe and the record on the analytical return of the theme issues to the subjects. The systematization of the contents of the registers deriving from the group meetings is structured by three guiding issues and their respective themes regarding the alteration factor in the group process. Therefore, the fact that the subjects belong to a group makes viable the understanding of the presuppositions that appoint the I and the Other in the daily life of humanity. This understanding reaffirms the intentions of the man condition in his protagonist role in order to constitute his existence.

Key words: alteration factor, group process, bond, temporality, space factor, existence.



INTRODUÇÃO

Durante a graduação de Serviço Social, procurei estudos que me aproximassem da intervenção junto aos sujeitos despossuídos de acesso aos direitos básicos do cidadão e privados dos bens e serviços que lhes permitissem sua realização cidadã na sociedade. Acompanhei os processos decisórios da sociedade brasileira desde meu primeiro trabalho profissional, em 1988, no Programa de Apoio aos Meninos e Meninas de Rua (PROAME)¹, naquele momento histórico do País, de abertura democrática e organização da sociedade civil, construindo novos parâmetros da vida societária, até minha inserção no Movimento Nacional de Meninos (as) de Rua, com a luta pela aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Estas experiências trouxeram certezas, inquietações e a necessidade de ampliar meus conhecimentos teórico-práticos para respondê-las.

Instigavam-me as dimensões sociopolíticas dos sujeitos e o significado das relações humanas. Em 1990, fui monitora na disciplina de Educação Popular do Curso de Serviço Social da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e confirmei meu interesse pela docência e pelo trabalho com grupos. Nesse mesmo

¹ Organização não Governamental que atende crianças e adolescentes que fazem da rua seu espaço de sobrevivência, desenvolvendo ações nas comunidades de origem desta população de São Leopoldo - RS.

ano, integrei o corpo docente do Curso de Serviço Social da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), fazendo a supervisão acadêmica na área escolar.

Em 1991, iniciei a especialização em Saúde Comunitária², apropriando-me do ensino e da prática nas áreas da Educação e Saúde, o que me levou a participar da organização do Congresso Nacional de Medicina Geral Comunitária, no auge da luta antimanicomial. Nesse Congresso, conheci professores e profissionais do Curso de Psicologia Social de Buenos Aires que me entusiasmaram a explorar minhas inquietações teórico-metodológicas no marco dos pressupostos de Pichon-Rivière e vivenciar outra realidade político-econômica e cultural. Para tanto, elaborei um projeto de intercâmbio entre a ULBRA e a Escola de Alfredo Moffatt, de Buenos Aires.

Em 1992, ingressei no Curso de Psicologia Social da Escola de Alfredo Moffatt, conhecendo as perspectivas das relações interpessoais e os desafios de viver a totalidade humana. Conclui essa formação e fixei residência na Argentina, operacionalizando a aprendizagem da Psicologia Social e do Serviço Social, na área da docência e da saúde. No ano seguinte, ingressei na residência em Saúde Pública³ no Hospital Nacional de Pediatria da capital Argentina e na docência do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Lomas de Zamora na Província de Buenos Aires.

No ano de 1993, organizei o Curso de Coordenação de Grupos na Universidad Popular de La Boca de Buenos Aires com profissionais oriundos da Escola de Alfredo Moffatt. Até 1995, continuei como professora convidada, na

² Programa de Residência para profissionais da Saúde na Unidade Sanitária Murialdo vinculada à Secretaria Estadual da Saúde e Meio Ambiente do RS.

³ Permaneço por seis meses, conforme contrato.

Universidade Federal de Lomas de Zamora e até 2000, na Universidad de La Boca. Sem dúvida, percebia os intercruzamentos dessa aprendizagem dos conteúdos teórico-metodológicos para minha vida pessoal e profissional e o significado dessas questões em cada iniciativa que empreendi.

Retornando ao Brasil, no final de 1995, retomei a docência na ULBRA e organizei a Associação de Psicologia Social Internacional (APSI), em Porto Alegre, vinculada à Escola de La Boca, com o Curso de Coordenação de Grupos. Ávida por compartilhar estas vivências e complementar meus estudos, dediquei-me à pesquisa da aprendizagem e à constituição de grupos, em ambos os espaços acadêmicos.

O ato de investigar o processo de aprendizagem e o processo grupal gerou a sistematização das vulnerabilidades sociais dos sujeitos e da conformação das relações grupais. Essas produções me conduziram para a conexão dos pressupostos filosóficos com a sustentação dos delineamentos psicossociais. Em virtude disso, em 1998, iniciei o doutorado em Filosofia pela Universidad de León – Espanha, estudando a relação Eu-Outro e a constituição da práxis, na perspectiva de Jean-Paul Sartre.

Em 2000, percebi que era indispensável ocupar espaços de intervenção direta com a população, pois, a atuação exclusiva na docência acadêmica produzia hiatos em relação à realidade dos sujeitos. Assim, integrei o quadro técnico da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com o planejamento e a execução de ações, utilizando o instrumental de entrevistas e de trabalho grupal.

É desafiador sistematizar, academicamente, os conteúdos que se referem ao meu cotidiano técnico-profissional e verificar o entrelaçamento dessas produções. Essas experiências estiveram atravessadas por momentos de muita surpresa e novas perguntas.

No ano de 2003, fui à Universidad de León, na Espanha, para a orientação de Tese com Dra. María Isabel Lafuente e para buscar material bibliográfico. Esse momento me apontou a necessidade de investigar as implicações dos conceitos da alteridade nas relações grupais e de redimensionar a estrutura da Tese. Ao refletir sobre minha caminhada de pesquisadora, encontrei a expectativa de ter um espaço de discussão e produção desses conceitos, no âmbito da Psicologia Social. A adesão à Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional decorreu do caminho que percorri para investigar esse objeto, entendendo a relação Eu-Outro no âmago da ação humana constituída também no processo grupal.

A sistematização do material dos inúmeros grupos em que intervi, compostos por usuários da Assistência Social e por alunos da formação acadêmica, e o aprofundamento teórico pertinente foram relevantes para re-significar minha trajetória. Constantemente, os integrantes desses grupos expressavam a reflexão do significado da co-existência na condição humana.

As expressões “aqui no grupo me desconheço”, “já não sei mais o que é meu e o que é do outro”, e “porque aqui, no grupo, sou diferente?”, foram alguns exemplos de falas que revelaram o questionamento da alteridade e do processo grupal. Mais surpresa me trouxe a similitude dessas expressões, considerando a diversidade de trajetória histórica dos integrantes desses grupos. Com essa reflexão,

vislumbrei a exploração de olhares possíveis da relação Eu-Outro pela inter-relação dos delineamentos psicossociais com os pressupostos filosóficos.

Essas interrogações iniciais conformaram o objeto de estudo desta pesquisa que resultou na abordagem da questão central desta dissertação: a configuração da alteridade no processo grupal. Assim, explorei um conjunto de conceitos inscritos nos conhecimentos, que dispunha de minhas anteriores pesquisas para abordar metodicamente o problema de pesquisa, e nos conhecimentos factíveis de serem produzidos e fornecidos pela própria compreensão deste problema posto pelo real ou de problemas nele existentes.

A busca de resposta a essas interrogações visou, também, identificar os parâmetros que orientaram o estabelecimento da alteridade na relação dos sujeitos e de mim mesma, na qualidade de pesquisadora, no acontecer dos encontros grupais. Além disso, visou à compreensão das manifestações do protagonismo desses sujeitos.

Concluída a pesquisa, apresento aqui a sistematização da investigação, estruturada em três capítulos e as considerações finais. O primeiro capítulo apresenta a revisão teórica que sustenta os conceitos pertinentes ao tema central e retoma as questões de pesquisa formuladas no Projeto. Este percurso teórico toma como base, as argumentações de Jean-Paul Sartre e Enrique Pichon-Rivière e de autores que se inscrevem neste mesmo tema.

No segundo capítulo descrevo o trajeto dos procedimentos metodológicos da operacionalização investigatória do objeto de estudo, delimito o universo e o instrumental de apreensão do material da pesquisa e as etapas analíticas do seu

conteúdo. Também narro minha inserção no campo de pesquisa com as visões dos integrantes do grupo sobre ela e relato o momento quando fiz a devolução da análise das questões temáticas para os seus produtores, os sujeitos da pesquisa.

Na seqüência, o terceiro capítulo é o registro da leitura do conteúdo dos relatos dos sujeitos da pesquisa e do entendimento da pesquisadora à luz das contribuições do referencial bibliográfico. Este capítulo está estruturado pela exposição das três questões norteadoras e suas respectivas temáticas referentes à alteridade no processo grupal.

A primeira questão norteadora é a experiência da relação Eu-Outro e engloba a organização das temáticas da concepção do Eu e da existência do Outro. Nela informo o eixo do conhecimento e do reconhecimento do Eu e do Outro, numa relação situada com o entorno e identificada na existência compartilhada nos princípios da noção do *nós*.

A segunda questão norteadora é sobre as referências da presença humana no mundo, composta pelas temáticas da dimensão da temporalidade e da revelação do corpo. Neste ordenamento enfatizo a noção da materialidade do projeto de *vir a ser* do homem pela apropriação das atribuições da consciência e do esquema corporal, numa temporalidade das relações com o entorno.

E, a última questão norteadora é da alteridade e da noção de *ser* e de *fazer com*, integrada pelas temáticas das escolhas e das decisões, da necessidade e da práxis. Este agrupamento temático corresponde à ação empreendida pelos integrantes do grupo no enfrentamento das suas necessidades e permeada pelas

escolhas e decisões comprometidas com a vontade própria e alheia, para a intervenção na realidade.

Nas considerações finais, traço uma síntese que reflete o intercruzamento dos conceitos elaborados para clarear a constituição do tema de estudo. Exponho a possibilidade de abordar a alteridade no processo grupal para entender os pressupostos que designam o Eu e o Outro e que regem o cotidiano da humanidade. Com certeza, estas considerações ampliam a compreensão deste tema e sugerem novas questões a serem investigadas.

Finalizando esta apresentação, informo que ao longo desta dissertação, insiro desenhos produzidos pelos sujeitos da pesquisa com o intuito de ilustrar suas produções e dar-lhes um lugar de protagonismo.

1. A MANIFESTAÇÃO DA ALTERIDADE NA EXPERIÊNCIA DE GRUPALIZAÇÃO DOS SUJEITOS

O questionamento sobre a alteridade instigou diversas áreas de conhecimento, na busca de pontos de elucidação quanto ao destino da humanidade. A interrogação crucial da relação Eu-Outro, empreendida por Jean-Paul Sartre (1998), implica o



exame da existência de um Ser constituído, identificado na convivência com os outros, num mundo construído de objetos e ações, marcado pela consciência na realidade sociohistórica. Isto se tornou fundamental, quando houve a ameaça iminente à sobrevivência humana, no período da 2ª Guerra Mundial e, atualmente, nos inúmeros conflitos sociais e políticos vividos pela população mundial.

Na perspectiva sartreana, os parâmetros que regem as relações humanas adquiriram relevância, porque é no encontro entre os seres que ocorre a identidade e o sentido do Ser. É o que esse filósofo denomina de *homem em situação* na sua relação original, estabelecida a partir do encontro entre os sujeitos, ação esta expressa nas condições dadas socialmente.

O esclarecimento sobre a questão da alteridade também fez parte do itinerário do pensamento de Enrique Pichon-Rivière (1997). Sua investigação também indagou a postulação do *homem em situação*, isto é, nas suas experiências vividas através da articulação dos seus vínculos estabelecidos com pessoas, lugares e fatos. Sua interrogação parte da constatação de que a realidade socioeconômica, pautada em modelos de alienação e segregação, condiciona as características do

processo de aprendizagem da realidade no qual subjaz a problemática da própria constituição do sujeito enquanto constitui a realidade.

Os pressupostos teórico-metodológicos pichonianos embasam o que posteriormente será o fundamento de uma das vertentes latino-americanas da Psicologia Social. Seu esquema conceitual entende a inter-relação dialética do homem com o meio, realizando, ao mesmo tempo, o reconhecimento do seu mundo interno como cenário de objetos e relações internalizadas e a construção da realidade exterior.

A manifestação da identidade e da consciência do Ser ocorre através do elemento decisivo do ser visto e do voltar-se a si mesmo, ou em outras palavras, esta manifestação é dada na relação com o Outro. Concomitantemente, estes são os parâmetros para fundar as interpretações do entorno, armadas pela condição posicional do homem no mundo.

Ambos os autores fazem seus recortes temáticos tratando de demarcar a noção de alteridade presente na configuração do espaço societário. Para a aproximação do tema da alteridade, partem da condição de perda da centralidade do Eu. Isto ocorre mediante a constatação da existência do Outro na posição central do meu universo, como elemento de desintegração e de fuga permanente das coisas. O universo, agora, revela-se na convivência, no mútuo reconhecimento dos sujeitos.

Assim, esses autores convergem seus estudos para a análise do processo grupal, registrando o caráter filosófico-histórico e psicossocial da organização dos grupos. O tratamento das questões relacionadas ao tema central desta Pesquisa – a configuração da alteridade no processo grupal – torna indispensável à exposição de

conceitos, principalmente os sartreanos e os pichonianos. Da mesma forma, as contribuições de outros autores que se inscrevem nesse mesmo tema, permitem precisar os fundamentos que ampliam o entendimento deste objeto de investigação.

1.1 A EXISTÊNCIA DO EU, *EM-SI* E *PARA-SI*, NA INTENCIONALIDADE DA CONDIÇÃO DE SER

A pergunta de Sartre (1998) sobre a revelação do Ser o leva a caracterizá-lo através da noção de *em-si* e de *para-si*. O ser-em-si é descrito como aquilo que é idêntico no sentido de *consigo mesmo* e o ser-para-si corresponde à consciência, ou seja, aquilo que não é, e não sendo aquilo que ele é.

A concepção do Eu pressupõe a conexão com o entorno, além de referir-se ao retorno que o sujeito faz ao *si mesmo*. O sujeito efetua a distância necessária para se conectar e retornar ao *si mesmo*, através da experiência da consciência, enquanto consciência *de algo*.

Nesse sentido, Sartre declara que o homem se pergunta por sua situação, defrontando-se com o *Nada*, para alterar sua relação com o *Ser-em-si*. O fato de defrontar-se com o *Nada*, representado no não-existente ou na incompletude do Ser, decorre da própria revelação do Ser e da possibilidade de *não ser*, ou seja, a sua negação. Porque o Ser “de início, não é nada: só posteriormente será alguma coisa e será aquilo que ele fizer de si mesmo” (SARTRE, 1987, p. 6), ou seja, será produto de seus fazeres.

Em outros termos, é o Ser que funda o *Nada* e empenha-se em segregá-lo, em virtude disto, para ser de outro modo. A contingência de *em-si* é porque “não

conhece, pois, a *alteridade*: não se põe jamais como *outro* [...] não pode manter relação nenhuma com o outro”⁴ (SARTRE, 1998, p. 36). Nesta noção, a negação faz aparecer o *em-si* como o que é dado que se transforma em motivo, pelos atributos do *para-si* que se define e se temporaliza na ação e na intenção de negar-se enquanto *Nada*.

Conforme Pichon-Rivière (1997, p. 34), a experiência do *em-si* é denominada de *como se*, ou seja, quando o sujeito dissocia o pensar do agir e do sentir e vive “uma burla de si, seu ‘negativo’”⁵. Nesta situação não se reconhece, é um estranho, pois “lhe falta a revelação de si mesmo, sua denominação como homem”.

Nessa intenção o Ser necessita superar sua determinação estática transcendendo-se para não perpetuar sua condição factível e contingente. Este empreendimento ocorre pelo caráter da liberdade e da consciência que pode problematizar o que é o Ser e unir-lhe a sua essência.

Sartre (1998, p. 453) estabelece a diferença de que “o para-si não é o em-si, nem poderia sê-lo, porém, é relação com o em-si [...], ele é a relação” e que “a presença do para-si é o que faz que haja uma totalidade do ser-em-si” (p. 177).

O *para-si*, na sua determinação de existir, forja a ruptura com a coincidência de *consigo mesmo*, pelo princípio da distância que o afasta do *Nada*. Somente o *para-si* tem relação com o não ser, porque indica a potencialidade de não ser *ainda* e é capaz de relacionar-se com o não-existente por meio da ação. É a nadificação que marca o porvir da realidade humana pela sua distância relacional, pois, “o para-

⁴ Todas as citações bibliográficas das obras de Jean-Paul Sartre, contidas nesta dissertação e com edição em língua espanhola, foram traduzidas pela própria autora.

⁵ Idem para as citações bibliográficas das obras de Enrique Pichon-Rivière.

si existe com obrigação de assumir seu ser e não pode ser nada mais que para si” (SARTRE, 1998, p. 172).

Transformar o não-existente fundamenta o compromisso histórico e explicita a ação de alterar as circunstâncias limitantes de ser sujeito, a fim de evitar que seja visto à maneira do destino ou determinado pelo exterior, e também evitar sua definição na forma de ser objeto. Portanto, esta transformação deve ser feita pelo sujeito na forma de *para-si*, e deve “considerar seu próprio ser como projeto, isto é, como ser histórico e como ser que faz história”⁶ (LAFUENTE, s/d, p. 332).

Esta condição repõe à consciência sua característica intencional de Ser, porque é ação de transformação da nadaificação e porque exige visar um objetivo. O ato de repor à consciência sua característica intencional permite ter outra leitura das possibilidades humanas (SARTRE, 1998). Ou seja, poder ler os aspectos do *homem em situação* retirando-o da condição de trivialidade e concebendo-o como sujeito que se produz na experiência de sua práxis, assentada na crítica e na autocrítica (PICHON-RIVIÈRE, 1997).

A intencionalidade, conforme Pfeiffer (2002, p. 255), deve ser incorporada como instrumento conceitual “para poder pensar a relação sujeito-objeto a partir de uma perspectiva distante de um ingênuo realismo ou um idealismo absoluto em que somente ‘permanece’ o sujeito”⁷. Por isso, essa autora salienta que a intencionalidade não é “reduzida ela mesma ao ato ‘consciente”” (p. 256), mas ela é

⁶ As citações bibliográficas de LAFUENTE, María Isabel. *Individuo, sociedad e historia*. Separata La filosofía y sus márgenes. Universidad de León – España, s/d, contidas nesta dissertação foram traduzidas pela própria autora.

⁷ As citações bibliográficas de PFEIFFER, María Luisa. Intención e intencionalidad: aportes para aclarar un equívoco. *Revista Éndoxa: Series Filosóficas*, Madrid, Universidad Nacional de Educación a distancia, n. 16, p. 255-270, 2002, contidas nesta dissertação foram traduzidas pela própria autora.

“a coisa mesma, a consciência” (p. 258) porque considera a consciência como “abertura à...” (p. 259).

A consciência intencionante é o ato constitutivo que compreende a escolha do *para-si* em ser de modo distinto do *em-si* através da sua transcendência e da sua exterioridade no surgimento do mundo, das coisas e de outros homens. As possibilidades de a humanidade ser o que é ou não ser o que é, estão fundadas na expressão denominada por Gómez-Müller (2001) de contingência radical. Segundo esse autor, o contingente, como termo filosófico, indica a discussão entre as concepções de existência e de essência que marcaram o percurso da Filosofia, na inquietação de responder o que é o homem. Essa discussão assumiu outra configuração em Sartre (1998 e 1987), quando estabeleceu que a existência precede a essência e, com isto, retirou o Ser da condição de estar pautado exclusivamente nos pressupostos de destino ou de necessidade, e agregou a perspectiva de protagonismo humano no fazer-se enquanto Ser.

Assim, a contingência do *para-si*, pela existência da sua negação de ser o que não é, possui a noção de facticidade. A facticidade que acomete o Eu demarca a situação “que permite dizer que ele é, existe” (SARTRE, 1998, p. 134), mas, também, “corresponde a uma tentativa do Ser para eliminar a contingência de seu Ser” (p. 135). A facticidade do *para-si* corresponde a “uma indicação que dou a mim mesmo do Ser que devo alcançar para ser o que sou” (p. 134). Desta forma, o Ser está acometido de uma contingência e o *para-si* marca o *em-si* com o atributo de ruptura da contingência, através das suas possibilidades de alcançar o Ser.

Quando Sartre (1998) afirma que a consciência é facticidade e transcendência é para indicar o encontro do Ser com o seu Eu e a ruptura com a

contingência da existência humana e confirmar as possibilidades do Ser. Além disso, está se referindo a que o processo relacional sujeito-objeto não significa a condenação do Eu-objeto, mas é a expectativa do sujeito de transitar por estas instâncias para a constituição da humanidade, exercitando sua transcendentalidade.

Essa atitude significa o reconhecimento do Eu como ponto de partida, porque de outra forma não há Ser. Isso revela a capacidade de relacionamento com o objeto sem que este seja o ocultamento do sujeito ou que se manifeste na reprodução do *como se* de sua realidade (PICHON-RIVIÈRE, 1997). Assim, afirma que a facticidade constitui o requisito para realizar a liberdade da ação.

No entanto, Sartre (1998) considera factível que o homem possa ser autêntico e inautêntico, conceitos aplicados ao que verdadeiramente o homem é ou ao modo de não ser em si mesmo. A autenticidade é compreendida pela base insubornável do homem, que não pode deixar de ser o que é, mas, por outro lado, há a possibilidade de o homem ser inautêntico. O estudo sartreano da autenticidade e da inautenticidade formulou, respectivamente, a noção de que o homem faz-se autêntico ao escolher-se a si mesmo e ao apropriar-se de sua existência histórica ou pode afastar-se de si mesmo, não chegando a ser o que é.

Tais conceitos compõem um dos momentos do processo dialético que trata da questão da alienação, equivalente à inautenticidade nos pressupostos filosóficos existencialistas (FERRATER MORA, 1994). A inautenticidade é o ocultar-se, o não se reconhecer, e a impossibilidade de exercer a liberdade e o distanciamento para não ser alienação.

A reflexão em torno da contingência, da facticidade, da autenticidade e da inautenticidade remete à análise do processo de *nadificação* que assume, na filosofia sartreana, contornos inquietantes na condição do Ser e de suas estruturas fundantes de *ser-em-si* e *ser-para-si*.

1.2 ESPACIALIDADE E TEMPORALIDADE DA PRESENÇA DO HOMEM NO MUNDO

O fundamento das possibilidades humanas, quando o Ser afasta-se daquilo que está instalado como *dado*, projetando-se em atos de liberdade localiza-se na dimensão temporal. Por isso, a temporalidade caracteriza-se pelo modo de ser do Ser operando-se, simultaneamente, no passado, presente e futuro para se reafirmar integralmente no processo constante de *vir a ser*, e não atribuído à existência de um elemento dado.

O tempo é um fator que permite localizar as vivências humanas, dando-lhes a medida de seus efeitos sobre as expectativas igualmente temporais de cada homem (PICHON-RIVIÈRE, 2003). A partir destas proposições, a temporalidade é “o modo de ser próprio do ser-para-si” (SARTRE, 1998, p. 200), pelo fato de ele ter que ser. A afirmação de que o *para-si* é presença ao *em-si* temporaliza a consciência da realidade humana, em virtude da sua inconclusão como totalidade. A manifestação da existência do sujeito é registrada na dimensão temporal da historicidade do Ser.

O passado aparece como elemento fático, um fato não-modificável, que exerce uma função restritiva sobre a liberdade, e “se caracteriza como passado de algo ou de alguém; têm-se um passado” (SARTRE, 1998, p. 165). Assim, não é permitido, ao ato de escolher do sujeito, negar que ele tem um passado. Sartre

considera esta dimensão temporal como síntese da perspectiva humana, pois, “chega ao mundo pelo para-si” (p. 168) porque, do contrário, estaria no modo do *em-si* que não tem porvir, não tem falta e, assim, destinaria tudo a um perpétuo presente.

A transformação constante do presente em passado é efetuada pela consciência quando transcende a presença do sujeito no meio do mundo. Por outro lado, a noção de que “o presente, pois, não pode ser senão presença do para-si ao ser-em-si” (SARTRE, 1998, p. 176), demarca a necessidade do futuro para o sujeito porque “somente um Ser que tem-que-ser seu ser, em lugar de sê-lo, simplesmente, pode ter um porvir” (p. 179).

O sentido do processo de *vir a ser* do *para-si* depende do futuro, do qual o projeto é uma imersão no ainda não-existente. Presente e passado são indispensáveis na escolha do futuro e apresentam a mesma implicação que há entre passado e futuro e entre o que é dado e o que é a escolha. Essas referências manifestam-se no passado, presente e futuro, e são incorporadas na realização de um projeto para estruturar a definição da vida humana pelos seus atos e fatos (SARTRE, 1998). Essa realização é a temporalização do *para-si*, oriunda da sua transcendência que o coloca como presença no mundo.

Conforme Sartre (1998), a transcendência é a estrutura constitutiva da consciência do sujeito, na sua necessidade de relacionar-se concretamente com seu fim projetado no mundo como *ser-aí*. Em outras palavras, esta presença significa que “existir ou situar-se são uma só e mesma coisa [...] enquanto que o mundo é a situação total do para-si e a medida de sua existência” (p. 393).

A espacialidade do Ser como seu surgimento de ser-no-mundo ou estar-no-mundo, assume o conceito de situação vinculado ao de existência e desvela a ação através da transcendência. Por isso, a situação existe para aquele Ser que se projeta às suas possibilidades. Do contrário, desaparece a perspectiva das possibilidades e gera a perda do homem como sujeito e como sentido de realidade humana.

Nos escritos de Pichon-Rivière (2003), a espacialidade compõe uma das dimensões de abordagem do homem, juntamente com o corpo e a mente. Denomina este conceito de mundo externo, “um modo de ser na conduta exterior em relação com o mundo” (p. 101), no vínculo com outros sujeitos e com os objetos.

A espacialidade refere-se ao lugar de deriva da relação existencial com o entorno, pois, “eu *existo meu lugar*” (SARTRE, 1998, p. 604). Nesse sentido, o conceito de entorno amplia o conceito de espaço porque inclui o potencial das coisas-utensílios sobre o sujeito. O lugar se provê de um sentido pela sua relação com um Ser ainda não-existente e que se deseja alcançar. Esta relação transcendente permite ao sujeito captar-se, captar o entorno e o Outro e adquire relevância também, pelo fato de que “a natureza mesma do para-si deriva que o para-si seja corpo” (p. 394).

Devido à dimensão corporal, perpetuamente transcendida, é atribuído ao sujeito o comprometimento com o desvelamento da condição da existência do mundo. Por outro lado, o sujeito não pode captar sua própria transcendência e depende do Outro que “como olhar não é senão isto: minha transcendência transcendida” (SARTRE, 1998, p. 340). É o Outro que pode transcender a transcendência do Eu.

A transcendência é a superação do homem quando projeta no Outro e retorna a si mesmo em constante construção do Eu e um constante *vir a ser*. É a própria existência do Outro que confere transcendência ao Eu, ou seja, um atributo de *estar fora de*, externo ao si mesmo.

A apreensão da consciência de si mesmo se descobre no Outro, como aquele que afirma a verdade da existência do Eu. Isso pressiona o olhar próprio para se dirigir ao Eu, agora objeto-sujeito, indagando sua própria identidade. Esta reflexão sustenta a afirmação de que o sujeito é situado no mundo pelo Outro e identificado como transcendência transcendida (SARTRE, 1998).

1.3 VÍNCULO COM O OUTRO E EXPERIÊNCIA DO OLHAR

A questão do vínculo revela outra estrutura do Ser, o ser-para-outro, explicando o mundo pela confluência de consciência e pelo reconhecimento do sujeito na dependência com o Outro. Sartre (1998, p. 454) reitera que não há prevalência do Eu sobre o Outro ou do Outro sobre o Eu, mas simultaneidade pois, “não é verdade que eu primeiro seja e depois ‘trate’ de objetivar ou de assimilar ao outro [...] sou minha experiência do próximo”.

É importante retomar, aqui, a concepção do Nada no aspecto de ausência de relação com o Outro, que impossibilita o *para-si* exteriorizar sua existência e organizar a interpretação da sua experiência. A situação do *para-si* de *ser-no-mundo* acontece pelo fato de que “captar-me como visto, em efeito, é captar-me como visto *no mundo* e a partir do mundo” (SARTRE, 1998, p. 340).

A constatação da posição do Eu como “criador das distâncias e das relações entre as coisas”⁸ (BIEMEL, 1985, p. 52) e “centro gravitacional que organiza tudo a partir de si mesmo” (p. 50) redimensiona-se em outra: a organização do existente é distinta daquela que estabelece o Outro. Isto ocorre porque o Outro também emite um sentido do mundo e, a partir disto, devolve seu olhar sobre o entorno.

O Outro é fator integrante e limitador da facticidade do Eu, já que seu olhar demarca a distância que redimensiona a existência própria e alheia. Quando o sujeito assume essa distância efetuada pelo Outro, experimenta sua transcendência e a do próximo e verifica a constituição coletiva dos modos de captação do mundo.

A ênfase de Pichon-Rivière (1997) na investigação da questão do vínculo ratifica o entendimento de que as relações do sujeito, consigo mesmo, com o Outro e com o entorno são o cenário da existência humana. Seu conceito de vínculo, “a estrutura complexa que inclui ao sujeito e ao objeto, sua interação, momentos de comunicação e aprendizagem, configurando um processo em forma de espiral dialética” (p. 67), pressupõe a concepção de homem retirada da experiência compartilhada. Para esse autor, o reconhecimento do Outro justifica a interpretação do aspecto social do homem. Em consequência, seus pressupostos derivam para o estudo da estrutura vincular na organização grupal.

A experiência de ser-para-outro ou ser-objeto é uma afirmação que alerta a perda da transcendência do sujeito e sua condenação à facticidade. Isto ocorre quando o Outro se apropria do entorno e força o olhar do Eu a dirigir-se a si mesmo descobrindo sua facticidade e convertendo-se em objeto. O ato do olhar não pode ser proveniente de um objeto, mas somente de um sujeito. A fim de evitar esta

⁸ As citações bibliográficas de BIEMEL, Walter. *Sartre*. Barcelona: Salvat Editores, 1985, contidas nesta dissertação foram traduzidas pela autora.

condenação “é necessário, para apreender o objeto enquanto tal, que haja um sujeito que se apreenda como sujeito” (SARTRE, 1987, p. 30). Ou que o sujeito componha sua essência com a consciência intencional de Ser, com a experiência de apropriação compartilhada do mundo e que entenda a relação de alteridade com o outro-sujeito e com o outro-objeto (PFEIFFER, 2002).

Portanto, o homem descobre suas possibilidades no momento em que percebe que não pode ser objeto para si mesmo, que é objeto para um outro-sujeito e quando se coloca como sujeito na apreensão do corpo alheio através do seu corpo. Esta simultaneidade de apreensão congrega, na concepção corporal, o conjunto de coisas, situações e significações da totalidade espaço-temporal naquilo que é o Ser.

A noção da espacialidade, imbricada na dimensão corporal, torna-se indispensável para entender a relação de alteridade no plano do cotidiano porque se refere à denominação de *homem em situação* no caráter de *ser-para-outro*. A experiência da corporeidade relaciona-se com a corporeidade alheia, veiculada pela questão marcante do olhar. Neste prisma, o olhar é o eixo central que organiza a existência da pessoa e do universo através do ordenamento da visão de um sujeito.

Gustafsson (1999, p. 128) adverte que a apreensão da acepção do Eu e do Outro tem o desafio de “ver a identidade e a alteridade como fenômenos solidários, inconcebível um sem o outro, e que não permitem estabelecer uma primazia entre eles”⁹. Além de que são conceitos interdependentes dos quais “não pode se desligar

⁹ As citações bibliográficas de GUSTAFSSON, Jan. Figuras de la alteridad: visiones danesas de América Latina. In: CRISTOFFANINI, Pablo R. Identidad y otredad en el mundo de habla hispánica. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1999, contidas nesta dissertação, foram traduzidas pela autora.

da historicidade, da situação espaço-temporal que tem por força qualquer imagem de um sujeito [...] sobre outro” (p. 140).

A alteridade é um conceito que elucida a discussão do Outro e do Eu, pelo recebimento do olhar do Outro e que, em virtude disto, sempre será um Outro. Sartre (1998 e 1987) reitera que reconhecer esta liberdade do Outro significa o exercício da liberdade do Eu assumindo um entendimento sobre o que é alheio. Assim, o processo do Eu e do Outro se revela em cumplicidade e complementariedade na necessária co-existência pensada no ato do distinguir (com o que se diferencia) e do identificar (com o que se parece).

1.4 O CORPO NA COMPREENSÃO DO EU E DO OUTRO

O reconhecimento do *para-si* de sua aspiração de realidade humana, através da consciência intencional e relacional enquanto *ser-aí*, também se define pela transcendência revelada na dimensão corporal. O corpo é a compreensão da facticidade do *para-si* como presença fora de si e *junto à*.

De acordo com Pichon-Rivière (1997), o corpo resulta na área de intermediação com outro corpo e com o mundo e na modalidade de perceber e adaptar-se à realidade. A expressão corporal reitera o âmbito projetivo em que “o sujeito localiza seus vínculos num interjogo de mundo interno e contexto exterior mediante processos de internalização e externalização” (p. 177-178).

A inclusão do conceito do corpo, no estudo da alteridade, objetiva romper com a perspectiva de homem como puro fato da consciência, ou seja, dissociado da dimensão corporal (SARTRE, 1998). Também atende à noção de *pôr-se* em um

lugar, em um tempo, com os limites e possibilidades demarcados pelo entorno. Porém, reside aí a dificuldade de que o próprio corpo está no meio do mundo e requer entendê-lo na constituição do Ser. Em virtude disto, Sartre (1998, p. 387) elaborou o entendimento de corpo por “aquilo pelo qual as coisas se me descobrem” ou nos modos ontológicos: “em tanto que ser-para-si e em tanto que ser-para-outro” (p. 388) e como ser-aí-para-outro.

No primeiro modo ontológico, ser-para-si, o corpo assume o modo da facticidade que possibilita a consciência. A situação de *ser-no-mundo*, justamente, define o projeto original do *para-si* articulado com o mundo.

O corpo corresponde à objetivação concebida pela intencionalidade da consciência, no aspecto de que “em cada projeto do para-si, em cada percepção, o corpo é aí [...] isto significa que (ele) é por sua vez *ponto de vista e ponto de partida*” (SARTRE, 1998, p. 413). A definição de corpo ocorre no processo da consciência que faz conhecer as possibilidades e ultrapassar os limites corporais.

Nesse sentido, a cumplicidade entre a constituição do corpo e da consciência, no próprio surgimento do Ser e da relação originária com o mundo, marca um lugar de relação corporal com as coisas, a partir da ação comprometida do sujeito na apropriação das coisas do seu entorno e da manifestação do seu corpo.

No segundo modo ontológico, o corpo, no plano do para-outro, exige o estudo do seu aparecimento para o Outro e também a revelação do corpo do Outro para o Eu. Isto ocorre porque “as estruturas do meu ser-para-outro são idênticas às do ser do outro para mim” (SARTRE, 1998, p. 428). Nesse ponto, a questão do corpo na relação Eu-Outro não significa reduzir o Ser a uma exterioridade corporal porque

implica que “o próximo existe para mim primeiramente e o capto em seu corpo depois” (p. 428).

Mas, significa que o corpo alheio, pela sua ação, também é centro de referência do entorno e do ponto de vista sobre o corpo do Eu, por isso a perda da centralidade do Eu. A respeito da centralidade, Amaral (2001, p. 133) sublinha que ela “significa desnudarmos aquilo que pensamos ser nosso e somente nosso [...] o que pensamos ser do outro e somente do outro”.

O terceiro modo ontológico da corporeidade denominado por Sartre (1998, p. 442) de “*meu ser-aí-para-outro*”, condiz com a revelação que o Outro faz do conhecimento do corpo do Eu. Na devolução deste saber, encontra-se a consciência que apreende o corpo e a transcendência de “*meu ser-no-mundo*” (p. 451).

Isto é a assunção do ponto de vista alheio, uma vez que a consciência do Ser é poder apartar-se, tal como quem olha um objeto para conhecê-lo. Assim, a interpretação da própria experiência decorre da devolução que o Outro faz, das características transformadas do Eu, porque é a liberdade do Outro que definirá sobre o corpo como *ser-para-outro*.

Estes modos de definição do corpo, segundo Sartre (1998, p. 523), reconhecem que o “esforço de recuperação da totalidade humana não pode ocorrer sem pôr a existência de um terceiro”. É pela presença do terceiro que ocorre o *nós* e a noção do *ser-com* para a exploração do entorno. Para o autor, o *nós* significa a experiência comprometida do Eu e do Outro sendo, mutuamente, transcendências e transcendentais e implica na variação da alteridade quando o terceiro, outro sujeito, lança seu olhar sobre o Eu e o Outro, transformando o nós-sujeito.

1.5 LIBERDADE DA ESCOLHA NO PROJETO DO *HOMEM EM SITUAÇÃO*

Os conceitos, registrados até aqui, englobam o tema da alteridade na construção da vida humana através dos atos de liberdade, atos vistos num porvir. Conforme Gómez-Müller (2001, p. 19), “a vida começa no momento em que o indivíduo humano se constitui como liberdade, isto é, desde o momento em que adquire a capacidade de afirmar começos desde si mesmo”¹⁰. Em outros termos, a liberdade sintetiza a condição humana de *homem em situação*.

A argumentação de Sartre (1998), de que o homem está condenado a ser livre, deriva do movimento do *para-si* de *vir-a-ser* assumindo a liberdade de fazer-se. São estes atos de liberdade que viabilizam conhecer o sujeito da ação. Senão, o *para-si* estaria negando sua presença no futuro e revertido em crescente *em-si*, o que equivaleria à similitude da morte. Pois, o *para-si* é livre, transcendendo a nadificação da sua experiência. O ato de executar um projeto significa a assunção de uma identidade que supera os obstáculos de operar sobre a realidade (PICHON-RIVIÈRE, 1997).

A questão da liberdade do Ser assenta-se sobre o pressuposto sartreano da existência precedendo a essência. Com isto, desvela a atribuição da consciência intencionante do sujeito que, ao interrogar sobre o seu Ser, defronta-se com o seu *não ser*, isto é, com a sua inconclusão e precisa da liberdade para se remeter a sua essência. Por isso, a ressalva sartreana sobre a impossibilidade de o sujeito deixar de fazer escolhas porque seria deixar de ser, e sobre a exigência do livre fazer-se na

¹⁰ As citações bibliográficas de GÓMEZ-MÜLLER, Alfredo. Ética y humanidad en el *Diario de Guerra* de Sartre: acerca de la ‘vida que merece ser vivida’. *Revista Universitas Philosophica*, Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, n. 37, p. 13-42, diciembre 2001, contidas nesta dissertação, foram traduzidas pela autora.

relação com os sujeitos no mundo pelo conceito de projeto que temporaliza a existência.

O projeto é o “termo ontológico com o que o homem se encontra no mundo e que forma parte da estrutura do ser-aí, permitindo a análise de sua realidade e suas possibilidades” (LAFUENTE, s/d, p. 329). Essa noção inscreve a condição humana nos patamares de que “somente o ser humano é capaz de realizar ações e, somente ele, é capaz de *projeto*, de desejo de ser, pois somente o ser humano é livre” (p. 330). Além desse aspecto, a autora refere que, em virtude do projeto, o Ser afasta-se de sua conversão no modo de *em-si*. Nessa proposição aparece a relação entre a liberdade do ser e a liberdade do fazer, solidificando o *para-si* como projeto temporalizado e temporalizante, vertido na responsabilidade com o Outro (SARTRE, 1998).

O campo prático, nessa perspectiva, assume o seu desenvolvimento em circunstâncias dadas pelas ações humanas, no interior das relações históricas. Qualquer ação, mesmo a denominada individual, é coerente com a interdependência da consciência do Eu e do Outro na ordem social, consciente e intencional. É a partir do projeto que se confere uma significação ao lugar, pois é o fim que define o lugar.

Nessa análise, o fazer do *para-si* não é uma propriedade pré-existente, mas, sim, projeto perpétuo de escolher-se no mundo e de escolher que haja o mundo. Por isso, os motivos da ação se justificam na transcendência da consciência que sustenta a necessidade da escolha. Nisto, a responsabilidade é reivindicada porque o surgimento de si mesmo, do Outro e do mundo é conseqüência da liberdade do sujeito (SARTRE, 1987).

O projeto forja, através da ação, a ruptura com a possibilidade de o homem não ser o que é e com a inclusão da condição humana no estreitamento da necessidade e do destino (GÓMEZ-MÜLLER, 2001). A consciência do ser e do fazer amplia-se ao *ser e fazer com*, ou seja, integra o exame da relação Eu-Outro e delimita o caráter histórico da existência do sujeito, autor do projeto. A operacionalização do projeto, então, expressa o ser-para-si em busca de autenticidade e transcendência da sua contingência de ser-em-si, pela apropriação da livre escolha, construindo o existente num marco histórico, num projeto, que também são os Outros (SARTRE, 1998).

O conceito de escolha, como fundamento do ato intencional do ser e do fazer humano, considera o sujeito remetido à acepção de projeto e de consciência, situado num marco de realidade sociohistórica (SARTRE, 1987). O compromisso da escolha se efetiva na convivência com os outros, pela liberdade de projetar-se no mundo. Neste ponto, a análise da condição humana aparece permeada pelo *para-si* como ser-para-outro.

O caráter de superação do projeto encontra-se, na análise da práxis humana, delimitado nas “relações dialéticas entre positividade e negatividade, entre o que não existe e suas possibilidades de existir, consideradas a partir do que existe” (LAFUENTE, s/d, p. 340). A consciência da escolha de si mesmo é a relação concreta com o projeto de si mesmo na totalidade a partir do ser e fazer dos sujeitos interpretando o mundo e a si mesmo. A articulação entre escolha e responsabilidade com a existência histórica do Eu e do Outro é revelada na situação de que “escolhendo-me, escolho o homem” (SARTRE, 1987, p.7).

É nesta reflexão que emerge o conceito sartreano de engajamento, visto na liberdade da escolha, comprometendo os homens na decisão individual e normatizando a interpretação da decisão coletiva no rumo de seus objetivos. Sartre (1987, p. 13) afirma que “a realidade não existe a não ser na ação” e a relevância do engajamento revela que “só o ato permite ao Homem viver” (p. 15). A decisão indica a direção do que se escolhe e esta ação define o sujeito comprometido com sua liberdade, projetando-se um fim e assumindo-se com ele.

Sartre (1987) conduz seus escritos para a implicação da escolha marcada pela intencionalidade no exercício da liberdade comprometida no âmago do processo sociohistórico. Esse entendimento resgata a noção de projeto, ou seja, a busca do fundamento do próprio Ser e da liberdade para o fazer (GÓMEZ-MÜLLER, 2001), justificando, assim, a ação humana de estar-no-mundo engajada em suas possibilidades de autenticidade. O sujeito, engajado na busca de sua concretude, encontra-se com os obstáculos e com os efeitos das circunstâncias que não escolheu. Paradoxalmente, é através da sua própria liberdade que explica estas limitações, ou seja, é sua liberdade que lhe permite perceber as adversidades do entorno para com o seu projeto.

1.6 A PRÁXIS E A NECESSIDADE DE EXECUÇÃO DA TOTALIDADE DO SUJEITO HISTÓRICO

O conceito da práxis é delineado por Sartre (1995a) e por Pichon-Rivière (1997) na condição de materialidade prevista no método dialético. Este conceito remete à totalidade do homem, ou seja, à síntese entre a interiorização das determinações sociais e a re-exteriorização de um projeto interiorizado. Para tanto, a

orientação da práxis converge para a execução de um projeto temporalizador, recuperando o lugar do homem como fundante da história a partir da apreensão que ele faz de si mesmo enquanto agente social. A concepção de trabalho perpassa a relação de interioridade do homem quando transforma a matéria.

Nessa questão, a constituição do prático-inerte significa a ação do homem sobre a matéria, transformando-a em materialidade trabalhada e em mediação sociohistórica que modifica as relações entre os homens. O prático reflete as técnicas e procedimentos no uso que os sujeitos fazem do instrumental para produzir a matéria trabalhada que transforma a exterioridade e a interioridade do universo humano. O efeito desta prática amplia o significado da realidade para além das expectativas individuais, pois, revela, também, as práxis anteriores sobre a matéria.

Essa anterioridade é referida na noção sartreana do inerte que assume a cristalização das inúmeras práxis efetuadas no passado, e que desafia as práxis posteriores a revisarem sua característica de imutável. Sobre isto está a intenção de repor à liberdade do sujeito a condição de definir sobre a transformação ou a cristalização da realidade.

Por isso, os autores mencionados aqui advertem sobre o processo de alienação do sujeito, isto é, a impossibilidade de ele reinteriorizar a exterioridade do produto de sua práxis. Na alienação, dizer que o sujeito não pode assimilar o seu objeto manufaturado equivale à idéia de que ele vive a vida do Outro, ou seja, está condicionado a atuar os objetivos dos projetos alheios.

No entanto, o fato de ser alienado é uma constatação que se gera pela liberdade dos sujeitos quando analisam o processo prático-inerte, discriminando tanto os condicionamentos do que é dado quanto a potencialidade da sua práxis. Isto repercute na situação humana que, situada “no meio da História em curso” (SARTRE, 1995a, p. 206), é “um tipo permanente de separação *contra a qual* se unem os homens e que lhes corrói até na sua união” (p. 299).

No campo prático-inerte, a repercussão dos atos alheios condiciona um futuro que o Eu deve realizar na sua práxis. Esse aspecto manifesta a alteridade que, no desígnio de um destino comum aos sujeitos, reflete que mesmo não sendo uma ação compartilhada, ela afeta a todos. Por outro lado, a alienação é reconhecida no modo do *em-si* existir para o Outro.

Considerando estas adversidades, o pensamento pichoniano e sartreano insistem em remarcar a importância da liberdade da escolha que, por sua vez, resgata a responsabilidade do sujeito de identificar os limites de sua práxis. Na condenação de ser livre, o homem é instigado a vislumbrar as resistências do prático-inerte como propulsão para superar o estado do entorno. Isso imprime alteridade nas coisas da realidade, as quais expressam o objetivo da unidade dos sujeitos. Nesse paradoxo, também se instalam as bases para a conformação dos grupos como exercício de liberdade do sujeito, dando um sentido à estagnação da sua condição de Ser.

A práxis humana respalda-se na questão da necessidade que “junta a ação humana com a coisa material onde se objetiva, sobre a base de uma união unívoca de interioridade do organismo com o circundante” (SARTRE, 1995a, p. 483). A necessidade impulsiona o sujeito para fazer a materialidade da sua experiência

humana retirando-se da condição de objeto. Para isto, deve ser reconhecida a liberdade da práxis alheia que confere limites à situação do Eu e que justifica a adesão em projetos comuns. Assim, a responsabilidade da ação do Eu e do Outro se encontra com o inevitável da necessidade.

Nos princípios sartreanos, a necessidade apresenta-se nos parâmetros do Nada, ou seja, fundamenta o enfrentamento do sujeito com suas *faltas* a fim de viver sua liberdade de Ser. Para este fim, “a *práxis*, como superação organizadora do ser inerte à reorganização do campo social” (SARTRE, 1995a, p. 460), é capaz de unificar a multiplicidade das necessidades que aparece no campo prático.

Conforme Pichon-Rivière (2003), a necessidade emerge da interação entre os elementos do mundo interno e do mundo externo do sujeito. Neste sentido, abordar a necessidade é perceber a maneira de viver a realidade para a resolução da dicotomia entre o homem e a sociedade.

1.7 NECESSIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE UM GRUPO PARA A NEGAÇÃO DA SERIALIDADE

Ao dar continuidade à presente análise, o estudo da alteridade converge para a abordagem da práxis coletiva na conformação do processo grupal. Segundo Sartre (1995b) e Pichon-Rivière (1997), investigar a constituição de um grupo é explicar o que faz os homens se agruparem, se juntarem, isto é, o que justifica a existência de um grupo e qual olhar deve se lançar sobre o acontecer grupal.

Por sua vez, Anzieu (1997) refere que um grupo não é somente ter *objetivos comuns*, porque isto não significa que os sujeitos se juntem para realizá-lo ou porque

não significa um objetivo gerado no trabalho grupal, mas sim ter *objetivos em comum*. Este último é uma práxis “mediante a que recobram o emprego concreto da liberdade, [...] de transformar a realidade em vez de suportá-la”¹¹ (p. 40) e que demarca as relações de exterioridade que compõem a serialidade. Para Anzieu (1993, p. 21), “todo grupo é uma colocação em comum [...] um lugar de fomentação de imagens” capaz de agregar todos os elementos das interpretações que os homens possuem de si e dos outros.

A discussão da constituição dos grupos adquire em Pichon-Rivière (1997) os pressupostos teórico-metodológicos dos grupos operativos que fundamentam a operacionalização das questões da horizontalidade e da verticalidade, da objetividade e da subjetividade, inter-relacionadas e dialeticamente apreendidas. Esse autor denomina grupo como “o conjunto restrito de pessoas ligadas entre si, por constantes de tempo e espaço e articuladas por sua mútua representação interna, que se propõe em forma explícita ou implícita uma tarefa que constitui sua finalidade” (p. 209).

A verticalidade corresponde aos aspectos do mundo interno do sujeito inserido na sociedade ou à sua experiência de vida, com sua aprendizagem e suas motivações. A horizontalidade corresponde ao processo de totalidade sociocomunitária, à totalidade das relações entre os integrantes de um grupo. Por isso, o conteúdo das falas dos sujeitos enuncia tanto a história pessoal quanto o momento do acontecer grupal. Em outras palavras, o *lá e então* (vertical) de cada integrante se contextualiza na temporalidade do *aqui e agora* (horizontal) no encontro com os demais integrantes. É nesses termos que Pichon-Rivière (1997)

¹¹ As citações bibliográficas de ANZIEU, Didier e MARTIN, Jacques-Yves. *La dinámica de los grupos pequeños*. 10. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1997.

afirma a caracterização de um re-encontro compartilhado no âmbito grupal que unifica os sujeitos.

O pensamento de Pichon-Rivière (1997), de Anzieu e Martin (1997) e de Sartre (1995b) converge para o significado de grupo sistematizado nas experiências de seus integrantes, no criar e recriar um movimento que caracteriza um processo operativo. Por isso, a descrição pichoniana de “um grupo centrado na tarefa e que tem por finalidade aprender a pensar em termos de resolução das dificuldades criadas e manifestadas no campo grupal e não em cada um dos integrantes” (1997, p. 128). Os grupos operativos compõem-se das etapas de estabelecimento de um enquadre, de uma coordenação, de um trabalho dos emergentes surgidos no âmbito grupal, da comunicação multilateral e da elaboração de um projeto. Essas etapas compõem a práxis comum. Assim, o processo grupal é visto a partir da compreensão das situações pertencentes aos integrantes do grupo e não do particularizado.

O grupo elimina sua facticidade ao propor seus fins, mas pode encontrá-la na possível dispersão de sua unificação. É por isso que Sartre (1995b) assinala que o campo prático-inerte tem sua determinação contingente. O grupo luta contra o dispersivo do campo prático-inerte e contra a inércia do exterior através de mecanismos de mediação do próprio trabalho grupal, pela definição do objetivo e do objeto da sua práxis comum. A superação das contradições do prático-inerte decorre dessa práxis como condição posicional do homem no mundo em que repõe à consciência sua característica intencional de Ser. Para Sartre (1995b, p. 14), o sentido da existência do grupo é quando a necessidade de “transformar se torna o objeto que se tem que superar para continuar a vida”. Assim, este objeto comum de

verificação da alienação do campo prático-inerte cria os aspectos de identificação entre os sujeitos na vivência social.

A noção de necessidade não assegura uma integração e a noção de reunião não assegura a unificação de uma práxis. Ambas as noções dependem de que a práxis comum signifique atos totalizantes. Isto ocorre porque o ato dos sujeitos de se reunirem possui uma estrutura prático-inerte, que nega a práxis individual, mas, também, serializa o campo coletivo devido ao entendimento de grupo dos sujeitos agrupados e os não-agrupados.

Para que a necessidade comum assegure a constituição de uma práxis comum são importantes as condições de unificação, da produção de objetivos comuns e em comum e da relação dos sujeitos com o mesmo objeto. Os homens devem encontrar essa unidade dos seus atos relacionando a interioridade e a exterioridade com o entorno.

Quando Sartre (1995b, p. 9) explora o processo de unificação dos sujeitos alerta “que a reunião, com sua unidade serial [...], dá as condições elementares da *possibilidade* de constituir um grupo para seus membros”. Porém, reunir os sujeitos pode significar tanto a formação de uma serialidade, de um agrupamento, quanto as condições de transformação do coletivo em grupo.

A existência de um grupo provoca a reflexão da alteridade que existe no coletivo, revisando as reuniões enquanto ato de serialidade ou de ruptura dela e dando os parâmetros para visualizar a existência de um coletivo ou de um grupo. Sartre (1995b, p. 34) não descarta que “a serialidade ajudará a realizar uma primeira integração” dos homens na própria práxis de negá-la. Por isso, refere que o coletivo

é anterior ao grupo e que a práxis transforma a serialidade. O coletivo adquire a característica de estrutura prático-inerte comum aos sujeitos. Nisto se constitui a visualização da necessidade da liberdade, pois a liberdade “se manifesta como a necessidade de dissolver a necessidade” (p. 21).

O campo prático-inerte, pela ação comum, constitui os grupos pelo próprio processo dialético, de que, pensar a serialidade é porque se pode pensar sua negação. A negação da serialidade está embutida no processo grupal e respaldada na própria existência dos grupos. Os sujeitos elaboram o caráter instrumental e operacional de intervenção que orienta a prática grupal para a ruptura dos mecanismos estereotipados da serialidade. Segundo Pichon-Rivière (1997), nesse processo realiza-se a aprendizagem que permite ao homem a apropriação crítica e autocrítica, retificando e ratificando a objetividade da sua inserção teórico-prática na realidade.

Nessa questão, Sartre (1995b) busca os indícios para o princípio da constituição de um grupo, abordando o processo existente a partir da serialidade de um coletivo até o grupo em fusão. Apesar de que “o grupo em fusão é ainda a série que se nega [...] há diferença nesse momento entre o positivo mesmo (grupo em vias de constituição) e esta negação que se nega (série em dissolução)” (p. 22). E isto ocorre devido a sua estrutura prático-inerte.

A inserção humana, para caracterizar-se como práxis comum, exige um lugar na totalidade, realizando a unidade transcendente de todos os atos, desvelando o aspecto da temporalidade, pois “é trabalho de unificação das multiplicidades simultâneas com vistas a um objetivo comum” (SARTRE, 1995b, p. 337). A práxis

comum se “refere ao grupo como sujeito prático (no sentido em que se diz: sujeito da História)” (p. 226).

A temporalização é um dos aspectos da práxis que, no sentido de movimento, inclui a noção histórica da consciência daquilo que fazem os sujeitos e marca a organização da existência do grupo no mundo. Essa referência ocorre quando os integrantes do grupo delimitam seus objetivos, sintetizando “a temporalização prática do organismo” (SARTRE, 1995b, p. 11). Além disso, a constituição de um grupo é captada na sua materialidade, ou seja, na sua identificação com a temporalização de um entorno compartilhado com outros grupos e com os não-agrupados.

A questão do pertencimento, da cooperação, da pertinência, da comunicação, da aprendizagem e da *tele*¹² são denominados de vetores, nas proposições pichonianas, que perpassam a unidade grupal. O pertencimento “permite estabelecer a identidade do grupo e estabelecer a própria identidade como integrante desse grupo” (PICHON-RIVIÈRE, 1997, p. 188), pela identificação com os acontecimentos do grupo e pela inclusão que cada integrante faz dos demais integrantes, internalizando-os no seu mundo interno.

1.8 O ESTABELECIMENTO DA ALTERIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁXIS GRUPAL

O estabelecimento da alteridade, através da interação dos sujeitos no contexto societário, é entendido como “sermos nós e sermos o outro, simultaneamente, a sermos um encontro, mais que dual, profundamente coletivo”

¹² Conceito que se refere à constituição de relações de afinidade e mútua percepção dos integrantes manifestando-se em empatia, simpatia e antipatia. Este conceito faz parte da noção de sociometria de Moreno para análise do processo grupal. MORENO, J. L. *Psicodrama*. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

(AMARAL, 2001, p. 133). A alteridade, neste contexto, marca o não-idêntico situando uma unidade, o Outro, negando que a união e que a práxis sejam individuais, abrindo para a existência do grupo pela unificação da liberdade como necessidade. Assim, a alteridade pressupõe a existência da coletividade que devolve a identificação de pertencimento dos sujeitos quando interiorizam o que produzem de situações e fatos.

Conforme Pichon-Rivière (1997), cada sujeito possui um conjunto de experiências, conhecimentos e afetos que adquirem unidade através do trabalho grupal sustentado num denominador comum de investigação e trabalho sobre a realidade. Esse conjunto é denominado, pelo autor, de esquema conceitual, referencial e operativo (ECRO) que será um modelo de aproximação dos fatos e dos objetos a fim de compreendê-los e transformá-los. Portanto, a constituição de um grupo é verificada na organização teórico-metodológica do seu ECRO que esclarece o processo de verticalidade e horizontalidade das relações dos seus integrantes e sustenta a avaliação de suas ações.

Sartre (1995b) distingue unidade de unificação. A produção da unidade é oriunda da reciprocidade, é síntese das relações concretas e interiorização do resultado da práxis. Mas, a unificação requer a totalidade como negação recíproca do Eu e do Outro e momento de transcendência das consciências ao perseguir um objetivo. Assim, é o terceiro que formaliza a categoria do *nós* e é quem consegue juntar o Eu e o Outro, totalizando a multiplicidade das práticas.

A unidade de um grupo aponta para a negação da unidade de outro grupo. Nesse ato, o grupo se identifica como Outro. Vale lembrar que, sob o prisma da serialidade, a alteridade nega a união dos sujeitos e determina cada um como Outro.

A unidade da práxis do Outro condiciona o grupo a negar a sua própria unidade. Aqui, o antagonismo é expresso na delimitação das necessidades e do seu enfrentamento através das ações organizadas pelo Outro que questionam a unidade de um grupo.

Cabe ao grupo negar essa identificação enfrentando-se com o dilema de transcender ou ser transcendido. No entanto, Sartre (1995b) não vê outra solução que não a de buscar fora de si um objetivo particular e concreto nos mesmos parâmetros do *para-si* e, por isso, ele e Pichon-Rivière (1997 e 2003) dizem que o pertencimento é uma referência adquirida pelo grupo ao reverter-se, como ato, sobre si mesmo.

De igual forma, o grupo como práxis comum, interioriza a multiplicidade para lutar contra a força dispersiva do prático-inerte e da serialidade. Para isto, fomenta a unidade, através do juramento, atuando na totalização do processo histórico. O juramento supõe que os sujeitos, em grupo, preservam a liberdade (SARTRE, 1995b).

A partir dessa delimitação, Anzieu e Martin (1997) e Pichon-Rivière (1997) trazem o conceito de enquadre como orientações, regras e normas assumidas pela coordenação e pelos integrantes e o vêem como marco de leitura do processo grupal e de conformação das orientações de espaço e tempo para as relações humanas. O enquadre grupal propicia aos sujeitos explicitarem e elaborarem entendimentos e concepções, atualizados no “aqui e agora” de cada um de seus encontros e reencontros. Segundo Pichon-Rivière (1997, p. 211), o enquadre confronta os “modelos internos em uma nova situação de interação e, na análise de

suas condições de produção, a compreensão das pautas sociais internalizadas que geram e organizam as formas observáveis de interação”.

A visibilidade da alteridade, organizada nos parâmetros do processo grupal e nas concepções teórico-metodológicas do enquadre que supõe um espaço fora e dentro permite desvelar a questão da implicação relacional e intencional dos sujeitos na ação grupal. Também permite visualizar a unificação da práxis comum no campo prático, como afirmação do protagonismo dos integrantes do grupo no enfrentamento das suas necessidades e como dissolução da serialidade (SARTRE, 1995b). Nessas relações compartilhadas, a alteridade se revela no aspecto da reciprocidade que une as necessidades e as práxis recíprocas e suscitam, no campo social, as condições para constituir um grupo.

A reciprocidade temporaliza e totaliza as condições da práxis comum. Aqui a relação de alteridade inclui a presença do terceiro que, por sua vez, revelará a unidade comum dos sujeitos sem transformá-los em objeto. É quando ocorre o reconhecimento da liberdade e da necessidade, vivendo-o na totalização do grupo, totalizando o objeto (SARTRE, 1995b). Partindo do entendimento de que o homem se faz, a reciprocidade não é uma integração *a priori* dos sujeitos, mas, possibilita a produção de instrumentos necessários à unidade. Pois, a negação da impotência de um grupo se estrutura na “racionalidade dialética da ação coletiva – em fim, o grupo [...], enquanto que luta em si mesmo contra a *inércia prática* que lhe afeta” (SARTRE, 1995b, p. 12).

Outra discussão, pertinente à alteridade no acontecer grupal, é sobre o risco da dissolução de um grupo em serialidade. Revisar este risco objetiva apreender os mecanismos que impeçam a sua ocorrência. Um dos motivos à dissolução vem das

modificações materiais do campo prático, geradas pelo grupo e que o transformam e transformam os demais grupos. A aparição de outro grupo altera as referências de um grupo porque este passa a ser totalização retotalizada e unificada da experiência no campo prático comum por todos os grupos presentes (SARTRE, 1995b).

Outro motivo que pode dissolver um grupo em serialidade é quando não consegue romper com a sua impotência diante da práxis comum de mediação com o objeto. Ou quando o grupo não objetiva uma práxis como negação da práxis serial enquanto se constitui, permanentemente, como grupo. Se um grupo se restringe ao objetivo de elaboração das relações internas pode se transformar em objeto por não encontrar uma finalidade fora do seu acontecer grupal.

Para evitar esta situação, Sartre (1995b) reporta-se à práxis do grupo que produz um projeto de apropriação da matéria trabalhada através da materialidade do campo prático. E isto se contrapõe às reuniões inertes, porque o grupo adquire sua materialidade, modificando sua situação grupal, numa perspectiva histórica, pela superação da objetivação das práxis anteriores. Além disso, a práxis se caracteriza como totalidade orgânica e síntese da existência de um grupo pelo olhar dos não-agrupados. Em ambos os ângulos, do interior ou do exterior do grupo, é a práxis que orienta a análise se é um coletivo ou é um grupo.

No entendimento pichoniano, o risco da dispersão grupal deve ser enfrentado através da reflexão dialética das relações internas alcançando a totalização da mútua representação interna que faz os integrantes do grupo serem grupo. Pois, o sujeito totaliza o processo grupal à medida que o grupo o vê. É importante retomar, aqui, o processo do encontro e re-encontro da estrutura vincular do mundo interno e externo de cada integrante com outros sujeitos e com o objeto.

A ênfase no aspecto operativo de um grupo considera a noção de tarefa como resolução dos obstáculos de abordagem do entorno e da estereotipia do *como se* que inviabiliza a elaboração estratégica do projeto dos sujeitos. Nessa perspectiva, “a análise sistemática das contradições (análise dialética) constitui uma tarefa essencial no grupo” (PICHON-RIVIÈRE, 1997, p. 114) de constante elaboração de uma tese, uma antítese e uma síntese sobre a situação interna e externa. Portanto, há coincidência na ressalva deste autor com Sartre, de que a experiência grupal necessita objetivar uma ação no mundo, concomitante à elaboração do processo das relações de alteridade.

A impregnação da alteridade, na organização grupal pode, também, ser analisada a partir da existência de outros grupos que definem o objeto da práxis comum e a matéria trabalhada, e pela existência dos não-agrupados que assumem a alteridade como consequência de livre práxis comum que não protagonizaram. Se a alteridade fosse analisada somente pela prática de um sujeito isolado, convergiria para a idéia de redução da práxis comum em práxis individual. Da mesma forma, se a análise da alteridade não considerasse os demais grupos, acarretaria na identificação do grupo consigo mesmo. Ambas as situações levariam à dissolução do comum porque o sujeito consideraria o grupo por si só e o grupo se dissolveria nele.

Por isso, os argumentos pichonianos e sartreanos de que o projeto arranca o estatuto que transforma o sujeito em produto do grupo. É o sujeito que se projeta em um *nós* e produz o grupo. O grupo passa a ser um modo da livre existência diante das livres relações humanas. É esta liberdade que reconhece a presença do terceiro e que libera os homens do inerte de uma reunião. Essa perspectiva se pauta no

protagonismo e não no fato de os sujeitos serem espectadores da ação (SARTRE, 1995b). Ser protagonista é ter consciência dos aspectos que movem o homem na sua relação com o Outro, com a sociedade e com a natureza e da constituição grupal pautada nas relações concretas e nas condições materiais.

Assim, a interrogação da alteridade, verificada no protagonismo dos sujeitos na práxis comum, adquire unidade e totalidade através das vivências grupais. Como ressalta Vidigal (1996, p. 382), a clarificação da relação Eu-Outro pode ser lida no contexto histórico, socioeconômico e político, onde há “a necessidade de questionamento e de inquirição do processo de implantação de modelos relativos à alteridade, às formas de ver e de apreciar valorativamente o Outro”. É esta valoração que interpreta as visões sobre o Outro, ocorridas nas transformações das sociedades. Riggins (1999, p. 6) localiza os conceitos de Eu e de Outro nos contextos societários mediante os parâmetros da alteridade “articulados tanto pelas maiorias dominantes quanto pelas minorias subordinadas”¹³. Assim sendo, o entendimento da alteridade considera o grupo como marco de espaço e tempo que esboça os contornos do Eu e do Outro, implicados na coexistência no enquadre grupal, com uma consciência intencionante produtora de ações, de conhecimento e de reconhecimento dos sujeitos.

Riggins (1999, p. 4) afirma que “para uma pessoa desenvolver uma auto-identidade, precisa [...] tanto *da diferença quanto da semelhança*”. Nesse aspecto, a alteridade não corresponde a um processo de enfrentamento das instâncias do Eu e do Outro, mas, sim, de negação da massificação que produz um ser indiscriminado

¹³ As citações bibliográficas de RIGGINS, Stephen Harold. The rhetoric of othering. In: _____ (ed.). *The language and politics of exclusion*. London: Sage, 1999, contidas nesta dissertação foram traduzidas para uso exclusivo nas disciplinas ministradas pela Profa. Dra. Rosa Maria Hessel Silveira do PPG Educação – UFRGS, em 2005.

no espaço societário. Desse modo, a discussão desta questão é uma tentativa de estabelecer um estatuto de presença e existência do sujeito, e é possível afirmar que o Eu constitui-se sempre com o Outro, pelo modo de “distinguir-se de” para marcar-se “enquanto é”. Além disso, deve superar, permanentemente, aquilo que o faz Outro e, no reconhecimento desta diferença, encontrar-se no que é próprio ao seu Eu. Este se distinguir impede que o Eu passe despercebido.

A unidade unificada dos sujeitos em grupos é uma possibilidade encontrada pelo homem, como organizador do entorno através da sua ação totalizante. As experiências grupais registram o protagonismo humano, na sua característica intencional de *ser e fazer com* de caráter histórico, atualizando o permanente *vir a ser* do processo grupal.

O conceito de alteridade, utilizado nesta dissertação, significa que os sujeitos adquirem consciência de si mesmos no vínculo em que se descobrem com o Outro e se apreendem enquanto Outro na constituição de suas existências. Ou seja, a revelação de si mesmo decorre da referência do não-idêntico, da condição, demarcada pelo Outro, de estranhamento de si mesmo.

O processo grupal refere-se ao próprio trabalho dos sujeitos de buscar a unidade na vivência da alteridade, abordando a condição de Eu e de Outro, permeada por necessidades que os impulsionam a romperem com a serialidade e a se organizarem enquanto grupo. Com isto, o processo de um grupo define-se pelo conjunto da experiência vincular que os sujeitos fazem entre si, com o objeto e com o objetivo de sua práxis em comum.

Considerando as aproximações teóricas, realizadas até aqui, aos questionamentos sobre o tema da configuração da alteridade no processo grupal, formulo as questões norteadoras desta pesquisa:

- a) Quais as repercussões do processo grupal no estabelecimento da relação Eu-Outro?
- b) Como os sujeitos apreendem a alteridade para a organização e a constituição do Ser?
- c) A experiência dos sujeitos, no processo grupal, propicia a compreensão da característica intencional de Ser e da práxis comum?

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trajeto metodológico adotado baseia-se no referencial da pesquisa qualitativa. A operacionalização do projeto de pesquisa centrou-se, tanto para a apreensão dos dados quanto para sua análise, na dimensão dos aspectos objetivos e subjetivos, ocupando-se em apresentar as situações do campo e dos sujeitos da



pesquisa, nas suas manifestações explícitas e implícitas. A metodologia qualitativa, segundo Taylor e Bogdan (1996, p. 20), refere-se à “investigação que produz dados descritivos: as próprias palavras das pessoas, faladas ou escritas e a conduta observável”¹⁴.

A pesquisa qualitativa permite reflexões sobre o modo que os sujeitos compreendem sua realidade, o lugar que estes ocupam no contexto sociohistórico e as ações realizadas nesta perspectiva. Além disso, esta metodologia traz a necessidade de clareza quanto ao envolvimento e comprometimento do pesquisador, ou, em outras palavras, quanto a sua implicação com a produção científica. Ao impregnar-se da realidade a ser investigada, para conhecê-la, o pesquisador necessita, também, registrar seu próprio processo de investigador. Esses são pressupostos que constituem este percurso metodológico, envolvendo a fala dos sujeitos de pesquisa e as percepções e sistematizações do pesquisador.

¹⁴ As citações bibliográficas de TAYLOR, S. J. e BOGDAN, R. *Introducción a los métodos cualitativos de investigación*. 3. ed. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1996, contidas nesta dissertação foram traduzidas pela autora.

Pode-se dizer, como Rocha e Aguiar (2003, p.1), que esses procedimentos metodológicos também envolvem o “assumir o desafio de colocar em análise suas implicações com as práticas produzidas” e indicam o entendimento de pesquisa-intervenção ou das denominadas pesquisa participante e pesquisa-ação. A discussão em torno desses pressupostos metodológicos norteia o entendimento de implicação do pesquisador com os sujeitos de pesquisa, com o campo e com o objeto de estudo.

A ressalva de que a presença do pesquisador produz uma alterabilidade no campo de pesquisa, a partir de sua inserção, sinaliza o compromisso pertinente à sua implicação. Além de que, marca a ruptura com o entendimento de neutralidade, oriundo da tradição positivista no desenvolvimento das ciências sociais. A alterabilidade, segundo Taylor e Bogdan (1996), traz situações não-espontâneas do espaço de investigação e, ao mesmo tempo, reações e movimentos à presença do pesquisador. Isto ocorre em virtude da interação do pesquisador com os sujeitos de pesquisa e, como tal, é uma relação que produz ações e reações e, também, por ocupar o lugar de pesquisador, gera um significado no campo de pesquisa.

A identificação de metodologia qualitativa expressa não somente uma forma de apropriação e análise dos dados, mas aqui se encontra no bojo da pesquisa-ação, participante ou de intervenção. Demarca não somente a relação do pesquisador com o objeto de estudo, mas, também, as relações consideradas na produção teórico-prática que os sujeitos da pesquisa realizam com o objeto.

As referências da implicação investigatória, sinalizando para o conhecimento e a ação sobre a realidade, estão colocadas, em diferentes dimensões, na pesquisa participante (BRANDÃO, 1987), na pesquisa-ação (THIOLLENT, 2003) e na

pesquisa-intervenção (ROCHA e AGUIAR, 2003). São propostas metodológicas que orientam a aproximação ao problema em estudo na mesma condição que sustentam a forma de relacionamento do pesquisador com o conhecimento. Ou seja, caracterizam-se como meios de trabalho e constituem a identificação de quem as operacionaliza. Assim, tem-se a ampliação do conceito de implicação visto no questionamento do significado da pesquisa para o pesquisador, das repercussões desta para com os sujeitos e na construção de proposições para a realidade estudada.

Na afirmação de Rocha e Aguiar (2003, p. 2), “todos são co-autores do processo de diagnóstico da situação-problema e da construção de vias que possam resolver as questões”. Isso mostra a concepção das ações investigativas: que os sujeitos da pesquisa não são, somente, “fornecedores de dados a serem coletados” mas, produtores de práticas que incidem na realidade sociopolítica, por serem produtores de um conhecimento. E o pesquisador organiza sua intervenção no campo, na abordagem do objeto de estudo, entendendo a indissociabilidade entre conhecimento que se faz da ação e ação que se dá pelo conhecimento. Nas palavras de Laville e Dionne (1999, p. 87), são as “experiências que nos fizeram ser o que somos”.

Sujeito e objeto da pesquisa aparecem como uma relação indissociável, neste caso, vivida por mim e pelos integrantes do grupo, com o objeto de estudo. Para Steren (1991), sujeito e objeto estão constituídos numa interação de dependência na elucidação dos fatos sociais. Essa afirmação pode ser complementada por Bosi (1987, p.3)¹⁵ quando diz que “nesta pesquisa fomos ao mesmo tempo sujeito e

¹⁵ Esta referência encontra-se em JACQUES, Maria da Graça Corrêa. *Trabalho, educação e identidade*. Tese de Doutorado, PUC/RS, maio de 1993, p. 212.

objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto quando ouvíamos, registrávamos, sendo como que um instrumento de receber e transmitir suas lembranças”.

O objeto desta pesquisa, a configuração da alteridade no processo grupal, é oriundo das práticas dos sujeitos de pesquisa relatadas no seu grupo, coordenado por mim do qual apreendo o material da investigação. Poderia dizer que me incluo, na qualidade de pesquisadora, na denominação de sujeito de pesquisa, mas, para fins de registro e apresentação desta investigação, prefiro reservar esta denominação para os integrantes do grupo. Por outro lado, o objeto de pesquisa adquire esse nome para fins da investigação, mas, para os sujeitos, é o seu cotidiano, é a sua história e pode ou não ser entendido como um objeto a ser analisado. Assim, o objeto da pesquisa adquire uma interpretação dada pelos sujeitos, e é esta que marcará o material de análise desta investigação, pois eles também fazem a construção analítica das informações.

Vale assinalar que me propus a ser pesquisadora no espaço institucional de meu exercício profissional. Ou seja, a problematização da pesquisa-ação, participante ou intervenção e a questão da implicação adquire, aqui, a sua materialização para ser vivida. Por isso, refletir sobre e pelo lugar ocupado na função de pesquisadora e Assistente Social numa instituição pública, na atribuição de coordenação do grupo de sujeitos, inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e a intenção de estudar esse processo grupal, traz motivos para olhar o desdobramento do significado de compromisso, de implicação e de intervenção.

Para Taylor e Bogdan (1996), o acesso ao cenário de investigação torna-se mais um procedimento do pesquisador. Esses autores recomendam a abstenção de abordar o objeto de estudo em cenários onde se tenha um vínculo direto, pois, entendem que representa o risco de redução do olhar sobre o objeto de estudo e da censura na elaboração dos relatórios.

Entendo que, tanto num espaço alheio às relações pessoais e profissionais quanto no próprio âmbito de inserção do pesquisador, requer o procedimento de solicitação de acesso para investigar. Sem desconsiderar que há diferenças nestas solicitações, ambas apresentam suas facilidades e dificuldades.

Quanto ao risco de uma análise reduzida, entendo que isto ocorre em ambos os casos. Se, por um lado, não compor o quadro de pessoal da instituição representaria maior liberdade analítica, por outro, não poderia mensurar as repercussões posteriores à sistematização do material da pesquisa ou não poderia avaliar a própria intervenção profissional. Nesse sentido, o acesso ao cenário, a produção da sistematização e a sua devolução para os sujeitos envolvidos são procedimentos que pertencem à prática investigatória. Independente de quando e onde, investigar exige o trato científico na revisão da relação, mais próxima ou mais distante, do sujeito com o objeto.

Mesmo sabendo que investigar no próprio campo de trabalho profissional possa transformar o registro do material numa perspectiva particular e singular ou restringir a análise do conteúdo dos eventos, acredito que este é um risco que proporciona justamente repensar minha prática. É pela oportunidade de questionar, de fazer o distanciamento necessário para a aproximação do objeto de estudo e de se fazer “estranho na sua própria realidade” (SCHOSSLER, 2005, p. 49) que invisto

em projetos de formação e qualificação. Poder distanciar-me das manifestações do senso comum é proceder sem que isso seja transformar o objeto de estudo em algo alheio ao próprio ser e fazer de minha história. Até porque, não posso negar que foi no âmbito de minha inserção profissional que foi gestado o problema de pesquisa. Assim, por perceber sua impregnação na minha trajetória é que valorizo a transição entre vivê-lo e pensá-lo através dos aportes metodológicos que demarcam a ruptura com o viés da neutralidade.

Após a qualificação do projeto de pesquisa pela Banca Examinadora, ele foi apresentado à Gerência Regional com o fim de que autorizasse a sua operacionalização. Esta autorização foi assinada e arquivada no espaço institucional e acadêmico. Após, conforme combinado com a Gerência, o projeto foi apresentado e entregue uma cópia impressa para a Equipe Técnica do Centro Regional de Assistência Social Eixo-Baltazar, a qual fez questionamentos sobre a repercussão para os integrantes do grupo e apresentaram sugestões para a sua execução.

Posteriormente, fiz o mesmo procedimento com os sujeitos da pesquisa. Expliquei o que era o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver Apêndice A) e a importância de sua assinatura. Perguntaram se isto comprometia o Contrato do PETI. Informei que não e combinamos a sua assinatura para o encontro subsequente. Um integrante disse que precisava pensar. No encontro seguinte, ele perguntou se eu usaria sua fala nos relatórios. Disse que sim e reafirmei meu compromisso de discrição e de sigilo. E, então, ele assinou.

Por ser pesquisadora e, simultaneamente, coordenadora desse grupo e, por isso, estar inserida no campo de investigação, foi necessário entender a assunção dessa dupla função. Além disso, foi necessário aprender a integrá-las nas

intervenções realizadas nos encontros grupais. Em relação ao instrumental adotado, interessei-me em destacar a visão dos sujeitos sobre minhas atribuições e sobre a expectativa deles com a pesquisa.

Os sujeitos não perguntaram sobre a pesquisa, mas, prevaleceram comentários direcionados à função de Assistente Social e deles enquanto usuários da Política de Assistência Social. Não diferenciaram as funções de pesquisadora e de técnica social, talvez porque não perceberam o início e o fim da apreensão do material da investigação, ou porque, de fato, continuo na coordenação desse grupo mesmo após a pesquisa ou porque a operacionalização da pesquisa não se constituiu numa modificação no andamento do trabalho grupal.

Os sujeitos trouxeram a percepção sobre minha função, apontando para minha situação socioeconômica, “tu vive bem, mas para nós não é fácil aí no mundo”, e no aspecto profissional, comparando meu desempenho com outros profissionais “aquela Assistente Social é diferente de ti”. Localizaram minhas atribuições pelas intervenções de informação, de manter a comunicação nos encontros do grupo e de assinalar as potencialidades dos integrantes. Nesse ponto, falaram que eu reconheço suas conquistas quando contam suas ações.

Da mesma forma, os sujeitos salientaram que fiscalizo seus atos, através da fala “eu tenho que dar explicação é para a pessoa que está me atendendo”, porque entendem minha função pelo ato de saber “de nossas vidas”. No entanto, nem sempre esta constatação indica aprovação e aceitação deste ato. Pelo contrário, o entendimento da relação, estabelecida comigo, varia de acordo com as circunstâncias e reflete o que está em pauta no momento do encontro grupal. Nesses momentos, minha função de técnica social é mencionada com raiva,

principalmente, quando os sujeitos não cumprem com as cláusulas contratuais do PETI e temem sua repercussão. Assim, também, criticaram as intervenções que não realizei: “aquele dia eu te esperei (na visita domiciliar) e nada de aparecer!”.

Nos registros em que consta a despedida dos integrantes, a relação comigo foi referida através da inquietação sobre minha continuidade na função de Assistente Social. Na ocasião de minhas férias, perguntaram “está de férias ou vai deixar a gente também?”.

Na devolução da sistematização da pesquisa, apresentei uma síntese dos conteúdos das questões temáticas, dizendo que os integrantes do grupo poderiam interromper minha explanação no momento em que percebessem discordâncias ou acréscimos sobre as informações. Essa apresentação disparou a continuidade das reflexões sobre as temáticas. Os sujeitos retomaram o que já tinham falado e ampliaram seus conteúdos. Meu entendimento foi de que os sujeitos não consideraram a sistematização devolvida como parte de um processo acadêmico da pesquisadora, mas, sim, consideraram mais uma parte do trabalho grupal. Devido a isso, as verbalizações desta devolução foram incorporadas na sistematização do material da pesquisa.

Nesse dia, estavam presentes os sujeitos que ingressaram no grupo recentemente e que não sabiam da realização desta investigação. Esses sujeitos participaram da discussão como se tivessem acompanhado todo o processo da pesquisa, trazendo contribuições importantes e referindo-se às temáticas como indicativos de suas histórias. Ao final, os integrantes comentaram que são reflexões do ano passado, mas que, conforme Sílvia¹⁶, “tem coisas que continuam ainda”.

¹⁶ Nome fictício da integrante do grupo.

Considerando os delineamentos metodológicos fundamentados até aqui, é necessário retomar as apreciações assinaladas no capítulo anterior sobre a exploração da alteridade no processo grupal, principalmente quando há a intenção de construir um objeto de conhecimento, elegendo as perspectivas da participação, ação e intervenção como desdobramento da pesquisa qualitativa.

Assumo estas perspectivas como referências teórico-metodológicas porque me sugerem poder conhecer a alteridade em um universo grupal, compreendendo as múltiplas determinações que se inter cruzaram em virtude da complexidade deste tema. Assim, essas referências permitiram-me lançar o olhar para o quanto se explicitava e se ofuscava, simultaneamente, a relação estabelecida entre o Eu e o Outro. E as elegi porque me deram parâmetros para manter o diálogo interno mesmo quando a crítica foi dirigida ao objeto de estudo presente na minha objetividade e subjetividade. A sistematização do material produzido pelos sujeitos sinalizou para o atendimento destas questões, conforme consta no capítulo seguinte.

2.1 UNIVERSO DA PESQUISA E A CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DE PESQUISA

O universo da pesquisa está situado no grupo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), especificamente do Centro Regional de Assistência Social Eixo Baltazar, da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), órgão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Esse grupo é organizado a partir do ingresso dos sujeitos nesse Programa de Atendimento da Política da Assistência Social, intervenção esta realizada pela minha atribuição profissional nesta instituição.

Esse ingresso se deveu à situação de vulnerabilidade social em que se encontram, estando sem acesso à manutenção da sua própria sobrevivência e passando por situações de exclusão social, econômica e cultural, ou seja, sem garantias de seus direitos básicos.

A vulnerabilidade social é conceituada pelo

resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (ABRAMOVAY et al., 2002, p.13).

Em Castel (2004), a vulnerabilidade social está permeada pela conformação da questão social. Esta, por sua vez, é indissociável do processo das relações sociais capitalistas e dos seus efeitos na produção de bens materiais e demonstra o hiato da sociedade na sua capacidade de relação entre a ordem jurídica, política e econômica. Assim, as situações de ingresso dos sujeitos em Programas de Atendimento da Assistência Social são oriundas da questão social que se configura nas vias de exploração e exclusão do mundo do trabalho.

A compreensão do trabalho infantil passa pela discussão da categoria do trabalho na sociedade que tem papel fundamental na constituição dos sujeitos na sociedade. Ao analisar a centralidade da categoria trabalho, Kuenzer (1998, p. 67) afirma que “sob as novas formas de realização do capital, continua mais viva do que nunca a sua velha lógica que produz, crescentemente, a exclusão pela exploração do trabalho”. Conforme Antuniassi (1983) é pelo trabalho que os indivíduos transformam a natureza, construindo o mundo e reconstruindo-se nesse processo. Ou, ainda, é uma atividade específica da espécie humana, produzindo seus meios

de existência no processo histórico. As mudanças do mundo do trabalho, analisadas por Antunes (1998), revelam a introdução da tecnologia e a modificação da organização do trabalho que atendem às novas necessidades de acumulação do capital, inseridas no contexto da globalização da economia. Essas mudanças trazem resultados adversos aos trabalhadores como a flexibilização laboral, terceirização, desemprego, etc.

No cotidiano dos sujeitos desta pesquisa, tais transformações representam a impossibilidade de inserção no mercado formal de trabalho, a utilização do trabalho infantil e a precarização das condições de trabalho dos adultos, ou seja, configuram-se num contexto socioeconômico de vulnerabilidade social. É importante ressaltar que a maioria dos direitos básicos é acessível somente aos inseridos no mundo laboral formal.

O trabalho infantil é entendido como uma situação que compromete o desenvolvimento físico, emocional e social e viola os direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Para Carvalho (1997, p. 109), o trabalho infantil também reflete “na baixa auto-estima, na exclusão cumulativa dos bens culturais e riqueza societária, no processo de subalternização quase que irreversível e na adulez precoce”. Na concepção de Costa (1996, p. 5), durante muito tempo “o trabalho infantil no Brasil foi tratado como solução para a questão da pobreza e da fragilidade da família brasileira”.

Essa caracterização da problemática vivida pelos integrantes do grupo permitiu contextualizar sua produção analítica registrada no material da pesquisa. Também permitiu compreender a partir de que perspectivas estabelecem seus discursos e de que parâmetro se pode entender a questão da alteridade.

Foi arbitrado este universo porque nesse grupo se geraram as inquietações que moveram a construção do objeto de estudo. Além disso, e já mencionei anteriormente, é uma forma de refletir o meu cotidiano profissional. Portanto, é um grupo que não foi instituído para a operacionalização da pesquisa, pois sua atividade já estava em curso, ou seja, com um processo em andamento. Isso significou romper com a artificialização dos cenários para a experiência investigatória, pois na função de técnica social e pesquisadora, tenho acompanhado o seu acontecer grupal.

Atualmente esse grupo é composto por 11 pessoas, sendo três do sexo masculino e oito do sexo feminino. Quanto à escolaridade dos sujeitos, dois são não-alfabetizadas, oito têm ensino fundamental incompleto e um possui ensino fundamental completo. O número de membros em cada família dos sujeitos é de dois a seis indivíduos e a renda está entre meio e dois salários mínimos¹⁷, incluindo o recurso financeiro do PETI. Metade desse total de integrantes do grupo é de etnia branca e a outra metade é negra, com faixa etária entre 18 e 59 anos. Desses sujeitos, somente um possui contrato de trabalho em uma entidade de educação infantil com a função de serviços gerais. Os demais trabalham com a coleta de material reciclável, como empregados domésticos, construção civil e na prostituição. Porém, a fonte de renda principal é proveniente do recurso do PETI.

Dos 11 integrantes do grupo, dois são portadores do vírus HIV/AIDS, dois sofrem com o uso abusivo de álcool e drogas e três com patologias como: tuberculose, desnutrição e cardiopatia. Além da situação de trabalho infantil, há a incidência de abuso sexual, criança e adolescente em situação de rua, adulto

¹⁷ Para o ano de 2005, o salário mínimo corresponde a R\$ 300,00.

responsável em regime de apenado. Quanto ao processo habitacional, já residiram em várias áreas de ocupação, em áreas públicas ou consideradas de preservação ambiental. Este fluxo migratório também traz a dificuldade de vinculação com o âmbito escolar e com possíveis espaços de trabalho. A maioria dos sujeitos não possui qualificação para exercer outras atividades laborais, além das que exerce, e os demais sujeitos possuem conhecimento do meio rural, mas que não o exercem em Porto Alegre.

Esta caracterização dos sujeitos atende ao objetivo de visualizar o conjunto dos protagonistas, autores das falas pronunciadas que são o material de análise desta dissertação. Porém, conforme descrito no subtítulo 2.3 deste capítulo e no capítulo 1, meu foco analítico está dirigido para a emergência das questões temáticas no processo grupal. Isto é, considero a fala na sua produção compartilhada, manifestada no contexto dos encontros grupais, engendrada por várias vozes e não particularizada por um sujeito.

2.2 INSTRUMENTO DE ACESSO AO MATERIAL DA INVESTIGAÇÃO

A apreensão do material foi realizada através da observação dos encontros grupais, da elaboração de crônicas e diários de campo, da gravação e transcrição das falas no processo desse grupo do PETI. Segundo Olabuenaga e Ispizua (1989, p.80), a observação propicia a aproximação direta com a riqueza dos dados e pretende “evitar a hibernação da realidade e examiná-la tal como ocorre sem nenhum tipo de modificação”¹⁸. Para Taylor e Bogdan (1996), a observação significa a oportunidade de ver os dados nas suas expressões e nos seus contextos. A

¹⁸ As citações bibliográficas de OLABUENAGA, José I. Ruiz e ISPIZUA, Maria Antonia. *La descodificación de la vida cotidiana: métodos de investigación cualitativa*. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989, contidas nesta dissertação foram traduzidas pela autora.

observação científica, na visão desses autores, é planejada, prevista, responde a perguntas e questões específicas, seleciona o tema, o grupo, a situação; é a forma sistemática de ordenar, descrever, relacionar e analisar e é uma forma de questionar o que se vê e de contrastar as reflexões do investigador.

Os dezoito encontros do grupo, com periodicidade quinzenal, ocorreram de março a novembro de 2005, período da execução do projeto da investigação. A delimitação desse período respondeu à necessidade de guiar-me pelas pretensões estabelecidas no cronograma do projeto de pesquisa e porque, entendi que já contava com elementos suficientes para sistematizar a questão da alteridade.

É importante esclarecer que também foram considerados os relatos de sete encontros correspondentes ao segundo semestre de 2004. A utilização desses relatos, anteriores ao início oficial da pesquisa, foi porque neles estava o histórico da constituição desse grupo. Optei pela inclusão desses encontros, aqui, de sujeitos que não participaram durante o ano de 2005, porque entendo que a produção dos sujeitos caracterizou e marcou os seus trabalhos subseqüentes e instalou as bases da configuração atual do grupo. Nelas, encontrei pontos relevantes para a compreensão do objeto de estudo, como se pode perceber na descrição da produção do processo grupal e no decorrer das análises.

Compreendo, também, que a aproximação com o tema central desta investigação requer um recorte metodológico, em termos cronológicos e de campo de estudo. No entanto, o tema central não está congelado neste recorte, e, sim, perpassa toda a trajetória dos sujeitos e compõe os diversos âmbitos de suas inserções. Por isso, os encontros desse grupo do PETI são uma das instâncias em que ocorre a questão da alteridade.

Em 2005, durante cinco meses, contei com o trabalho de uma estagiária do Serviço Social¹⁹, que, como observadora, teve a atribuição de fazer os relatos e de organizar as gravações dos encontros. Trabalhei os assuntos propostos pelos integrantes e propus outros que considerei pertinentes para o objeto de estudo e para o processo grupal. Os assuntos foram: as ausências nos encontros, a questão das escolhas e decisões, o trabalho de reciclagem de materiais, as relações de convivência na comunidade, entre outros.

No início de 2005 houve, dentre toda a pauta, a discussão sobre a gravação dos encontros, por isso, somente a metade deles contou com este tipo de registro. É um recurso técnico que não faz parte da rotina do trabalho desse grupo e, por isso, se caracterizou como algo novo, tanto para os integrantes quanto para mim. A incorporação do gravador também trouxe aprendizagem, porque esse instrumento não foi visto como obstáculo no andamento da produção dos sujeitos. Pelo contrário, eles auxiliavam na instalação do gravador em local que permitisse melhor captação sonora.

O material oriundo do processo grupal foi registrado em forma de crônicas, isto é, o material escrito feito pela pesquisadora e pela estagiária, durante a realização dos encontros grupais. Incluo uma das crônicas produzidas (Apêndice B) para visualização de sua estrutura e de sua capacidade de apreensão do material investigado.

A opção por esses instrumentos foi porque eles contemplam as necessidades do projeto de pesquisa, que é documentar o acontecer grupal. Segundo Ferreira (1986, p. 502-503), a crônica é uma

¹⁹ Este período foi uma decisão da própria estagiária, interrompendo o contrato antes do prazo previsto de sua atuação que era até o final de dezembro de 2005, ou seja, por mais sete meses.

narração histórica ou registro de fatos comuns feitos por ordem cronológica, pequeno conto de enredo indeterminado, texto jornalístico redigido de forma livre e pessoal e que tem como temas fatos ou idéias da atualidade, de teor [...] relativo à vida cotidiana, conjunto das notícias ou rumores relativos a determinados assuntos.

Seguindo esse conceito, os diálogos foram transcritos literalmente, tratando de que esses sejam o registro fiel do que foi dito, anotando-se as expressões verbais, a dinâmica e as situações ocorridas no processo grupal e os aspectos da percepção do pesquisador. Ou seja, no momento dos encontros, anotei aquilo que vi e ouvi, o que já contém uma seleção do que considero importante. Nos relatos da estagiária aconteceu o mesmo. É importante salientar que, o conceito de crônica, aqui utilizado, como instrumento desta pesquisa, diferencia-se do conceito utilizado no campo literário porque não tem a estrutura armada por um narrador. Pois, priorizei a estrutura que destacasse as falas dos sujeitos.

Para Barriga (1991), o registro do material do trabalho com os grupos traz limitações quando efetuado durante o encontro, pois quem o faz só pode seguir um viés de seqüências, com uma velocidade distinta da execução da fala e com o atravessamento de sua subjetividade. Diante dessas limitações, afirma que não se pode assegurar a totalidade de documentação dos acontecimentos e que o registro escrito pode ser “castrador do processo do grupo” (p. 140)²⁰. Essas ponderações servem para discutir o quanto o material da investigação é permeado pela relação que o pesquisador tem com ele. Mas, o principal, diz o autor, é compreender os aspectos que cada pesquisador tem para articular o conhecimento e suas intervenções no grupo.

²⁰ As citações bibliográficas de BARRIGA, Ángel Díaz. *Abordaje del registro de material en un proceso grupal*. In: BAULEO, Armando y otros. *La propuesta grupal*. México: Plaza y Valdés, 1991, contidas nesta dissertação, foram traduzidas pela autora.

Assim percebi, na apreensão do material desta pesquisa, que a gravação forneceu outros dados não constantes nas minhas apreciações e decisões, no momento do registro escrito, durante o trabalho grupal. Isto porque o registro do acontecer grupal já traz uma leitura, uma interpretação daquilo que é considerado pertinente e relevante para o pesquisador.

O encontro que não foi gravado (por falhas no equipamento) e aquele em que fiz o registro no momento (estava organizando o ensaio da dramatização), foram relatados, posteriormente, com o material de minhas lembranças, evitando, assim, perder a continuidade da produção dos sujeitos. Gravar um encontro grupal não é tarefa fácil porque nem sempre capta os diálogos quando esses se sobrepõem, e porque, por mais bem posicionado que o gravador esteja no espaço físico, nem sempre registra, com volume sonoro necessário, todos os diálogos proferidos.

O registro das minhas percepções apontou a inclusão das observações, descrições e interpretações do ocorrido no cenário grupal, que serviram como dados de contextualização das falas. Durante os encontros do grupo fiz essa inclusão e também após, ao reler os registros, complementando com o que Schossler (2005) identifica como lembranças do pesquisador. Ou, conforme Olabuenaga e Ispizua (1989), permitindo outros olhares sobre o material existente.

É importante dizer que a crônica permitiu a elaboração de sínteses periódicas, nas quais contrastei a visão sobre o objeto de estudo de cada encontro grupal e as questões norteadoras da pesquisa. Simultaneamente, revisei o referencial teórico que orienta a continuidade dos passos posteriores e que permite fazer a devolução dessas sínteses para os integrantes do grupo. Além das crônicas tive à disposição, para registro, os textos e desenhos elaborados pelos integrantes do grupo e que

trouxeram outra forma de documentar o material empírico. Esses instrumentos serviram para a transcrição dos diálogos e para minhas observações.

Na utilização desse instrumental e na construção da análise do material, assumi o compromisso de discricção e cuidado com as informações trazidas pelos sujeitos da pesquisa. Além da formalização deste ato, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tal compromisso foi explicitado no início da coordenação dos encontros do grupo, conforme referido no capítulo anterior da revisão teórica, ou seja, no momento do estabelecimento do enquadre de trabalho grupal.

2.3 TRAJETO PARA O PROCEDIMENTO ANALÍTICO DO MATERIAL DA PESQUISA

Para Taylor e Bogdan (1996, p. 158), “a análise dos dados é um processo em contínuo progresso na investigação qualitativa”. Os autores assinalam que, enquanto se registra o material da pesquisa, simultaneamente se efetua sua análise, destacando-se os emergentes das crônicas e desenvolvendo-se conceitos que lhes dão sentido. Esse processo é necessário para enfocar os objetivos e as questões norteadoras do tema central da investigação e formular, continuamente, perguntas que direcionem a atenção do pesquisador.

Segundo as contribuições de Pagès et al. (1990, p. 205-206), a análise do material deve considerar “o discurso não como um conjunto de partes que tem um ‘conteúdo’ isolável, mas como um fluxo de contradições ligadas e encadeadas”. A produção analítica empreendida pelos integrantes do grupo necessita desses

procedimentos metodológicos, como uma possibilidade de valorizar todos os aspectos que eles trazem.

Seguindo as orientações metodológicas dos autores citados neste capítulo, as análises e interpretações do conteúdo do material se desenvolveram, permanentemente, mediante a revisão de todos os dados apreendidos, a fim de evitar generalizações que estariam fora do universo da pesquisa. Tratei de compreender a realidade contada pelos sujeitos através de suas falas e suas ações. Retomei o material bibliográfico que as temáticas demandaram, e confeccionei fichas de leitura e pequenos resumos.

A etapa de análise do conteúdo das temáticas, propriamente dita, foi remetida aos norteamentos da pesquisa qualitativa, compreendendo-os nos seus níveis de interpretação fundamentados nas inter-relações do modo de ser do homem (MARTINS, 1994). Segundo Rocha e Aguiar (2003), os conceitos que estão nas falas dizem, indicam e orientam as práticas do homem e de sua coletividade. Nesse sentido, os sujeitos de pesquisa são concebidos enquanto protagonistas de sua história, construindo seus atos e suas concepções.

Desses aportes organizei uma estrutura de funcionamento e fluxo para as análises e para a elaboração do conhecimento. Esta organização tem o seu detalhamento no conjunto do presente capítulo.

A etapa de interpretação dos conteúdos das crônicas seguiu o desenvolvimento de passos sistemáticos, até a reconstrução dos seus possíveis significados que resultaram nesta dissertação. Inicialmente, organizei as crônicas em ordem cronológica, e fiz a primeira leitura de todo o material, assinalando as falas ou

movimentos norteadores, identificando, neles, os temas contidos e agrupando-os por temáticas e decodificando o significado das mesmas. Ressalvo que, muitas vezes, a mesma fala faz parte de duas ou mais questões temáticas.

Conforme Pagès et al. (1990), as falas e seus fragmentos selecionados passam a ser unidades intencionais do tema. E por serem intencionais, o pesquisador interpreta esse norteamento que surge nos discursos. Já, nesta etapa, se revela a intencionalidade e, portanto, a não-neutralidade nos procedimentos científicos da investigação.

Para a apropriação analítica do conteúdo, utilizei os aportes metodológicos de Taylor e Bogdan (1996) e de Pagès et al. (1990). Assim, é possível conceituá-la como uma técnica que permite a abordagem e a descrição dos conteúdos das informações orais e gráficas, e proporciona o reconhecimento e a interpretação de outros significados e, portanto, a produção de outras mensagens.

Segundo Pagès et al. (1990, p. 190), “o plano de análise de conteúdo [...] é apenas esta estrutura provisória que permite passar dos primeiros esboços teóricos [...] para uma elaboração teórica mais profunda”. Com isso, os autores afirmam que teoria e análise são processos simultâneos e co-existentes e que pressupõem uma escolha epistemológica. O que importa, para esses autores, é romper com a idéia de “por um lado, o conceito sem vivência, por outro, a vivência sem conceito” (p. 209).

Para esses autores, “o tema é o primeiro julgamento que provoca uma cadeia de relações entre julgamentos” (p. 202). Por isso, a escolha do objeto de estudo e dos seus desdobramentos temáticos indica uma escolha teórico-metodológica do pesquisador. Ou seja, já na delimitação do tema há uma intencionalidade na forma

de sua abordagem, assim como os sujeitos possuem suas intencionalidades ao proferirem seus discursos.

Para resguardar esse pressuposto, os conceitos e entendimentos desta investigação partiram de descrições, permeadas com os relatos das experiências dos sujeitos, daquilo que, de fato, existe no tempo em que foram descritos. Entendo, aqui, descrição como o relato de fatos, idéias, conceitos e sentimentos servindo ao reconhecimento do objeto de pesquisa. Em outras palavras, esta descrição é o que compõe as crônicas. Segundo Taylor e Bogdan (1996, p. 88), “as palavras e ações das pessoas somente podem ser compreendidas se as examinam no contexto em que foram pronunciadas ou realizadas”.

A utilização do enfoque teórico-metodológico de Pichon-Rivière (1997), na intervenção da questão do processo grupal permite transitar pelo conteúdo das verbalizações, explorando suas possibilidades de assinalamento do tema da alteridade. Respaldo-me nos estudos Pichonianos e nos autores citados anteriormente, a seleção das falas, o agrupamento temático e a análise de seus conteúdos foram realizados, também, com a interpretação do processo de cada encontro grupal.

A análise do processo grupal (ver Apêndice C) objetivou expor os elementos que permearam o trabalho deste grupo do PETI e a horizontalização das manifestações verticalizadas. Objetivando, então, a inclusão do discurso no contexto grupal e a visualização do ‘quando’, do ‘onde’ e do ‘como’ este discurso aparece, evitando seu recorte, somente na particularização das falas. Essas análises estão organizadas em forma de quadros, com colunas que contemplem minhas

intervenções e impressões sobre cada um dos encontros e com o número de presenças de cada um dos encontros grupais.

As falas não são consideradas, exclusivamente, no seu pronunciamento particular, isto é, não são vistas como de propriedade do sujeito que as proferiu. Mas, correspondem a um pronunciamento posto no contexto grupal, oriundo de uma produção e atendendo o acontecer do processo grupal. Apesar de a fala ocorrer numa dimensão individual, seu significado se insere na vida social (JACQUES, 1993), assumindo, segundo Pagès et al. (1990), que o discurso é individual e coletivo.

Antes da revisão dos dados agrupados, retomei as questões norteadoras do tema central e os objetivos anotados no Projeto, buscando outras leituras possíveis e novos ordenamentos das temáticas, para expor, o objeto de estudo e para adquirir um inter cruzamento temático. A etapa de interpretação do material objetivou transcender a compreensão primeira de seus significados e elaborar concepções, apreendendo-os na sua totalidade para depois apresentá-los de forma compreensível e acessível para quem não esteve envolvido na pesquisa.

Para a interpretação do material de cada temática retomei a sua relevância no projeto de pesquisa, registrando as definições dos sujeitos e o que aparece nas crônicas sobre a temática, considerando, também, o quando e o como se configura esta questão na perspectiva dos sujeitos. Registrados estes pontos, passei ao seu estudo com a contribuição da literatura, elaborando uma reflexão que contivesse o desenvolvimento de proposições e conceitos, a partir desses referenciais, integrando-os às minhas análises.

Na seqüência, elaborei o agrupamento das temáticas por eixos temáticos, que aqui denomino de questões norteadoras e fundantes do tema central da pesquisa. Assim, após as análises das temáticas, busquei nelas a identificação de conteúdos convergentes que permitiram relacioná-las e unificá-las por suas aproximações, em questões norteadoras. É importante ressaltar que, novamente para esta organização, recorri às questões de pesquisa elaboradas no projeto e à análise do processo grupal para relacionar o que foi verbalizado com o que vinha sendo produzido pelos integrantes. Ou seja, a sistematização do material contém a apropriação das repercussões desta produção na totalidade dos encontros grupais selecionados no universo da investigação.

Por último, apresento a sistematização da investigação, a dissertação propriamente dita, com a produção sobre o tema fundante da pesquisa. Cumpro, assim, com o objetivo de expor a compreensão obtida na abordagem do objeto, de acordo com as normativas para estudos científicos, apresentando uma produção que possa servir de estudo para futuras investigações e para a devolução aos sujeitos.

A apropriação dos procedimentos metodológicos permitiu-me orientar os objetivos da investigação, a minha inserção no campo e a relação com o objeto e com os sujeitos revelando a amplitude da minha implicação. Além disso, o processo da pesquisa conduziu-me, muitas vezes, por caminhos desconhecidos e incertos. Com base nesta constatação é que reafirmo a inegável necessidade de clarificação do percurso metodológico para um pesquisador.

3. O ENTENDIMENTO DA ALTERIDADE E SUAS EXPRESSÕES NO ÂMBITO GRUPAL

Conforme descrito no trajeto metodológico, a análise do material é registrada através dos conceitos e dos entendimentos oriundos dos relatos dos sujeitos, expressos no contexto grupal, visualizando o 'quando', o 'onde' e o 'como'. Estas expressões também foram analisadas pelo conteúdo que configurava o processo dos encontros grupais.



O estudo da alteridade no processo grupal impulsiona a organização analítica deste objeto por temáticas, as quais enfatizam sua inter-relação e a relação delas com o tema central da Pesquisa. Esta inter-relação temática deriva no ordenamento de três questões norteadoras e dentro destas, as temáticas referentes.

O objetivo desta estrutura é expor o material da investigação, tomando o significado deste para os sujeitos da pesquisa, pesquisadora e referencial bibliográfico. Assim, cada temática sistematizada contém os atravessamentos e cruzamentos destes três olhares sobre os mesmos conteúdos.

3.1 A EXPERIÊNCIA DA RELAÇÃO EU-OUTRO

O entendimento da alteridade é delineado através desta questão norteadora, da experiência relacional, e condensa as temáticas da concepção do Eu e a da

existência do Outro. Trata da compreensão dos elementos que assinalam o conhecimento e o reconhecimento do Eu e do Outro, numa relação situada com o entorno. Nessa manifestação, identifica-se a existência compartilhada que permite delinear a noção de alteridade e os princípios da noção do *nós*. Nessa perspectiva, a inclusão do terceiro se interpõe para afirmar o olhar totalizador sobre o homem. E para instalar as condições da existência em comum.

No entanto, é importante ressaltar que a análise da questão da alteridade revela o processo em que se encontra este grupo do PETI. Ou seja, é um grupo que passa por momentos de avanços e estancamentos de suas ações, constante ingresso e despedida de seus integrantes, entre outras situações. Estas situações marcam o contexto grupal e, por sua vez, o âmbito de materialização da alteridade.

3.1.1 A concepção do Eu: o conhecer-se e o reconhecer-se dos sujeitos

A noção do Eu é delimitada pelos sujeitos, pelo ato de se conhecer e de se reconhecer, incluindo a identificação das suas características. Os sujeitos apontam esta identificação através das suas trajetórias de vida, através do intercruzamento entre esta caracterização e o enunciado, no capítulo anterior, da identificação enquanto integrantes do Programa PETI. O que dizem de si mesmos relaciona-se com a vivência de situações de vulnerabilidade social.

Com base nisto, os sujeitos referem suas características associando a descrição corporal com traços de seu estado emocional. A fala da Regina²¹ de que **“aqui é eu, queria desenhar como eu sou, alegre, contente”**, e a da Sônia, **“me desenhei magrinha, me desenhei triste, que é como estou hoje”**, são dos

²¹ Todos os nomes dos integrantes do grupo, sujeitos da pesquisa, foram alterados a fim de preservá-los.

encontros onde construíram um diário, composto do desenho de sua fotografia, da escrita do que gostam e não gostam, das expectativas para o futuro e da realização de uma foto.

Propus esta técnica de trabalho grupal quando os sujeitos comentaram que não possuíam fotografias suas, que não tinham apropriação de suas histórias, de seus destinos e, tampouco, do seu **“jeito de ser”**, conforme Rosa. Ao iniciarem esse exercício manifestaram a dificuldade em desenhar, em manusear lápis e papel, em entender o que era para fazer e em não ter noção como eram suas fotos para poderem se desenhar. Alguns recorreram às cédulas de identidade para copiarem as fotos ou pediram que outro integrante fizesse o acabamento no esboço de seus desenhos.

Na parte desta técnica, na qual elencariam o que gostam e o que não gostam neles mesmos, os comentários foram de quão difícil lhes resultava parar e pensar sobre esta pergunta. Aos poucos, foram compondo como se viam corporalmente sob a percepção de um sentimento. Verbalizaram como são hoje, como por exemplo, no dizer de Débora, **“como eu realmente sou, na mesma alegria que sempre estou, pretendia ser magra”**, ou no de Rosane, **“queria ser alegre”**, assinalando suas vontades de como gostariam de ser.

No levantamento das expectativas para o futuro, aparece a expressão de Sônia de **“não sei”**, assunto que tratarei mais adiante, no item da vivência com os planejamentos. Para concluir a construção do diário, fotografei cada integrante, entregando-lhes uma cópia de suas fotografias, como fechamento desta técnica.

Conforme Sartre (1998), a investigação da existência humana requer que se elucide o homem que está sempre por fazer-se, em constante construir-se. Ao colocar a existência como fundamento da condição humana no mundo, estabelece a necessidade da consciência na sua liberdade de compromisso. Segundo Pichon-Rivière (1997, p. 150), o homem é compreendido no estudo da sua inter-relação com o contexto social, que “aponta para uma visão integradora do ‘homem em situação’ [...] localizado numa determinada circunstância histórica e social”.

Conforme Rosa, “**a gente tem poucas coisas boas para dizer, só coisa ruim**”, entendendo de que são pessoas com experiências de discriminação social, racial e de gênero e que os leva a ter sentimentos de tristeza e desesperança. Nesse ponto, Marta declara que “**a gente costuma trabalhar, né? Quando a gente fica parada, sei eu, fica só esperando aquilo ali [...] não dá! Vou à luta**”. Isso é dito em um momento em que os integrantes do grupo refletem sobre o que são: a luta pela sobrevivência.

Esse fato se exemplifica quando, na comemoração do aniversário da instituição, os sujeitos foram convidados a apresentar o que era o grupo do PETI. Durante a discussão do que poderiam expor, comentaram que não tinham nada para apresentar e tinham dúvidas sobre o que contar para quem não conhece suas histórias. O ponto de enlace encontrado, para compor a dramatização, foi uma das inserções que possuem no mundo do trabalho: a reciclagem de materiais não perecíveis. Na avaliação desta apresentação, manifestaram, eufóricos, a percepção da valorização e do reconhecimento de suas experiências.

A partir disso, resgato a reflexão de Sartre (1998) em torno do *em-si* e do *para-si*. A noção do *em-si* caracteriza o Ser em sua imediatez e se desvela como

oposta à consciência e, portanto, não logra constituir o mundo. No entanto, a consciência é intencional porque se determina nas orientações de estar dirigida por, para e sobre algo. A proposição sartreana do *para-si*, reconhecido nessa intencionalidade, resulta da projeção que o homem faz para construir sua existência no seu *em-si*. Esse é o compromisso do *para-si*: fazer com que haja mundo.

Nos diálogos, associam a descrição de quem são com o que possuem, com o que lhes pertence: os filhos, a moradia, um trabalho. E se apresentam destacando o que sabem ou não fazer, compondo os aspectos que os caracterizam. O que sabem fazer é orientado pelo exercício das atividades produtivas e das situações do cotidiano. Revelam que não sabem fazer a modificação das situações de exclusão social.

A dificuldade dos sujeitos em se conhecerem e se reconhecerem, marcou todo o trabalho grupal. As discussões avançavam até a identificação de suas situações de vulnerabilidade social. No entanto, interrompiam as discussões no ponto em que se situavam no contexto socioeconômico e político. Com isto, a apreensão da realidade assumia a configuração de inerte e os integrantes do grupo não visualizaram sua práxis com o objetivo de transformá-la.

Para Pichon-Rivière (1997, p. 210), a concepção de *homem em situação* privilegia o processo de aprendizagem e a “apropriação do real”. **“É meu marido quem tira (saque bancário), eu não sei tirar, desta vez foi o meu filho que tirou”**, comentado por Mari e compartilhado por Scheila de que **“foi difícil para eu aprender”**, revela a percepção de seus limites e a submissão à vontade alheia. O entendimento de Mari de que **“eu tenho que aprender, tenho que ir uma hora para aprender porque senão fico como uma inútil mesmo, sem saber fazer as**

coisas”, é pronunciado pelas incapacidades, podendo ser um estímulo ou um reforço na desvalorização que sentem.

As potencialidades de Mari são direcionadas para **“tem que ir eu mesma para aprender”**, ou para o que Scheila diz, **“tu vai mostrar para ele (o marido) que tu não é inútil”**. Para alguns integrantes é reconhecer-se e ser reconhecido também no âmbito do saber, o que levou três deles a se inscreverem no EJA – Educação de Jovens e Adultos. Marta contou que **“meu pai nunca deixou nós estudarmos”** e que a professora precisou **“dar um remédio para eu tomar porque me deu uma crise, eu me sentei na aula e comecei a chorar”**. Já, Marinês disse **“eu estou estudando e fiquei nojenta”**, mas, que às vezes não vence o cansaço e dorme na aula.

Essas experiências mostram que o saber é um desafio e exige uma reorganização emocional, familiar e comunitária para acessar o saber formal. Mesmo com estes entraves, avaliam que o conhecimento os coloca em outra relação com as pessoas e com as instituições do seu entorno, pois, segundo Sílvia, **“um bom estudo é outra coisa”**.

Em geral, a exposição dos limites e possibilidades compunha o momento do término do contrato do PETI. Nas despedidas, reforçam os aspectos do seu Eu pelos êxitos e fracassos. Relataram as conquistas com este Programa e o vínculo que desenvolveram com os demais integrantes do grupo e com a instituição e apontaram a preocupação por não ter mais o recurso financeiro, o apoio técnico e o encontro grupal. Luíza se despede dizendo: **“boa sorte para os que ficam, necessito desta ajuda, mas, agora estou mais aliviada”**. Os que não compareciam para se despedir, disseram que não gostavam destes momentos e que não queriam

nenhuma alusão às suas saídas. O fato de os sujeitos atribuírem suas conquistas, exclusivamente, à inclusão no PETI, reduz as suas possibilidades de ação na realidade e reduz o trabalho grupal à discussão do êxito individual.

As referências ao conhecer-se são demarcadas pela apropriação que os sujeitos possuem de suas histórias, isto é, quando se reportam ao como vivem, passando pelas dimensões da espacialidade e da temporalidade. A demarcação da temporalidade é revestida de expressões de como os integrantes do grupo eram, como são e como pensam que serão. Essa questão aparece sem os contornos do passado, presente ou futuro, ou pertencendo a somente um destes contornos. **“É uma coisa que dói muito quando eu lembro da nossa vida”** é o resgate de Marta do passado que se perpetua no presente e demarca o futuro.

A articulação do sujeito em “reconhecer-se como temporal, de localizar-se num aqui e agora em relação com um passado e um projeto” (PICHON-RIVIÈRE, 1997, p. 194), assegura a organização da aprendizagem da realidade. Nas crônicas, há verbalizações da incerteza sobre os seus destinos, considerando sua problemática socioeconômica.

Os sujeitos assinalam essa incerteza criticando os rumos que assumiram suas trajetórias de vida, pois de acordo com Marinês, **“quanto mais pobre mais filho”**, mas para Elisabete **“não posso falar porque tenho sete filhos”**. Estas falas surgiram no encontro grupal quando refletiam sobre as dificuldades encontradas no exercício da atividade laboral.

Se, por um lado, os sujeitos identificam-se em processo de exclusão dos bens e serviços societários, por outro, vivenciam a impotência de superá-lo. Nas tentativas

que fazem para romper com esta identificação, encontram a contradição de que há outros obstáculos que os impedem de inserção em trabalhos que lhes reponha a dignidade humana.

A manifestação de não visualizar perspectivas, expressa na fala de Flávio ao dizer que **“é triste a situação do povo, não muda nada, é a situação de cada um”**, traz a conotação de um tempo congelado. Na apreciação do senso comum, os sujeitos em situação de vulnerabilidade social só sabem viver o hoje. Porém, nos relatos, há nexos entre as unidades de tempo quando Juraci justifica que **“naquela época era tudo mais difícil”**, mas, é a mesma situação de hoje. Esta percepção exige ver que “em cada ação do sujeito, em cada conduta, em cada coisa que ele faz ou diz, em cada momento, etc, estão incluídos, sempre, seu passado, seu presente e seu futuro” (PICHON-RIVIÈRE, 2003, p. 66). Porque somente o homem tem a vivência da unidade temporal que lhe dá a medida de um modo de ser e fazer-se (SARTRE, 1998).

Mas, quando propus remontarem suas vivências, a partir da discussão sobre o que significa guardar e quais objetos guardavam na infância e na adolescência, disseram que era difícil pensar quem eram, em virtude de que os rumos de suas vidas escaparam do seu domínio. **“Tenho muitos filhos e agora é primeiro eles, os meus sonhos mudaram”** aparece na voz de Flávio, assinalando, também, a fuga dos sonhos porque não se realizaram.

Nessa mesma discussão, resgataram, depois de momentos de silêncio, um histórico, uma experiência que transcendeu seus objetos guardados. Mesmo quando diziam não lembrar de nada, apareceu o relato de sentimentos e emoções por esta

falta. Quando, no encontro seguinte, devolvi a sistematização desse exercício, os integrantes não fizeram nenhum comentário.

Essa mesma atitude se repetiu na elaboração do planejamento semestral. São notórias, neste item da pauta, as falas argumentando os obstáculos para vislumbrar as expectativas e a projeção das atividades do grupo. Depois de idas e vindas na reflexão, sugeriram assuntos e ações relacionados com seus cotidianos, considerando suas dúvidas e suas vontades. Sugeriram os temas AIDS, violência doméstica, drogadição, relacionamento pais e filhos, entre outros. Porém, vários integrantes estiveram ausentes no encontro quando se iniciou esse planejamento. Os que compareceram, verbalizaram cansaço, desmotivação e as doenças que os acometiam.

O adiamento ou não vislumbrar a realização de um projeto emerge das falas com a conotação de impossibilidade e estranheza. Ainda neste viés de análise, destaco os comentários de Rosa e Regina, “**nada, não, nenhum**”, “**não lembro de nada**”, quando remarcam o entendimento sobre suas histórias. Porém, vale ressaltar que traçaram essas considerações depois de valorarem suas experiências nos parâmetros de boas ou ruins, consideradas nas atuais circunstâncias. E, então, manifestaram uma projeção para si e para suas famílias, que, segundo Sílvia, é “**primeiro tem que comer, né?**” ou para Elisabete, “**tendo saúde para os filhos [...]**”.

A possibilidade de elaborar um projeto decorre do vínculo entre o sujeito e um objeto de conhecimento. A exigência de um projeto perpassa o fundamento do sujeito e da liberdade do *para-si* e “não é senão a escolha de si mesmo como totalidade [...] de seu ser-no-mundo” (SARTRE, 1998, p. 688). Por isso, não é

possível a renúncia do projeto porque está atrelado à assunção da identidade. Essa operação passa, invariavelmente, pela apropriação que o homem faz do seu mundo interno, ou seja, da criação e recriação do seu caudal de experiências e que lhe dá sustentação para alcançar algo que está além do aqui e agora (PICHON-RIVIÈRE, 1997 e 2003).

Da mesma forma que é dito isto, sobre a dimensão da temporalidade, também é dito sobre a espacialidade, afinal, é pelo caráter da unidade entre o tempo e o espaço que se considera a totalidade em movimento. No segundo capítulo desta dissertação, no item do universo da pesquisa, registro o fluxo migratório proveniente da problemática do desemprego e do subemprego e da falta ou precarização da moradia, entre outros fatores. Na maioria das falas, a espacialidade assume o parâmetro da habitação no espaço comunitário.

O situar-se é mencionado pelo lugar onde moram, no momento, com pouca referência ao lugar de nascimento ou à cidade onde pertence sua vila ou bairro. Em outras palavras, abarcam a dimensão espacial pelo pertencimento comunitário e, por isso, se apresentam dizendo sou morador desta ou daquela vila. Ter uma moradia é poder **“mandar no que é teu”**, conforme Sílvia, e ter um lugar de propriedade sobre algo, pois segundo Marinês, **“cada macaco no seu galho é o rei”**.

Numa discussão sobre uma nova ocupação de terra numa vila da região, Sílvia indica que, **“era para eu pegar um pedaço (de terreno), mas já tenho o meu aqui”**, justificando os motivos da preocupação dos demais integrantes com a falta de moradia própria. Estes comentaram que não ter a referência de sua habitação, os destina às determinações do Outro, e é como diz Marinês, **“não ter vida própria”**, pois, reforça Sílvia, **“não tem como tu ter o teu canto, não tem**

como viver no teu lugar, porque não é fácil na casa dos outros", revelando as complicações com a perda de delimitação entre o Eu e o Outro.

Para os sujeitos, esse ponto se reveste de importância. Sílvia diz, ainda, que **"fico na casa da minha vizinha, os filhos dela são da idade dos meus e fico lá para pegar um ar"**. Mas, a continuidade da fala **"não quero morar perto de ninguém, aqui onde estou não tenho problema"** demarca o espaço de suas necessidades e da convivência com outras pessoas. Surge a perspectiva da privacidade, na garantia favorável das relações estabelecidas com outros indivíduos, sinalizada por Scheila, porque **"acho que cada um tem a sua vida"**.

Segundo Pichon-Rivière (2003) e Sartre (1998), a dimensão espacial é uma vivência que representa a noção dos limites do corpo. Esse contorno entre o corpo do Eu e do Outro se apresenta localizado num espaço, ou seja, ambos os sujeitos incluem-se na localização de perto ou longe, próximos ou distantes, pela referência de lugar.

A espacialidade também passa a ser a denominação dos encontros grupais porque os sujeitos dizem que estes são um espaço que necessita ser ocupado porque é um lugar instalado para poder pensar *junto com*. Essa referência de espaço permite que Marinês diga **"aqui a gente não cansa, porque aqui a gente não pensa sozinha"** em sintonia com Sílvia quando complementa: **"pensar com alguém"**.

Ambas integrantes fazem esses comentários quando refletem sobre as inúmeras responsabilidades que possuem para manter a sobrevivência familiar e sobre a sensação de solidão diante desses desafios. Nesses momentos destacam a

presença do Outro na ocupação da espacialidade. Assim, os encontros grupais são descritos pela noção de contexto onde ocorre a aprendizagem e onde integram suas experiências de vida, estruturando a abordagem da complexidade dessas situações.

No material desta investigação não aparece o conceito de conhecer-se, porém, é expressa a analogia com o fato de identificar-se ou não com alguém, com uma ação ou um fato. Assim, o conhecimento, o saber de si, é posto na relação com o Outro, seja um familiar, um integrante do grupo ou um vizinho, com a atividade laboral, com um sentimento, com suas escolhas, com seus atos e com sua concepção de mundo.

Entendo esta analogia pela definição de totalidade totalizante de Sartre (1998) utilizada por Pichon-Rivière (2003) para formular o estudo das três áreas: mente, corpo e mundo externo. O exercício constante de totalização na apreensão da realidade ocorre na inter-relação dessas áreas.

A partir desse ponto, a problematização em torno do conhecer-se exige a inclusão da dimensão do reconhecer-se. No que se refere ao reconhecer-se, a identificação aparece naquilo que é conhecido pelos integrantes. O reconhecer-se enquanto ato próprio e ser reconhecido enquanto ato do Outro. De acordo com Sartre (1998, p. 302), o Outro é “aquele que não é eu e que eu não sou”, mas que pelo seu olhar “sou visto” (p. 335), pois o olhar alheio “confere espacialidade “ (p. 343) e “enquanto que o Outro se temporaliza, *me* temporaliza com ele” (p. 344). Com isso, posso afirmar que esta devolução do Outro viabiliza o *para-si*. Conforme descrito anteriormente, os sujeitos reconhecem-se como progenitores dos filhos, como moradores de tal vila, como trabalhadores na reciclagem de materiais e nos serviços domésticos, vendedores ambulantes, como usuários da Política da

Assistência Social, não-alfabetizados, discriminados dos bens e serviços da sociedade, entre outros aspectos que adotam para se caracterizarem.

Outro ponto que emerge das crônicas é o conhecer-se e reconhecer-se no que se refere às responsabilidades com os filhos e com a comunidade. Essas responsabilidades, ora são motivos de queixa, ora de orgulho, mas são ditas como delimitadoras da constituição de uma materialidade de sujeitos sociais. A queixa, em geral, é expressa pelas mulheres e dirigida aos homens ausentes da sua convivência socioafetiva.

No capítulo anterior, registrei que a maioria desse grupo é composto por mulheres. São elas que assumem a organização familiar e, por isso, criticam a pouca ou nenhuma participação masculina nas responsabilidades familiares, atribuindo ser este o motivo de seu cansaço. Num encontro do PETI, propus que todos os integrantes relatassem uma situação que aconteceu com seus filhos e que não sabiam como resolver. Neste relato apareceu a influência de outras pessoas dos seus vínculos afetivos que estiveram presentes na resolução desses momentos que consideraram difíceis para resolver a problemática. Com isso, resgataram pessoas importantes na sua organização familiar sem retomarem o conflito que foi tema do encontro anterior: a sobrecarga das atribuições das progenitoras.

Esse resgate se conforma ao atribuírem ao Outro a expectativa de reconhecimento daquilo que consideram ser sua própria identificação acrescida de posições de respeito e afeto. Revelam nas falas que o esperado é de um retorno da imagem de quem são, baseado na mesma valoração que os sujeitos possuem acerca de sua identidade. Por isso, Sílvia contou que **“ontem me disseram que eu estava tão diferente. Por dentro eu não tinha nada. A vizinha disse que eu tinha**

algo diferente, mas, eu estava bem. Eu não sei. Vou me olhar no espelho". É no diálogo que os sujeitos estão "nessa rede de interações e estão ligados às expectativas próprias e às dos outros" (PICHON-RIVIÈRE, 1997, p. 152). Segundo Sartre (1998, p. 362 e 452), "é impossível conceber um para-si totalmente livre de todo para-outro" porque "há relação entre o para-si e o em-si *em presença do outro*".

Quanto à relação com o Outro, Sônia enfatiza o "**como são**", comparando e verificando as semelhanças e as diferenças. Isso também é analisado na questão temática do Outro. O conhecer-se é visualizado no vínculo estabelecido naquilo que os integrantes percebem de semelhante ou diferente com sua forma de ser, pensar e agir. Disto, também, depende a organização das suas condutas no espaço societário.

Sobre essa comparação, também se referem àqueles indivíduos com quem não possuem um vínculo direto e próximo. Por exemplo, dizem sobre a distância no vínculo com as personalidades públicas, apontando as diferenças, por, não possuírem o que estes têm. De qualquer forma, importa a análise de que "um sujeito se conecta ou se relaciona com o outro ou com os outros, criando uma estrutura que é particular para cada caso e para cada momento e que chamamos vínculo" (PICHON-RIVIÈRE, 2003, p. 22).

Nas crônicas, o Eu é aquele que se identifica com a fala de outro integrante do grupo. Porém, não se identificar com a fala alheia não os impede de delimitar quem são. Em Pichon-Rivière (2003), a comunicação é possível quando reconheço que há um interlocutor, que há uma fala que não é minha. Para este autor, a comunicação é inerente ao vínculo e ambos são processos cooperantes para a internalização das relações externas para a construção do mundo interno.

Seguindo o curso dessas reflexões, os sujeitos revelam que saber o que o Outro pensa deles pode ou não ter influência sobre suas vidas. Para alguns deles, esse é um motivo de preocupação, principalmente quando entendem que a ação alheia repercute nas suas trajetórias de vida. Assim, esta ação é avaliada pelas conseqüências, nos rumos dos seus destinos.

No decorrer da exposição desta pesquisa, há apreciações a respeito da questão temática dos atos. Aqui, cabe assinalar o ato próprio ou do Outro, na conformação do conhecer-se e do reconhecer-se, do apropriar-se e do identificar-se. No comentário dos atos próprios, sinalizam indicadores que levem à noção do Eu, desvelando características, atitudes e posicionamentos frente à realidade para justificar que fazem determinada ação porque são assim.

Na maioria das verbalizações, o Outro é visto e definido pelos seus atos. No meu entender, isto ocorre em virtude de que, é a partir da descrição e avaliação de um ato alheio que compreendem se são ou não reconhecidos. Da mesma maneira, quando Scheila diz que “**é cansativo, aqueles enormes daqueles carrinhos (de reciclagem)**”, ou quando Elisabete conta que “**ele puxava o dia todo, ele não está mais acostumado**”, reconhecem-se num ato do Outro ao perceberem o que ele significaria caso fosse praticado pelo Eu. Ou seja, quando se identificam com a prática do Outro podem dimensioná-la, pelo fato de conhecer suas implicações.

O conhecimento, o saber de si, de seus atos e sentimentos permite outra forma de relação com o Outro. A negação desse vínculo, nas argumentações dos autores consultados, criaria uma indefinição da identidade do sujeito ou, ainda, a perda da dimensão do seu Ser e da sua relação com a realidade (PICHON-RIVIÈRE, 2003).

Sobre essa proposição, a análise da alteridade desdobra-se na definição de vínculo como relação de um sujeito na abordagem de um objeto. Sartre (1998) discute esta questão argumentando que o Outro é um objeto quando o Eu o capta, durante a explicação sobre a existência do mundo e de si mesmo. Mas, também o Eu transforma-se em objeto quando o Outro, faz o mesmo processo, pois “o olhar faz destruir o objeto” (p. 355), considerando que “não posso ser objeto para um objeto” (p. 369).

A ruptura com a situação de objeto é a condição do caráter da liberdade. A relação de alteridade exige o exercício da livre consciência intencional, ou ainda, o entendimento da particularidade do Outro para se distinguir dele e não para aliená-lo. O *ser-para-outro*, fundamento do si mesmo, indica a impossibilidade de manter a condição de objeto. Na perspectiva pichoniana (1997 e 2003), a transformação do objeto repercute na transformação do sujeito da ação e isto ocorre pelas vias do fluxo comunicacional em conexão com uma tarefa.

Nas falas dos integrantes do grupo sobre conhecer-se e reconhecer-se no Outro, subjaz a menção do “ser-com como uma total intertransformação dos termos da relação” (SARTRE, 1998, p. 320). No entanto, esta questão é ampliada pela interposição do terceiro. Pichon-Rivière (2003, p. 44) aborda este conceito, afirmando que a situação bi-corporal e a tri-pessoal significam a inclusão de um terceiro, “já que a relação universal é sempre uma relação de três”. Com isto, a situação triangular refere-se à visão do Eu sobre o Outro e vice-versa que, por sua vez, esta relação também é vista por um Outro. A bicorporalidade é ampliada pelo parecer do terceiro que a situa no seu campo de apreensão.

É pela manifestação do terceiro que se experimenta, e que se revela “que estou organizado com o Outro em um todo indissolúvel e objetivo [...], e solidariamente com este, concorro a constituir” (SARTRE, 1998, p. 517). A relevância do estudo do terceiro, como organizador dos múltiplos olhares totalizadores, deve-se à experiência do *nós* produzida “sobre o fundamento do ser-para-o-outro em geral. O ser-para-o-outro precede e funda o *ser-com-o-outro*” (p. 513). Assume-se o *nós* pelo *ser-com* na realização da consciência transcendente. A partir das contribuições desses autores, é questionada, aqui, a prevalência do Eu sobre o Outro e sobre o terceiro e vice-versa, argumentando que o ato de captar-se advém de um reconhecimento mútuo e simultâneo.

3.1.2 A existência do Outro na configuração do vínculo com a realidade humana

A questão do Outro foi revelada nos encontros, quando os integrantes do grupo contaram suas histórias de vida, relatando-as desde a infância até suas atuais expectativas de futuro. Nesses momentos sinalizaram que o Outro é aquele que tem uma experiência de vida semelhante ou idêntica, distinta ou diferente da deles.

Os sujeitos falam que se identificam com quem se apresenta semelhante ou idêntico e que não se identificam com quem é distinto ou diferente das suas experiências. Ao exemplificarem esses aspectos, dizem que os integrantes do grupo são idênticos e aqueles que pertencem a outros grupos ou outras comunidades são diferentes. Com esses parâmetros demarcam o que corresponde ao Eu e ao Outro.

No espaço grupal, Rosa entende que se identificam porque “**quem escuta, passa pela mesma situação**”, e Antônio diz que “**é assim, é a mesma história dos pobres, é tudo igual**”. Mas, percebem as diferenças nos indivíduos que não

são do grupo, através da apreciação sobre suas atitudes, conforme diz Sílvia: **“para não ser igual a eles [...] eu, por mim isto não vai acontecer”**.

Para Pichon-Rivière (1997) a identificação e a contra-identificação entre os sujeitos fazem parte do processo grupal oportunizando a construção da relação vincular e do pertencimento ao grupo e a um contexto social. Porém, a identificação não significa a anulação das diferenças humanas, pois, é a heterogeneidade que provê um marco objetivo de vivências dos vínculos pela distinção inerente em cada sujeito. Em outros termos, o autor interpreta a experiência da contra-identificação como estruturante das relações vinculares dos sujeitos estabelecidas “com o Outro diferenciado” (p. 35).

Assim, o reconhecimento da diferença aclara tanto a noção do Outro quanto à percepção daquilo que é idêntico entre os homens. Identificar-se ou não são noções que acionam para estabelecer a referência de suas identidades.

Sartre (1998) afirma que a existência do Outro é um reconhecimento obtido pela devolução que o olhar do Outro faz da imagem do Eu. Neste sentido, denomina Ser-para-Outro instalado, necessariamente, sobre um ponto de apoio que se manifesta como corpo. Afirma, também, que esse reconhecimento é decorrente da assunção de Ser para o Outro e da posição que o Eu adota a respeito do Outro. Sobre a questão do corpo-para-outro veremos sua análise na próxima questão temática. Aqui, é importante entender que, nos escritos sartreanos, a inclusão do corpo objetiva pensar a relação de alteridade pelo seu aspecto de materialidade.

Essas são as condições que demonstram “a colocação em relação de dois seres-no-mundo concretos” (SARTRE, 1998, p. 323) e que colocam os sujeitos

como idênticos na dimensão humana. São as pautas da relação fundamental da alteridade demarcada pela experiência de que “o próximo não é somente aquele que vejo, senão aquele *que me vê*” (p. 299).

Em algumas crônicas, os sujeitos conceituaram o Outro como o diferente em termos de crença religiosa, gênero, raça e condição socioeconômica. A fala de Rosa **“porque nós éramos negros que trabalhavam pra eles... negro entrava só como empregado...”**, é de uma discussão sobre o porquê tinham menos condições de inserção no mundo do trabalho. Atribuíram suas exclusões às atitudes de pessoas com melhor bem-estar social e que, por isso, eram diferentes. Mas, quando revisaram a composição grupal, disseram que o diferente, nesse espaço, eram as opiniões sobre o cuidado com os filhos, sobre a questão de gênero, sobre modos e atitudes para com os fatos da vida.

Marinês falou que sua avó tinha **“raiva dos netos porque eu era negra... ela ficou vinte anos sem ver o meu pai”**. Apesar dessa afirmação, os sujeitos optam por acentuar mais as diferenças percebidas nos indivíduos extragrupo. Não dizem que no próprio grupo há pessoas de raças distintas.

Na perspectiva pichoniana, o reconhecimento da existência do diferente é parte da aprendizagem do processo grupal. Por um lado, o diferente traz sentimentos de angústia porque os sujeitos possuem a expectativa de que ser integrante de um grupo equivale, conforme Juraci, a ser **“igual à”**. Por outro, a angústia ocorre quando negam as diferenças ou sentem que não podem se distinguir uns dos outros. Ambas as situações podem direcionar para a opção dos integrantes do grupo de não pôr o acento no diferente. Porém, esta é justamente uma das questões para a elaboração no processo grupal: a identificação e a contra-

identificação, porque é na mensuração da ressonância do vivido, isto é, encontrar-se naquilo que é idêntico e diferente, que ocorrerá a consolidação da estrutura vincular dos indivíduos e da leitura da realidade.

Além disso, quando expressam a concepção do Outro como aquele de quem se vê as necessidades e aquele indivíduo que vê suas necessidades, no dizer de Sílvia, **“enquanto eu não divido com alguém eu não fico tranqüila”**, estão refletindo sobre o idêntico e o diferente. Portanto, no Outro depositam a demanda na busca de soluções para sua problemática. Ponderam essa expectativa, relatando que o Outro pode lhes causar danos ou não lhes proteger. **“O nosso sofrimento começou quando ela (a mãe) morreu... daí foi triste”** é a ausência, que Rosa detecta, em uma situação em que esperam por cuidado e amparo. Assim, o Outro pode ser uma ameaça às suas necessidades e decisões, ter uma relação de poder sobre eles ou dispor dos seus destinos e, por isso, pode ser tratado com desprezo.

Esses parâmetros são mensurados quando revisam o acesso a um objeto, a um instrumento de trabalho, à oportunidade para obter e produzir bens. De qualquer forma, **“todas as nossas relações com os outros estão fundamentadas no interjogo de assumir e adjudicar roles²²”** (PICHON-RIVIÈRE, 2003, p.77).

A história de Marta foi marcada pela situação de que **“a mãe botava nós no colégio e o pai tirava. Mas, não guardo rancor porque não vale a pena. [...] Então, tudo o que ele fez, não fez por nós, fez pra ele mesmo. Às vezes, a gente se vê”**. Para Scheila, o acesso ao objeto de trabalho está negado porque

²² *Roles* é traduzido nas bibliografias em português como posição, papel. Aqui optei por conservar este termo na sua versão em espanhol que significa para o autor a representação da função de algo que um indivíduo passa para outro e para o seu contexto. Este autor baseia-se nas origens desta palavra, ou seja, do latim *rotulus* que, designava o rolo no qual o ator lia sua parte na cena dramática. A noção de *rol* inclui a perspectiva de mudança, de movimento e de temporário. Texto consultado: GALLINO, Luciano. *Diccionario de Sociología*. México: Siglo Veintiuno, 1995.

“não dão para os recicladores, é que nem os que têm armazém, não botam nada no lixo”. Esses relatos dizem se o Outro é ou não próximo aos sujeitos, tem ou não participação na conquista das condições de subsistência. Quando o bem é comum, o Outro assume uma proximidade, mas, se o bem escapa ao meu domínio, então este Outro é um estranho.

A menção ao Outro é, também, dimensionada na perspectiva de aproximação ou distanciamento que os sujeitos fazem entre si. Essa perspectiva é referida pelo marco de quem pertence ao seu convívio e ao seu âmbito de conhecimento. A aproximação é exemplificada pelas relações afetivas com os filhos, os parentes e os vizinhos e adquire o teor para Marinês de que **“lá em casa não tem isto de que é meu, é teu... tem que saber que é de todos”**. Porém, o distanciamento é mencionado quando utilizam a palavra Outros, com a conotação de um estranho. **“Daí, a gente começou a ficar nas mãos dos outros, a apanhar, passar fome”**, é um comentário de Regina que traz a distância do convívio e que possuem sentimentos de ódio e rejeição.

Em algumas crônicas, a menção ao Outro é situada num marco institucional: a professora dos filhos, os funcionários da Prefeitura, os chefes e colegas de trabalho, o pastor e o padre das suas congregações religiosas. Esses sujeitos estão sob os mesmos parâmetros de ausência e presença, aproximação e distanciamento e se atendem ou não às expectativas e às necessidades deles.

Esse movimento dos sujeitos não difere quando reportado ao âmbito familiar e comunitário. Ao contrário, Marinês diz que **“eu não tenho nenhum parente, ninguém que eu possa contar”**. Assim o distanciamento ou a ausência é reforçado

com a sensação de desprezo, ou com a sensação de desvalorização de Marinês: **“eu educo os filhos de um jeito e ela (a avó) me desautoriza”**.

Cabe ressaltar que o confronto que houve, em alguns encontros, quanto às atribuições e responsabilidades da questão de gênero, não foi mencionado quando os integrantes, homens e mulheres, contaram suas dificuldades com a educação dos filhos e com os relacionamentos afetivos. Ao contrário, resgataram pessoas, do âmbito familiar e comunitário, que os apoiaram naqueles momentos difíceis. Com isso, romperam com a verbalização de solidão e ampliaram a discussão ressaltando a responsabilidade compartilhada.

Os integrantes do grupo descrevem a noção de Outro pela sua presença ou ausência no espaço do grupo. Essa descrição emerge, principalmente, nas discussões sobre a configuração grupal, ou seja, quando revisam quem faz ou não parte do grupo, ou quando há ausências significativas nos encontros grupais.

Tanto a presença quanto a ausência de um integrante são notadas de acordo com o tempo que ele pertence ao grupo. Quem faz parte desde o início do ano é mais reclamado quando está ausente. Já, os recém-ingressos no grupo não são lembrados nessa demanda. Ao constatarem as ausências, verbalizaram-nas com o sentimento de solidão e insegurança, como se pode constatar na fala de Scheila: **“só nós do grupo?!”**.

Essas manifestações dos sujeitos podem ser remetidas às contribuições de Pichon-Rivière no conceito de vínculo, de pertencimento e de mútua representação interna. Conforme descrito no primeiro capítulo desta dissertação, quando este autor diz que vínculo “é sempre um vínculo social, [...] vínculos determinados num tempo e

em espaços determinados” (2003, p. 47) e que é “uma estrutura bi-corporal e tri-pessoal” (1997, p. 142), está transcendendo a noção de relação e está afirmando que o vínculo se expressa no campo interno e externo do homem. No espaço grupal, a mútua representação interna indica o estabelecimento das relações de pertencimento ao grupo e dos vínculos entre os sujeitos.

Com base nisso, é possível dizer que todo sujeito possui a referência de um grupo interno que contém a dimensão da sua inter-relação com outros sujeitos e objetos do mundo externo. Isto é, o indivíduo aciona, constantemente, essa referência interna e externa para poder organizar sua identidade e sua percepção do mundo (PICHON-RIVIÈRE, 1997). Assim, “a internalização do outro não se faz como um outro abstrato e isolado, senão que inclui os objetos inanimados, o hábitat em sua totalidade, que alimenta fortemente a construção do esquema corporal” (p. 28). A mútua representação interna é o processo de internalização de objetos e vínculos que conformam o mundo interno. Essa internalização passa a ser a referência que o indivíduo possui de si mesmo, do Outro e do entorno, e significa as vias por onde transita sua interação com o mundo externo.

Quando, nos encontros grupais, relativizaram a percepção das ausências e presenças pelo pertencimento ao grupo, deve-se à possibilidade de apreensão do vínculo que os sujeitos estabelecem no processo grupal. Dessa forma, pertencer ao grupo significa uma constituição da dimensão da alteridade exercida nos contornos grupais. Nos termos pichonianos (1997), isso consiste em aprendizagem da realidade e possível diálogo com o Outro. Exemplificando essa questão, um dos momentos das discussões dos integrantes constituiu-se das verbalizações sobre quem não compareceria e a informação do motivo de sua ausência.

Para Sartre (1998), o homem vive a interiorização das determinações sociais e a exteriorização num projeto que revele este conteúdo interiorizado. O autor fala sobre os indícios da materialidade da condição humana, sustentando que “toda realidade humana é presente ou ausente sobre fundo de presença originária em relação a todo homem vivente” (p. 358). Por isso, afirmo que a presença ou ausência nos encontros desse grupo pode ser relativizada porque os sujeitos interagem também de acordo com a interiorização e a exteriorização. Ou, ainda, pelos aportes pichonianos, interagem mesmo com a ausência física do Outro porque este está na conformação dessa relação e na significação que o Eu possui de si com o Outro.

Nos encontros em que se incluíram novos integrantes, foi notória a modificação no ritmo das discussões. Em geral, aparece a busca por assuntos da pauta que não fossem particulares, transparecendo o cuidado com a exposição de dados da sua trajetória pessoal e de suas concepções. Essa atitude demarcou o estranhamento com o Outro, até que ocorresse a organização do vínculo nos parâmetros da mútua representação interna.

É importante resgatar, o que consta no capítulo anterior, quanto à história dos sujeitos desta pesquisa. Compreendo esta precaução no uso da fala, pois há motivos suficientes para o resguardo de determinadas informações. Além de que, é uma atitude que ocorre entre sujeitos que não se conhecem. O que vale destacar é este movimento no processo grupal que considero pertinente às análises da questão temática do Outro.

No material da Pesquisa, também encontro, a forma como os integrantes vivenciaram as despedidas no grupo. Para Rosa, “**nesta hora, não se sabe o que dizer [...] penso que ia entender as saídas, mas, não é assim**”. Na dinâmica de

trabalho, costumava-se avisar, no encontro anterior, sobre as próximas despedidas. E no dia da despedida, organizava-se um momento, na pauta, para os integrantes que permaneceriam e os que se despediam expressarem seus sentimentos. No entanto, a maioria das falas registradas pertence aos que se despediam. São poucas as verbalizações dos integrantes que permaneciam e, em geral, são daqueles que logo se despediriam. Quem se despedia expressava seus sentimentos ou deixava mensagens ao grupo. Dos que continuavam no grupo, pude destacar a percepção do Flávio de que **“foi bom este tempo que a senhora ficou com nós”, “que a gente se acostuma com as pessoas, né?”**.

Um fato a ser apontado foi a ausência significativa de alguns integrantes no dia da despedida dos demais. Em encontros posteriores manifestaram sua tristeza pela falta que faz quem não é mais integrante. Outro fato foi que, durante vários encontros, os sujeitos comentaram seu ressentimento com a forma, que consideraram violenta, quando um integrante se despediu. Essa experiência marcou o processo grupal até a despedida seguinte, quando fizeram um cartão para entregar a quem deixava o grupo e quando Rosa mencionou **“assim dá gosto de dar tchau”**.

No percurso do trabalho grupal, a relação Eu-Outro é visualizada pela ressonância nas falas e nas atitudes. Sílvia exemplifica isto, contando que **“é que nem a minha vizinha, quando passa e não cumprimenta, é melhor não falar com ela. Se ela falar é porque está tudo bem. Eu espero ela falar”**. Por isso também, o Outro é percebido na intermediação das suas ações e das suas falas. Mas, também, nos momentos de silêncio, em que referem a cumplicidade no calar-se, manifestando a identificação entre eles.

Sobre o uso da palavra, Sílvia pondera que durante os encontros grupais “**se quiser falar, fala, se não quiser, não fala**”. Mas é contestada por Scheila quando demonstra surpresa dizendo: “**tudo quietinho!**”. Assim, nem sempre o silêncio foi tolerado, pois a preocupação que Sônia manifesta, dizendo que “**ah, eu estou bem pensativa hoje**”, revela o desconforto que isso provoca nos integrantes de um grupo. Por outro lado, censuram quem ocupa muito tempo em suas explicações. Entendo que poder falar e escutar é uma forma de ajuda, marcação de uma presença em situação difícil dos integrantes e significa que se relacionar é uma aprendizagem.

Seguindo essa reflexão, o Outro é o responsável pelo sentimento que desenvolveram por ele, devido a algum ato realizado. Os sujeitos verbalizam o estímulo ou a censura que o Outro exerce sobre a manifestação das suas vontades e atitudes. Sobre isto Pichon-Rivière (1997, p. 142) escreve que na dimensão vincular está o entendimento “particularmente do rol do Outro, cuja percepção está assignada por situações de reencontro”. É nesse viés que ele escreve que o homem revive vínculos anteriores, atualizados nos vínculos do presente e que, por isso, está em constante reencontro nos seus encontros.

No aspecto da influência alheia, os sujeitos consideraram relevantes as opiniões quando elas auxiliam suas escolhas e decisões para a construção da vida coletiva. Mas, salientaram que existe um limite, pois, quando se preocupam somente com as apreciações dos Outros, isto resulta em censura.

Essas dimensões também são dirigidas aos integrantes do grupo quando trazem contribuições para a reflexão sobre alguma problemática vivida. Ou seja, dependendo do que é dito, quem fala pode ser visto como alguém que está

demonstrando cumplicidade ou animosidade na instalação daquilo que poderia ser o comum. Isso remete a que a opinião do Outro é outra forma de apreender o sentido de que “eu o sou para o outro” e das considerações “que minha liberdade, neste novo plano, encontra também seus limites na existência da liberdade alheia” (SARTRE, 1998, p. 641 e 643).

Nos encontros grupais, o parâmetro de relacionamento entre os integrantes é associado por Marta quando diz: **“é para ajudar ou para se meter na vida da gente?”**. Com isso, traçam as distinções entre o que é do Eu e o que é do Outro. Por um momento, essa delimitação torna-se crucial e motivo de intensas discussões. No entanto, é notória a aprendizagem resultante dessas confrontações, principalmente na esfera do conhecer-se e reconhecer-se.

Conforme se viu anteriormente, a expectativa de que o Outro tenha a mesma inquietação com a problemática vivida é o que constitui o comum entre eles. Ter as necessidades atendidas determina, segundo o olhar de Sílvia, a conotação do que é em comum, afirmando **“estou sentindo o que vocês estão sentindo: tristeza”**.

É possível depreender das falas o entendimento do conhecer-se e reconhecer-se pela noção de um lugar *“do nós”*, mesmo quando há ausências de integrantes nos encontros desse grupo. Com isso, manifestam a necessidade de saber quem pertence ao seu grupo, no momento em que falam, também, sobre as dificuldades de manejo com os filhos em virtude da violência na comunidade. Assim, Flávio comenta essa parceria com o Outro, dizendo **“tendo mais pessoas para ajudar, a gente não fica tão preocupado”** e reafirma: **“para ajudar no trabalho do grupo”**.

O estabelecimento de um objetivo em comum pode ser um fator de estar ou não com o Outro. Com ou por quem estabeleço um objetivo é relatado às margens da avaliação do seu resultado para o Outro e para si mesmo. No entanto, percebo que não é somente o fato dos integrantes se identificarem na exclusão socioeconômica que os leva à práxis comum, pois, se não se perceberem protagonistas na elaboração de objetivos, suas práxis permanecem individuais. Nas palavras de Marta, o problema está em **“nunca tem as duas coisas juntas. É que nem comprar comida e faltar o gás. Não adianta nada”**.

3.2 AS REFERÊNCIAS DA PRESENÇA HUMANA NO MUNDO

A revelação do corpo, demarcada no tempo e no espaço, conforma os conteúdos desta questão norteadora da presença humana no mundo. A temporalidade situa o sentido da presença do corpo e alicerça a possibilidade de o sujeito caracterizar-se como Eu e como Outro. Essa compreensão remete à noção da materialidade do projeto de *vir a ser* do homem. Assim, esse empreendimento humano pode ser analisado pela apropriação das atribuições da consciência e do esquema corporal nas relações com o entorno.

3.2.1 A dimensão da temporalidade na trajetória de vida

A temporalidade é definida pelos sujeitos nas suas dimensões de passado, presente e futuro e trazidas nas situações e sentimentos vividos como o ontem, o hoje e o amanhã. Entretanto, eles transitam por estas dimensões, sem considerarem suas margens, quando necessitam entender um fato. Rosa, ao contar sobre a separação dos pais, revela que **“sinto saudade dela porque ela foi uma boa mãe, ela se entregou para a morte muito cedo por saudades, ele foi um bom pai na**

época que eles estavam juntos”, e expõe a compreensão deste fato ocorrido na sua infância.

Segundo Sartre (1998), a temporalidade somente pode ser estudada como totalidade, ou seja, sem se fixar nas suas dimensões ou limitar-se em suas instâncias, tampouco entendê-las sem suas margens, o que as tornariam uma só unidade. Ambos os casos ofuscariam a compreensão da consciência porque, para o autor, “a só existência da consciência implicaria a temporalidade” (p. 202). Além desta conseqüência, estariam ignorando o aspecto do movimento e da dinamicidade tanto para a temporalidade quanto para a consciência e esquecendo que a realidade humana temporaliza-se como totalidade.

Rosa disse que **“cuidei isto de que tocar no passado, sempre alguém fez mal, judiou de alguém”**, refletindo sobre as unidades temporais para entender suas experiências. Não poderia ser diferente, porque a mensuração de um fato do passado ocorre pelos seus elementos e suas repercussões no presente e no futuro. A explicação disto, nos escritos de Pichon-Rivière (1997), é que os indivíduos se apropriam de suas histórias, acionando as informações do *aqui e agora* e do *lá e então*.

O passado “existe em função de certo ser que *sou eu*. [...] que pertence a sua fonte mesma que vinculado com certo presente e certo futuro” (SARTRE, 1998, p.164). O passado é uma lei ontológica do *para-si* inundado pelo *em-si*, sustentando esta relação porque “tenho-que-sê-lo sem nenhuma possibilidade de não sê-lo” (p. 170). Da mesma forma, este autor denomina esta dimensão temporal pelo modo do *ter-sido*, caracterizando a síntese entre ser passado de um presente e o presente

que é seu passado. A obrigação de assumir seu Ser é dirigida ao *para-si*, na forma do “sou no modo do era” (p. 172).

Nesse ponto, a temporalidade é recortada pelas perdas e ganhos, estabelecidos pela avaliação que os sujeitos fazem dos seus momentos vividos. A ênfase nos relatos é de que o passado sempre traz sentimentos de tristeza e o que resgatam dele são lembranças de desprezo e abandono. Essas apreciações também estão contidas na análise da concepção do Eu e na existência do Outro, e aqui trato de registrar a inter-relação entre ambas.

Na maioria das verbalizações, o passado foi denominado de memória, de **“guardar na lembrança, na cabeça, na memória; tem várias coisas que a gente guarda”**, conforme Marta. Além de ser a denominação da própria existência. A respeito do conteúdo do passado, não se pode modificá-lo mas há “a possibilidade de mudar a *significação* do passado, na medida em que este é um ex-presente *que teve um futuro*” (SARTRE, 1998, p. 170).

O presente é conceituado como o desvelamento da realidade, o que são, o que fazem e o que os sujeitos querem hoje. É posto o acento na imediatez do presente, principalmente quando refletem sobre as questões de estudo, de trabalho e sobre as necessidades dos filhos.

Os obstáculos para visualizar o futuro são sintetizados nas situações que compõem a vulnerabilidade social. Estas se situam no presente e, para os sujeitos, podem se transladar no decorrer de suas existências. Embora Rosa afirme que **“não faço os meus filhos sofrerem, não deixo eles passarem nem a metade (das necessidades) que eu passei”**, isto não lhe garante a constituição de condições

dignas de sobrevivência. Talvez, por isso, é recorrente a fala de Sônia de que **“eu não gosto de ver os filhos querendo as coisas e eu não poder dar”**.

O fato de estarem inseridos na Política da Assistência Social é devido à trajetória de condições socioeconômicas que não atenderam suas necessidades e não asseguraram seus direitos básicos. É importante lembrar que, com raras exceções, seus antepassados vivenciaram o mesmo processo de exclusão. Isso pode ser um indício de que não há garantia de ruptura, nem pelos sujeitos, nem por seus filhos quando forem adultos, desta problemática que tem atravessado as gerações. Resgato estes fatos das histórias dos integrantes para assinalar a fragilidade das suas referências de futuro. Afinal, o aspecto da transformação torna-se fundamental pois “sem mudança não há temporalidade, já que o tempo não pode fazer prisioneiro no permanente e no idêntico” (SARTRE, 1998, p. 201).

O congelamento da temporalidade foi exposto por Sílvia como compreensão do futuro, dos **“os novos tempos”**, que transforma o mundo do trabalho e as relações humanas. Porém, nessa transformação encontram a continuidade das mesmas condições de sobrevivência e a incerteza que inviabiliza suas potencialidades de aprendizagem. Novamente, vêm-se ocupando o mesmo lugar de excluídos dos bens e serviços societários.

Os integrantes do grupo utilizam a discussão sobre o tempo de permanência no Programa PETI, para problematizar a relação entre o atendimento de suas necessidades e a perspectiva de futuro. Questionam o prazo delimitado na assinatura do contrato, na fala de Juraci **“que tempo eu tenho para ficar no Programa?”**, porque o seu término representa a perda do recurso financeiro e do acompanhamento técnico. Essa discussão direciona o processo grupal

caracterizando-o com momentos de produção e de inércia de objetivos. A expressão de Sônia, **“tem que aproveitar esta oportunidade, fiz tudo para pagar até o meu último mês (do contrato)”** e de Sílvia, **“tem que ser agora, porque se eu não tenho dinheiro do Programa, não tenho para pagar prestação nenhuma”**, apontam algumas possibilidades que vislumbram.

Isto pode ser em função de que a inclusão nesse Programa é percebida como a possibilidade de ações, da apropriação das escolhas e decisões e de planejamento das suas vidas. Entendo que esse aspecto permite várias análises, no entanto, destaco, aqui, a dimensão da temporalidade que aparece representada na especificidade do PETI.

Além do congelamento da temporalidade, outra forma de conceber o futuro é, segundo Pichon-Rivière (1997 e 2003), pela postergação do tempo. Para esse autor, essa atitude deriva da dissociação entre o pensar, o sentir e o agir, isto é, significa a perda da totalidade do sujeito. Mas, principalmente, converte-se no ocultamento das manifestações das impossibilidades do sujeito diante da sua práxis.

No âmbito do trabalho grupal, a temporalidade é dada pelo tempo de duração de cada encontro e também pelo prazo contratual de permanência dos integrantes nesse grupo. Segundo os pressupostos metodológicos de Pichon-Rivière (1997), a duração dos encontros compõe um dos elementos do enquadre grupal. Neste, o tempo de duração torna-se organizador da práxis do grupo e viabiliza a percepção do processo comunicacional.

“Tô ficando mais nova, fiz 36 anos, mas tô com a cabeça de 35 anos” revela a conexão que Marinês faz entre o tempo e o corpo. A junção dessas

categorias reveste-se de importância porque a conformação da situação temporal sucede no encontro entre os corpos. Corpos que se conhecem e que conhecem o mundo, enquanto espaço, é uma realização temporal simultânea. É importante remarcar aqui, a influência que exerce a certeza da existência alheia, que permite provar que “há um mais além do mundo” (PICHON-RIVIÈRE, 2003, p. 347).

Escreve Sartre (1998, p. 176) que “o sentido do *presente* é a presença à...” e “a presença à...” é uma relação interna do ser que é presente com os seres aos quais é presente”. Portanto, o presente é o termo indicativo da concepção do *para-si*, explicando, com isto, sua presença ao Ser e a totalização do *ser-em-si* na co-presença de todos os seres. De acordo com a análise da questão do passado, a síntese organizada com o presente está alicerçada na negação que o sujeito faz para apreender-se enquanto Ser. Ou seja, nega sua existência presente que “não é o que é (passado) e é o que não é (futuro)” (SARTRE, 1998, p. 179). Sobre essa proposição se assentam as possibilidades do homem.

Conforme expus anteriormente, as possibilidades do sujeito em *ter-sido* seu passado e ser “presença à...”, permite-me dizer que nelas estão contidas as premissas do “ainda-não” (SARTRE, 1998) do seu futuro. Nas investigações desse autor, essa unidade temporal é o fundamento de sua antropologia filosófica, ou seja, a determinação de que o *para-si* “se faz ser como um projeto de si mesmo fora do presente ao que ele não é ainda” (p. 182). Repõe, com isto, a perspectiva do porvir.

Assim, a relevância do porvir está em que a partir dele se estabelece um projeto do *para-si* ao *em-si* que revisa a relação constituída com o *Nada*, retirando-lhe o caráter de inconclusão do Ser. Em outras palavras, expressa a perspectiva do constante *vir a ser* do homem.

3.2.2 O corpo na revelação do Eu e do Outro

A abordagem da questão temática do corpo é mencionada como o lugar de expressão de um sentimento, pela revelação das suas características físicas e manifestação de um pensamento. O corpo, então, é a conjunção dos aspectos físicos com a expressão das emoções e sensações.

A compreensão do esquema corporal, entendido na junção com a mente e o mundo externo, transforma o indivíduo em totalidade da dimensão humana. (PICHON-RIVIÈRE, 2003). A questão do corpo, como estrutura totalizante do conhecimento e do reconhecimento de si mesmo e do Outro, é situada numa relação em meio do mundo.

Nesse sentido, o corpo é tomado como parâmetro para os sujeitos falarem quem eles são, pois, conforme Marinês, **“o corpo fala”**. A apreensão de seus corpos lhes permite pontuar a dimensão de sua existência. Na perspectiva de Sartre (1998, p. 403), resulta ser o mesmo dizer que “tem entrado no mundo, que tem ‘vindo ao mundo’ ou que há um mundo ou que tenho um corpo”.

Nas crônicas, aparece a verbalização de Marinês de que **“eu canso duas vezes, trabalhando e pensando nas crianças”** e que **“estou cansada, estou dormindo tarde em função do estudo”**, refletindo sobre as repercussões das ações, das preocupações e do significado do desgaste físico. Já para Marta, **“tem o cansaço espiritual também. O espírito está cansado, muita criança, muita coisa. [...] Tem hora que eu digo que estou com o espírito cansado. Não sou eu que estou cansada”**.

A maioria dos relatos se detém nessa dimensão corporal, destacando a apropriação do corpo pela via do trabalho e pela via da geração e das responsabilidades com os filhos. Quando fizeram a dinâmica do desenho de suas fotografias, Scheila disse que ia **“pôr o corpo, a minha cintura, com sorriso”**. Marinês disse que poria no papel que **“o sol vai brilhar, casa com flores, meus filhos, bochechas vermelhas porque às vezes tenho vergonha”**.

Entendo que isto pode ser um dos motivos que levou a metade dos integrantes do grupo a contar que esqueceram de fazer ou que não sabiam desenhar o corpo. Aqueles que o desenharam, o fizeram com a crítica de que não era bem assim a sua forma.

A relação entre o mundo e a consciência é outro aspecto, tratado nos estudos sartreanos, do esquema corporal. No fato da simultaneidade da captação do mundo e do corpo, revela-se que *“meu corpo é uma estrutura consciente de minha consciência”* (SARTRE, 1998, p. 417). Em outras palavras, corpo e consciência são o todo do *para-si*, não estão unidos, mas, são unidade na relação com o espaço. Na sustentação desses pressupostos, esse autor revisa as questões da sensação e dos sentidos, indagando a tendência de dissociá-los da consciência e do corpo. Registra o conceito de consciência *de* algo e o de corpo como ser-aí no meio-do-mundo, restabelecendo a característica do *para-si* na ação livre das suas escolhas.

Na visão dos sujeitos, a corporeidade é situada numa espacialidade e numa temporalidade. A temporalidade contém as apreciações e características específicas de cada faixa etária, descrevendo a transformação corporal pelas denominações de jovem ou velha, enquanto que a espacialidade é referida na presença ou ausência na família, na comunidade, no trabalho e nos encontros grupais.

As análises sobre o corpo, demarcado no tempo e no espaço, estão postas nas reflexões de Sartre (1998) como ser-para-si e ser-para-outro. Nelas, traça as linhas de que o sujeito, para transcender a possibilidade de ter-que-ser, perpassa a situação de existir ou situar-se equivalente tanto ao *para-si* quanto ao corpo.

A questão da morte pode ser analisada na noção de ser-para-outro no que diz respeito à perda de possibilidade de revelar-se como sujeito para o Outro. Sílvia perguntou aos demais integrantes, **“já estão pensando em morrer? Eu quero viver bastante”**, e Sônia respondeu com o entendimento que tem da morte: **“quando eu morrer é deles (o imóvel), mas por enquanto é meu”**. Ambas as verbalizações apareceram no contexto das discussões sobre o problema habitacional e o que gostariam de obter. São poucas as falas que tratam desse assunto, no entanto, quanto à dimensão de espaço e tempo, a morte é “a vitória final do em-si [...] que não é já passado de nenhum para-si” (SARTRE, 1998, p. 206), ou, ainda, quando o tempo se detém.

A constituição do corpo também traz em seu bojo a perda da centralidade de um sujeito, mesmo que o sujeito e seu corpo sejam o ponto de vista e de partida do campo perceptivo. Nas crônicas, o corpo do Outro é demarcado pelos fatos que tem a presença alheia ou pelos acontecimentos que dependem dessa corporeidade.

Os integrantes do grupo explicitam que se reconhecem nas descrições alheias de cansaço e do esforço físico porque são sensações conhecidas por executarem as mesmas ações. Nessas verbalizações, se identificar sugere que a presença do Outro é uma forma de dizer sobre o corpo dos integrantes. Embora não haja falas de alusão a essa devolução, percebem que obtêm a dimensão corporal quando concordam com os relatos grupais sobre as manifestações de desgaste ou

agressões físicas. Isso porque essa referência deve “restituir ao corpo sua natureza para-nós” (SARTRE, 1998, p. 407), pois, o corpo-para-outro é a restituição dada pelo Outro sobre minhas possibilidades.

A respeito do corpo para o Outro e do corpo do Outro, Sartre (1998) escreve que são os conceitos alheios que estabelecem os limites e noções do próprio corpo. Também diz que “o corpo alheio nos é dado imediatamente como o que o outro é” (p. 437), mas a sua percepção introduz a questão da ação, marcando, com isto, a noção de *corpo em situação*.

Os sujeitos comentaram dois aspectos do corpo: aquele permeado pelas qualidades e conquistas e aquele com defeitos e aspirações de melhorias, salientando o estado de saudável ou doente com deficiências ou potencialidades. Não aparece a menção de gordo ou magro, bonito ou feio. Na apresentação que organizaram para a comemoração do aniversário do Centro Regional, priorizaram a expressão corporal, numa dramatização com poucos diálogos. Na avaliação desse evento, comentaram que estavam surpresos com a superação da vergonha de se apresentarem em público. Esse assunto foi um dos disparadores para discutirem seus limites e possibilidades.

A partir disso, resgataram as ações e reações que adotaram nas circunstâncias da vida e as atribuições do corpo no desenvolvimento de atitudes e de práticas. Novamente, é possível retomar aqui a perspectiva do comprometimento revelado na ação. O estabelecimento das relações do Eu com os objetos e com outros sujeitos é oriundo de uma execução do corpo como “o instrumento e a meta de nossas ações” (SARTRE, 1998, p. 406).

É, também, no corpo que os sujeitos depositam o marco das vontades, das escolhas e decisões. Quando Sartre enfatiza a questão do comprometimento, ele o faz com o objetivo de repor o aspecto da intencionalidade na relação entre os objetos do mundo com o corpo. No entanto, as atribuições do corpo na sua necessidade de ser característica própria do *para-si*, na intervenção no mundo, exigem a concepção intencional da consciência, ou seja, de nexos que pode organizar a escolha de algo em detrimento deste ou daquele. Essa situação corresponde à contingência da realidade humana que, ao estabelecer-se na forma de *ser-aí* e de surgimento da ordem das coisas do mundo, “se faça na forma de um comprometimento no mundo” (SARTRE, 1998, p. 394).

3.3 A ALTERIDADE E A NOÇÃO DE SER E DE FAZER COM COMO FUNDAMENTO DA TOTALIDADE DOS SUJEITOS

A concepção da alteridade, através da noção da existência e da práxis compartilhada, é integrada pelas temáticas das escolhas e das decisões, da necessidade e da práxis. Esse agrupamento temático corresponde à delimitação dos conceitos que fundamentam a orientação do fazer humano. A relação entre eles permite a aproximação com a concepção da alteridade implicada na noção de *com* da vivência dos sujeitos. A ação empreendida no enfrentamento das necessidades está permeada pelas escolhas e decisões comprometidas com a vontade própria e alheia. Nessas temáticas se inscreve, também, o significado que os integrantes do grupo possuem sobre a intervenção na realidade.

3.3.1 As escolhas e as decisões da vivência e da convivência

A questão temática das escolhas e decisões surge, nas falas dos sujeitos, com a concepção de que são atos individuais ou feitos com Outro, movidos por uma necessidade, por uma vontade e uma preocupação quando é para obter algo. Quando Flávio contou que **“eu agora parei com a reciclagem”** e Marta disse que **“eu ia estudar para ser brigadiana [...] mas, quando era criança não pude estudar”**, delimitam as escolhas e decisões pela identificação das oportunidades, dos seus limites e suas possibilidades.

Segundo Sílvia, escolher e decidir são atitudes produzidas como uma pretensão, **“quero tal coisa, se não conseguir agora, não consigo mais”**, neste caso, planejada. Ou ainda, como uma pretensão do momento, com a característica de imediata, instantânea. **“Se eu pudesse ajudar para ele não precisar fazer isto”**, disse Elisabete referindo-se ao marido que estava trabalhando doente. E é aqui onde estabelecem a diferença entre querer e poder para exemplificar as dificuldades que envolvem uma atitude de decisão e escolha.

Os integrantes do grupo intercalam essas apreciações, dizendo que uma escolha é o que justifica e valida uma ação ou afirmando que o não fazer, não significa uma decisão. **“Eu não achei que foi uma decisão, acho que é por acaso, então não é uma decisão, por acaso eu não tomei o anticoncepcional”**, é a exposição de Sônia de outro aspecto das escolhas: o acaso. Esta fala comenta o fato de possuir filhos, mas pode ser extensiva para outros fatos, por exemplo, o vínculo estabelecido com alguém para viver maritalmente. O ato de decidir para Mari é **“tem que ter força de vontade, mas com muita força de vontade”**, e para Sônia é **“tudo isto foi vontade de Deus porque eu tinha que viver para terminar**

de criar meus filhos”, desmembrando a noção de vontade própria do sujeito na vontade de uma divindade ou baseada numa crença religiosa. Essas justificativas adquirem o caráter de alheias às atitudes e vontades dos sujeitos.

É importante revisar a relação entre as escolhas e as decisões. Em linhas gerais, entendo que as decisões ocorrem com base numa escolha. Isto quer dizer que houve um momento em que os integrantes definiram entre uma coisa e outra ou priorizaram uma vontade em detrimento de outra. Em ambos os casos houve uma escolha. Mas, as escolhas também implicam decisão, pois, assumir não querer algo porque prefere outro, significa a ocorrência de uma decisão. Assim, as escolhas e decisões configuram-se numa inter-relação nos momentos da prática dos sujeitos.

A referência de Sônia de que **“na vida a gente tem que tomar decisões”** é direcionada para os limiares da própria existência. Nesse entendimento, o viver implica esta exigência de decidir promover fatos ou decidir diante dos fatos alheios. Decidir, então, emerge como uma atitude inerente à existência humana.

Em Sartre (1998), o homem está condenado a ser livre e as escolhas e decisões passam a ser um ato de liberdade. Para o autor, a escolha consiste na possibilidade de ser o Ser que não sou (futuro) ou não ser o Ser que sou (passado). Quando afirma que a liberdade deve ser apreendida pela forma da ação representada na escolha, no compromisso e no projeto, remete à precedência da existência na necessidade da realidade humana de *fazer-se*. A liberdade não é dada, mas depende do escolher-se.

Como ocorreu com as outras questões temáticas, são integradas as dimensões da temporalidade e da espacialidade na abordagem do ato de decidir e

suas repercussões, as quais, por sua vez, servem de parâmetro para mensurar as conseqüências visualizadas no empreendimento de ações que desvelam essa abordagem.

Segundo Pichon-Rivière (1997, p. 16), “a ação e a decisão se assentam sobre essa constelação de motivos e o logro está mais relacionado com a apreensão do objeto”. A compreensão da conduta motivacional desvenda os parâmetros das escolhas e das decisões e abre a reflexão sobre o vínculo sujeito-objeto, manifestando o *aqui e agora* e o *lá e então*. Por isso, a investigação dos conteúdos e significados pertinentes a essas dimensões temporais, para o autor, agrega elementos para se entender o ‘o que’ e o ‘porque’ um indivíduo decidiu e escolheu.

Rosa disse que seus pais lhe disseram que “**se criaram burro e os filhos também não tinham que estudar, estudar era para rico**”. Nas discussões seguintes, Sílvia reconheceu que “**tu pode buscar mais tarde o estudo, mas é difícil**”, ao mesmo tempo em que anunciou seu ingresso nas aulas da Educação de Jovens e Adultos - EJA.

O resgate do *lá e então* para saber, no *aqui e agora* das motivações, repõe à dimensão humana o nexo de suas necessidades com as ações que empreendem para resolvê-las. Nesses apontamentos de Pichon-Rivière (1997, p. 54), decisão é a articulação entre “os processos de *motivação* (motivos e necessidades) e a *ação*”. Assim, as decisões adquirem a função de interação dos sujeitos nos espaços de suas práxis.

O fato de fazer ou não a atividade do grupo se configura como se ocupar de algo dado pela coordenação ou pela instituição, ou ainda, que estas atividades são

pertinentes às suas atribuições enquanto integrantes do grupo. No entanto, é importante retomar que o comparecimento aos encontros estava previsto nas cláusulas contratuais do PETI. Talvez por isto, não comparecer não era visto como uma decisão tomada.

Sônia, ao falar sobre o seu comparecimento nos encontros grupais disse: **“hoje consegui, às vezes dá para vir, outras não mas, quando posso venho”**, considerando-o alheio a sua vontade por ser consequência de outros acontecimentos, de outras pessoas e de outras responsabilidades. Embora os sujeitos justifiquem suas ausências com estes fatos, não as explicam como parte das opções e das avaliações dos atos necessários para cada situação que se apresenta.

No que se refere às minhas decisões, perguntam se vou continuar na função de técnica com eles, principalmente nos momentos das despedidas dos integrantes, sobre o porquê fiz a suspensão ou o desligamento de um integrante do Programa, sobre o quê a instituição determinou e porquê esta não intervém para a melhoria das suas condições de trabalho.

Nos encontros grupais, a decisão de falar ou contar era vista como solução para uma necessidade. De igual forma, os momentos de silêncio eram interpretados pelos integrantes como atendimento da necessidade de reflexão. Ou, ainda, como a busca de Sílvia de garantia na confiança grupal porque **“se envolvem muito um na vida do outro”** e precisava ocultar fatos, pois lhe parecia inconveniente revelá-los pela oralidade. Porém, em alguns momentos os integrantes não reconheciam como decisão o fato de interromperem uma discussão, trazendo outro assunto ou preferindo o silêncio.

Quando os integrantes elaboraram o planejamento das atividades semestrais discutiram sobre o significado do planejar, com o comentário das mudanças que a atualidade traz nas relações pessoais e das hesitações que percebem diante dessas transformações. Isto porque resgataram que nas suas histórias de vida não tiveram a satisfação de suas necessidades e de suas vontades. No dizer de Marinês, **“eu não escolhi morar ali. A minha situação financeira é que escolheu. Se minha situação financeira mudasse, não estaria ali”**.

Em muitos relatos, a reflexão em torno dessa temática aparece permeada de sentimentos de tristeza e fracasso. Rosa diz que **“o destino não está em nossas mãos”** porque não percebe o seu protagonismo na tomada de decisões. Esta situação é remarcada com a informação de que uma atitude alheia sabotou suas oportunidades de construir um futuro. Ou, que este futuro é algo que sempre foi inalcançável e que também por isso não podem se apropriar dele ou ele não lhes pertence.

Nessa perspectiva, os sujeitos disseram que, muitas vezes, a atitude de escolher é compartilhada com pessoas da sua convivência e que elas também participam destas escolhas. Nesse ponto, associam as escolhas com a manifestação da autoconfiança, da confiança e da desconfiança no Outro. **“Mas é uma decisão que eu e ele tomamos juntos”**, assinala Marinês, a necessidade expressa de contar com essas manifestações para serem propulsoras nas decisões. Por isso, na questão temática do Outro, é dada a ênfase na dependência da atitude alheia para a construção de suas histórias. Nesse caso, tomar uma decisão é justificado por uma imposição externa ao próprio querer.

Nas crônicas, esse Outro também é representado no poder público, nas decisões políticas das quais os sujeitos não participam, nas condições estruturais da sociedade que lhes inviabilizam o processo de participação decisória. Por isso, o ato de decidir é mencionado como uma limitação, pois não visualizam as condições para tal ato. Esses diálogos são recorrentes em todo o material da pesquisa, pois é assim que contam do seu Eu, exemplificando o conhecer-se e reconhecer-se, a partir dessa limitação.

Segundo Sartre (1987), escolho-me, escolhendo todos os Homens. Nessa responsabilidade está, contudo, pautada a liberdade de escolha que se cumpre pela sua passagem à ação. Então, ao assinalar a convergência entre agir e escolher, Sartre (1998, p. 393) confirma o caráter do compromisso no viver o projeto, porque “é absolutamente necessário que o mundo me apareça *em ordem*. Nesse sentido, essa ordem, *sou eu*. [...] na medida que meu surgimento o faz necessariamente existir”.

Esse empreendimento do *para-si* deriva de sua natureza corporal e da consciência intencional que lança o olhar sobre o Outro e sobre o mundo, operando pela negação para constituir-se como sujeito. Neste olhar instaura-se o campo prático da escolha e da decisão, considerando que não se pode captar tudo no mesmo momento. Em outras palavras, o aspecto da vontade deve ser interpretado como anúncio de uma decisão e como empenho que se revela na ação. Assim, não se elege a liberdade, pois, “a liberdade não é livre de não ser livre e que não é livre de não existir” (SARTRE, 1998, p. 599).

3.3.2 A necessidade como produção da estrutura vincular

Nos relatos, as necessidades são mencionadas como uma falta, um limite, estar privado de ou não poder obter algo em virtude da escassez ou inexistência de condições materiais no seu cotidiano, definidas pelo que consideram básico para a sobrevivência do ser humano. Como foi narrado anteriormente, essas faltas ou limitações estão vinculadas à situação de vulnerabilidade social.

Para os sujeitos desta pesquisa, o que é necessário aparece ressaltado nas suas trajetórias de vida, em virtude da falta de recursos e bens básicos. Pichon-Rivière (1997, p. 206) analisa a questão das necessidades no bojo da noção de que “o ser humano é um ser de necessidades, que somente se satisfazem socialmente em relações que o determinam”.

Segundo Sartre (1995b), a vida humana apresenta-se pela relação entre a questão da necessidade com a questão da liberdade. Assim, a necessidade corresponde a uma determinação de superação da inércia, através da práxis totalizadora para o desenvolvimento do processo histórico.

Comentando a inexistência de espaços organizados de trabalho e o quanto dependem dos compradores de material reciclável, Flávio disse que **“se, com a carroça está difícil, imagina com o carrinho (de reciclagem)”**, comentário compartilhado por Scheila, ao dizer: **“nós lá só temos ferro-velho e alugam carroça e carrinho”**. Por isso, associam o não ter com outras faltas e, portanto, com o surgimento de novas necessidades.

Em geral, o não ter é apontado pela ausência de objetos, de recursos, instrumentos e meios, isto é, aquilo que os sujeitos consideram que é material,

concreto. Já a falta de informação e de conhecimento são vinculados à questão da ação. Assim, entendo que a baixa escolaridade, a não-alfabetização, o não-acesso aos espaços de informação e formação não adquirem relevância no rol das necessidades, mas, na reflexão sobre aquilo que fazem para superá-las.

A análise da necessidade vai ao encontro da relação do homem com os instrumentos de intervenção no meio social, pelo seu trabalho e seu saber, e do questionamento de como o sujeito organiza sua instrumentalização para a experiência de operação na realidade material (SARTRE, 1995b).

De acordo com Sartre (1998, p. 140), a falta está na natureza do *para-si* e “testemunha a existência da falta no ser da realidade humana”. Nesse sentido, somente o *para-si*, por sua transcendência, pode captar-se como não sendo o que é e sendo o que não é, porque “a falta é aparição sobre o fundo de uma totalidade” (p. 140). Por isso, a necessidade é inerente ao surgimento da realidade humana que tem seu fundamento “na necessidade que tem o ser a que falta de..., de *ser* o que lhe falta” (p. 264), indicando que “vem a *falta* às coisas na forma de ‘potência’, ‘inconclusão’, [...] ‘potencialidade’” (p. 261).

A importância da conciliação entre suas necessidades é mencionada por Marinês, quando disse: “**tive que ir trabalhar e deixei minha sogra cuidando (dos filhos)**”. Com isto, exemplifica a questão do trabalho dos adultos com os espaços de educação infantil para os filhos. Ou, por exemplo, Scheila entende que deve adequar suas expectativas com as das chefias do trabalho: “**juntava as caixas de leite e agora não querem mais, mas, se é obrigado [...] e tu termina vendendo para ele (o comprador)**”. Na experiência de Sônia, “**meu filho estava faltando na escola,**

eu trabalhava com uma psicóloga e ela ajudou a resolver”, o empregador supriu outra necessidade além da atividade laboral.

Também emerge das falas a dimensão da temporalidade e da espacialidade na apreciação do que precisam os sujeitos. A espacialidade é apontada na comparação entre os recursos e benefícios que uma comunidade oferece ou as limitações de outra. E, como foi descrito anteriormente, os sujeitos dimensionam a habitação pelo atendimento de suas demandas, em termos de trabalho e de convivência.

A dimensão que toma o lugar de moradia é percebida por Sílvia, pois, **“já trabalhei à noite, no galpão de reciclagem; nós lá temos, é pertinho de casa”**, e por Antônio: **“trabalhando com o lixo é melhor lá, é material melhor, dão coisas boas para a gente, é bem no Centro”**, pela necessidade de exercerem a atividade produtiva. Nesse ponto, o trabalho é entendido na perspectiva de satisfazer ou não, de atender ou não, a totalidade do que precisam.

Verbalizam a temporalidade como marco da formatação das necessidades inerentes às faixas etárias e aos momentos da vida dos sujeitos. Porém, em geral, não localizam a modificação das privações e carências de acordo com as etapas da vida, nos limiares das dimensões temporais. Consideram essa modificação quando identificam as necessidades dos filhos. Neste aspecto, discriminam o que é demanda do período infanto-juvenil, mas o fazem dizendo que é a mesma *falta* que tinham quando eram crianças e adolescentes.

Nesse sentido, resgato a afirmação de Sartre (1998, p. 204) de que “se o presente não se constitui a si mesmo como *falta* desse futuro, perde seu caráter de

possibilidade”. Isso porque se apropriar de suas necessidades é uma das formas de temporalização dos sujeitos e de consciência da inconclusão de sua totalidade. As potencialidades se reverterem pelo porvir e são correlativas às potencialidades da relação de exterioridade dos sujeitos. O porvir presentifica o *para-si* determinando-o enquanto supressão de sua falta, enquanto escolha da liberdade de ter que *se fazer* (SARTRE, 1998).

Os integrantes do grupo verbalizaram a expectativa da parceria e a crítica pelo descaso de pessoas que, para eles, deveriam ser seus cuidadores e, por isto, teriam de prover recursos para suas demandas. Nessa reflexão, Marinês disse que: **“com a graça de Deus ele (o filho) ficou bem”**, e Marta disse que **“ele tem que dar graças a Deus que tem arroz e feijão, [...] graças a Deus, coisas que nunca tivemos!”**, ambas se referindo às atribuições depositadas na solução divina.

A necessidade também se converte em parâmetro para decidirem com o que e com quem estabelecem seus vínculos. Vale ressaltar que a configuração do grupo não é uma decisão dos seus integrantes. Ou seja, ingressam em um grupo estabelecido pela instituição de acordo com o Programa em que estão inscritos. Assim, no âmbito desse grupo, a estrutura vincular é parte do trabalho grupal e nesse processo também ocorre o estreitamento ou a superficialidade das relações. Essa questão é pauta permanente dos encontros e um dos aspectos avaliados pelos integrantes para mensurarem seu pertencimento e se denominarem grupo.

A constituição da concepção de vínculo ocorre numa relação dialética do sujeito com o seu mundo interno e com o mundo externo, “assentada sobre suas relações de necessidade” (PICHON-RIVIÈRE, 1997, p. 206). De acordo com Sartre (1995b, p. 202), a necessidade configura-se como estrutura dialética que exige uma

práxis em que seu produto possa se revelar “na interiorização do exterior e na exteriorização do interior”.

Na abordagem da questão do Outro, já expus algumas aproximações. Vale destacar a ênfase dada na articulação entre a necessidade do trabalho e a convivência afetiva. Conforme Marta, o seu companheiro, **“não está morando comigo, só vai ficar se colaborar, ele está arrumando tudo lá em casa”**. Juraci, então, convidou outro integrante do grupo: **“o senhor podia ingressar no nosso Projeto, porque lá tem horta comunitária”**, considerando a possibilidade de parceria. Em contrapartida, revelam que a necessidade do Outro pode ofuscar a necessidade própria, por exemplo, nas suas experiências de trabalhadores infanto-juvenis, as quais os impediram de ingressar ou continuar na vida escolar. Ou nos exemplos relatados sobre as rotinas atuais de recicladores, de trabalhadores domésticos e de serventes da construção civil, em que percebem a prevalência da necessidade alheia.

Nos diálogos, os sujeitos caracterizam as necessidades como comuns a diversas pessoas, aludindo que elas não são exclusivas de um indivíduo. Mas, advertiu Sílvia, **“tem que achar a pessoa certa para dividir a nossa preocupação”**. Aí, reside a explicação de porque é possível trabalharem com e pelo Outro, de terem projetos em comum e de se vincularem ou de rejeitarem propostas coletivas, ao descreverem as ações individuais ou comuns. As relações de necessidade, estabelecidas socialmente, implicam não somente a instalação do campo da práxis coletiva e do uso coletivo dos instrumentos, mas, também, a assunção da transformação da matéria que repercute na objetivação dos sujeitos.

A necessidade da presença alheia, como condição para o sujeito ter sua presença, demarca a analogia entre o corpo-para-outro e o corpo do Outro, integrados na dimensão temporal e espacial. Essa analogia é o que orienta a consciência intencional na sua historicização, a partir do corpo como centro de referência, na abordagem da realidade (SARTRE, 1998).

A questão do conhecer-se e reconhecer-se e do ser reconhecido é manifestada por algo de que estão privados. Aqui, os sujeitos transmitiram a necessidade de serem reconhecidos e isto é uma falta que o Outro deve suprir. Nos encontros grupais, isso apareceu quando falaram sobre as responsabilidades com os filhos e quando perceberam as semelhanças existentes entre as trajetórias de vida dos integrantes. Nesse aspecto, revela-se a correspondência do *nós* que precisa da ação de olhar e ser olhado (SARTRE, 1998).

O ingresso no Programa PETI ocorre após os sujeitos exporem suas demandas. Durante suas permanências também são informados sobre as necessidades institucionais que devem atender. Nessa conjunção, entre o que apreendem que não possuem e o que a instituição aponta que lhes falta, emerge a dissociação das suas iniciativas e ações. Por exemplo, embora a intervenção técnica assinale o que precisam, não significa que os sujeitos se apropriarão disto.

No trabalho grupal, as necessidades são denominadas de: falar ou ficar em silêncio, ter a presença dos integrantes e da coordenação para discutirem e solucionarem seus problemas, ter espaço físico para os encontros grupais, saber quem pertence ao grupo, ter sigilo sobre o que dizem, dar e receber afeto, serem compreendidos nos seus posicionamentos e se divertirem. Quanto às atividades

desse grupo, as necessidades podem ser manifestadas pela pauta elaborada por mim, pelos eventos e tarefas a serem organizados conforme decisão da instituição.

A quebra de sigilo foi mencionada por Sílvia, **“falam um do outro, falam coisas que as pessoas não mandaram dizer”**, julgando os comentários feitos no âmbito de uma escola da comunidade. Essa situação é questionada pelos sujeitos, confrontando o compromisso que cada integrante deveria ter para preservar o trabalho do grupo. Essa quebra de sigilo gera desconfiança e ausências nos dois encontros subseqüentes e serve para revisar essa questão que é uma das combinações do enquadre de trabalho desse grupo.

Além disso, nas falas, a necessidade tem a conotação de determinante das decisões e escolhas e de justificativa dos atos. Nas argumentações de Sartre (1998), a questão do estabelecimento do sujeito enquanto projeto de Ser, confere esclarecimento ao comprometimento na busca da condição de sua totalidade. Assim, para o autor, a principal necessidade, inevitável à existência humana, é a de “seu ser-livre, é dizer, [...] que fora escolha de si mesma como liberdade” (p. 596) e como sentido da totalização histórica.

3.3.3 A práxis na apropriação da realidade

Nas falas dos sujeitos, ação é o que marca suas trajetórias de vida, aquilo com o qual eles se identificam e o que os identifica perante um coletivo. Ao falarem sobre si, descrevem as ações que fizeram e nas quais identificam quem eles são, ou seja, na forma de conhecer-se e reconhecer-se. Dizem que nas ações se revelam as características que lhes permitem reconhecerem partes do seu Eu.

Os integrantes do grupo definem que a ação é algo que precisam empreender, que está previsto num objetivo, numa intenção, numa idéia ou num pensamento. Assim, para Sartre (1998, p. 408), “o mundo, desde o surgimento do meu Para-si, se desvela como indicação de atos que fazer”.

Quando Sílvia disse que **“gostaria de fazer muita coisa até o fim do ano, muitas coisas boas, é o que pretendo; adquirir aquilo que nunca tive antes”**, e Antônio **“eu vou lhe dar o resultado, porque vou falar com a professora (dos filhos)”**, ambos associam a ação a um objetivo posto a curto e a longo prazo.

Pichon-Rivière (1997) escreve que a matriz motivacional subjaz na ação e na decisão e apresenta-se pela aprendizagem na utilização do instrumental para apreensão de um objeto. Essa matriz, por sua vez, é a conjunção das experiências do sujeito, com a expressão das suas necessidades e com seu aparato instrumental. Nesse aspecto, o autor formula os princípios do esquema conceitual, referencial e operativo (ECRO), que é o conjunto de conhecimentos, atitudes e afetos que o indivíduo utiliza “e com o qual trabalha em relação com o mundo e consigo mesmo” (p. 80).

Nos relatos, a ação possui o objetivo de atender uma necessidade, sendo esta que dá o matiz e justifica os atos. Por outro lado, os sujeitos também mencionam que a execução de uma ação pode ser oposta às necessidades, por exemplo, no dizer de Marinês **“nós não tínhamos brinquedos, minha mãe fazia boneca de pano e eu destruía tudo”**.

A práxis é a mediação “que transforma o inerte em matéria trabalhada, assim como [...], impõe sua mediação à multiplicidade prática que nos totaliza” (SARTRE,

1995a, p. 203). Nesse sentido, a necessidade toma a forma da totalização quando a práxis interioriza o exterior pela ação e quando, intencionalmente pelos instrumentos, exterioriza a interioridade.

Em geral, os atos são comentados pelos integrantes do grupo, com a conotação de atribuição e de responsabilidade, principalmente nas exigências de cuidado e educação dos filhos, a busca de formas de sobrevivência e a inserção no espaço comunitário. Mas, Juraci se isenta de uma atribuição, contando que **“o pessoal nunca mais pagou (a moradia), desde aquela troca de governo que ninguém mais pagou, e o pessoal se acomodou, inclusive eu”**. Assim, não empreender um ato é justificado pela co-relação com outros atos.

Com essas observações, os sujeitos entendem que fazer ou não fazer uma ação depende das possibilidades, das condições e dos instrumentos para sua materialização. **“A gente não tinha brinquedo, mas não por maldade, não por ruindade, é porque ela (a mãe) não tinha condições”**, é uma informação da Rosa que tematiza a configuração das condições da prática na trajetória de vida dos integrantes do grupo.

Conforme Pichon-Rivière (1997 e 2003), o sentido da práxis não está somente na intervenção da realidade através do instrumental acionado pelo sujeito. Mas, também, na criação do instrumento operacional, no próprio campo de trabalho, estabelecendo o marco das condições da práxis humana.

O entendimento da ação está diretamente visualizado na sua realização. Por isso, Sônia entendia que **“não é uma questão de querer, é questão de poder”**, expondo a dissociação entre um objetivo e os meios para que aconteça uma prática.

Neste aspecto é possível fazer o paralelo com a falta de perspectiva, tão recorrente nos diálogos destes sujeitos. Talvez, porque expressam que a ação também revela um ter. Em função disso, numa das discussões das pretensões para o período do contrato do PETI, Marinês ponderou que **“tem que fazer o certo pela gente, tem que pagar”**, e Sônia afirmou que **“mas para pagar tem que ter para pagar”**. E complementaram com exemplos de atos dependentes do ter condições materiais e financeiras.

Nos relatos, as ações são referidas nas dimensões da temporalidade e da espacialidade comunitária e societária. As ações do passado são revisadas, como já vimos, nas suas conseqüências e as do presente, são verbalizadas como exemplos do que são e do que possuem os sujeitos. A temporalidade pode ser encontrada no apontamento do que é pertinente ou esperado da ação, de acordo com a referência das faixas etárias.

A expectativa diante de um ato a ser realizado ou intrínseco a outro ato aparece como apreensão do futuro, contudo colocado em forma de perguntas por Scheila: **“minha gurizada ainda não está nesta idade (adolescência), mas, não sei o que vou fazer”**. Este ato também é questionado por Juraci: **“dizem (o poder público) que a gente vai pagar vinte anos (a moradia) e nunca vai ser da gente”**. Assim, “teoria e prática se resolvem numa práxis permanente e concreta no ‘aqui e agora’ de cada campo assinalado” (PICHON-RIVIÈRE, 1997, p. 120). O *parasi*, na sua relação de negação porque tem que ser seu Ser a partir da *falta*, necessita existir e temporalizar-se na ação com todos os seres.

Os integrantes do grupo vinculam ação e corpo, discriminando as sensações de cansaço e prazer e as repercussões oriundas de doenças e limitações físicas.

Porém, não atribuem ao corpo a possibilidade ou responsabilidade pela existência de um ato. Dessa forma, compreendem que o corpo sofre o ato, mas não ocupa o lugar de autor da ação.

Sartre (1998, p. 436) afirma que “o corpo aparece a partir da situação como totalidade sintética da *vida* e da *ação*”. É importante retomar a questão do olhar, enquanto ato intencional da consciência que faz o encontro dos sujeitos e repõe a assunção do *nós*. Nesse ato, “a aparição do próximo na minha experiência” (p. 296) é o que assegura, segundo o autor, a argumentação de que o Outro constitui a experiência do Eu. Por isso, a apreensão de si, do Outro e do mundo são atos simultâneos e correlativos que fixam as possibilidades da liberdade.

Além disso, ter possibilidade ou ter capacidade é mensurado através de possuir ou não um saber para a execução de uma prática. Quando terminaram a técnica da montagem do diário, por exemplo, questionaram se o que escreveram ou desenharam era o que, realmente, deveria ser feito porque não sabiam como desempenhá-las. Na perspectiva Pichoniana, a ação é uma operação que se desdobra na estratégia externalizada na tática que, por sua vez, se materializa na utilização dos instrumentos técnicos que dão visibilidade às potencialidades da logística.

No processo grupal, a ação fica, primordialmente, na expressão verbal dos integrantes. Nessas análises, destaco a expressão da homogeneidade no julgamento do ato participativo restrito à fala. Outras formas de participação como o fazer ou expressar-se corporalmente são considerados pelos sujeitos somente quando associados ao poder falar. Por exemplo, o silêncio é sempre percebido como ausência ou como não-participação.

Nesse ponto, é possível destacar o entendimento dos sujeitos de que um ato traz resultados para eles ou para outras pessoas. Ao dizerem isso, sinalizam que um resultado ou um produto serve de indicador para avaliarem as necessidades e decisões próprias e as do Outro. Assim, é pela verificação das repercussões que aprovam ou reprovam suas ações, pois, diz Scheila, **“tem que pensar que pode se arrepender”** e que há relação entre uma ação prática e uma ação reflexiva. A confrontação crítica de uma prática resulta nos processos de ratificação e retificação da interpretação teórica, permitindo a ampliação do manejo da ação e do objeto da ação (PICHON-RIVIÈRE, 1997).

Nesse aspecto da repercussão emerge a verbalização da apropriação das conseqüências dos atos e é, a partir disso, que os sujeitos os definem como próprios ou alheios. Seguindo essas reflexões, assim como o conhecer e o reconhecer são indissociáveis na relação Eu-Outro, o ato também pode ser considerado um momento de intenções e concepções compartilhadas. A práxis, no entender de Pichon-Rivière (1997 e 2003), deve ser estudada pela noção de sujeito em vínculo com o Outro, pois, não se poderia conceber a apropriação de um objeto ou a modificação da realidade que não incluísse, pela prática ou pelos resultados desta, a existência do Outro.

Quando Marta disse que **“a família da minha mãe é toda dessa igreja, eu acompanho eles para seguirem o ritmo”** ou quando falou sobre as atividades do cotidiano, *o fazer com* refere-se ao caráter de potencialidade, perpassado numa intenção, num objetivo ou numa necessidade comum. Na cumplicidade de uma prática manifesta o estímulo e a iniciativa do Outro, assim como Juraci, **“eu e meu**

tio, nós jogávamos e ganhávamos e nós escondíamos (o jogo) para ninguém pegar”, expressando que os atos implicam na existência do entorno.

Ou ainda, que pode ser considerado numa atitude de adesão a um projeto alheio, mas que passa a se caracterizar como próprio, adquirindo a noção de ação comum. Por outro lado, Sílvia argumenta que **“ninguém quer tirar (recolher material reciclável) nada para ninguém”** revelando a negação de uma ação por ela não ser comum ou porque nela não há a colaboração de outras pessoas. Os sujeitos não referem que o estabelecimento do vínculo também é uma ação exercida sobre si e sobre o Outro no marco da realidade temporal e espacial. O *nós* significa o reconhecimento de que “o explicitamente posto é uma ação comum ou o objeto de uma percepção comum” (SARTRE, 1998, p. 512) pela unificação de um projeto unificando o *eles*.

Muitas vezes, os integrantes do grupo reportam-se às conseqüências de um ato para o desconsiderarem. No entanto, não refletem que a ação contempla a sua negação, e mesmo com a tentativa de negá-la não é possível retirar sua existência. Pois, a ação é assim denominada quando já aconteceu, ou seja, quando já tem sua existência. Em outras palavras, ato e conseqüência do ato passam a ter a mesma concepção para os sujeitos. Então, não percebem que poderiam anular ou neutralizar seus efeitos, mas, quando empreendido, ele não se extingue.

Destaco que a referência à questão do trabalho pode ser sintetizada como: a identificação dos sujeitos nas suas trajetórias de vida e enquanto integrantes deste grupo está prevista num objetivo, atende uma necessidade; é uma responsabilidade individual ou compartilhada; indica inserção comunitária; depende de condições para sua execução; traz efeitos sobre o corpo e, às vezes, seu produto não é mensurado.

Porém, as reflexões dos sujeitos não articulam essa caracterização das atividades laborais. Entendo que, pelo exposto até aqui, a dissociação dos elementos do trabalho, enquanto ação materializada, indica a impossibilidade de síntese totalizadora e de expressão do Ser do homem num destino comum.

Em Sartre (1998, p. 546), isto está colocado no projeto como a transcendência às minhas possibilidades e a condição para que haja História, pois, “a liberdade [...] obriga a realidade humana a *fazer-se* em lugar de *ser*”. Essa análise remete à questão do processo de alienação do produto da práxis, apreendido sobre o inerte. Ou, quando não se considera que “a matéria trabalhada, como exteriorização da interioridade, produz o homem que a produz ou que a utiliza enquanto que, no movimento totalizador da multiplicidade que a totaliza, tem que reinteriorizar a exterioridade de seu produto” (SARTRE, 1995a, p. 203).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação da configuração da alteridade, no processo do grupo do PETI, buscou elucidar a identificação destes sujeitos, na experiência da convivência, num mundo constituído de ações e objetos, e marcados pelo entendimento que possuem da realidade sociohistórica. Os sujeitos da pesquisa apresentam a noção do Eu extraída de suas trajetórias de vida compostas de situações de vulnerabilidade socioeconômica. Para eles, essas são as referências para se apropriarem dos aspectos de sua identidade. Quando dizem que não conseguem verbalizar quem são, entendo que isto decorra das inúmeras privações que compõem suas trajetórias. Ou, ainda, porque dizer quem são, significa se defrontarem com o que lhes falta de recursos, meios e gratificações para organizarem suas sobrevivências. Ou seja, estão privados de condições que dêem significado de valorização para suas existências.

O conhecimento e o reconhecimento de si requer que os sujeitos possam identificar essa trajetória e perceberem que poderão construir outros rumos para suas histórias, através da leitura crítica dessas faltas e dessas limitações. O fato de declararem que o obstáculo está em não saber como modificar seu processo de exclusão dos bens e serviços societários é o indício de que percebem o Eu nesta perspectiva. Não é pelo desconhecimento de suas histórias e do seu contexto

sociopolítico que poderão elaborar seus projetos de vida. Reverter a impossibilidade de visualizarem perspectivas de futuro depende desta etapa de percepção de sujeitos excluídos das condições e das oportunidades presentes na garantia dos direitos básicos.

Além disso, os relatos de que suas trajetórias estão orientadas pelas questões do trabalho, sinalizam que é por esta via que compreendem o que lhes acontece e o que lhes poderá acontecer. Visualizo isto quando revelam o exercício das atividades produtivas como uma expressão das suas limitações reproduzidas nas questões da escolaridade, da habitação, da saúde, etc. Assim sendo, o fundamento do sentido da existência também depende das perspectivas elaboradas a partir da inserção no mundo do trabalho que dê o acesso aos meios de uma vida digna.

As características do Eu são apreciadas, pelos integrantes do grupo, através da referência do Outro compondo suas vidas. Verbalizam essa referência pela afirmação e pela anulação dessa existência. Essas são as formas como delimitam as inter-relações humanas, avaliando-as nos significados para suas existências. Nesses parâmetros, a possibilidade de vincularem-se é verificada pela integração ou separação do Outro na organização do cotidiano.

Assim, a experiência do Eu está em conexão com o entorno e com o Outro, através da consciência que repõe os atributos do *para-si* com a intenção de romper com a nadificação da determinação estática de si mesmos. A facticidade é uma indicação transcendente para alcançarem aquilo que os denomina na autenticidade de escolherem-se e de apropriarem-se de suas existências. Suas vivências do porvir da realidade humana apresentam-se como objetivo da práxis, fundamentada no

compromisso histórico de revelarem suas possibilidades de se constituírem sujeitos. Esse modo de ser manifesta-se nas dimensões da temporalidade e permite caracterizar-se como presença no mundo implicada na realização do projeto de fazer-se concretamente como homens.

É, portanto, na visualização dos sujeitos do modo de serem como *para-si*, com o caráter de constante transformação e construção que eles podem conceber que são passado, presente e futuro de algo, no modo de *ser-no-mundo*. Quanto ao fato de manifestarem que não se vêem nesta constituição, atribuo-o aos motivos de que reproduzem um projeto que não consideram próprio. Compreendo isto pelas verbalizações de que não encontram a contemplação de suas necessidades e tampouco a dimensão da totalidade totalizante neste projeto.

O exercício do trabalho infantil, a impossibilidade de inserção no mercado de trabalho com condições dignas, a baixa escolaridade, as condições precárias de habitação, a incidência de abuso sexual e de situação de rua de crianças e adolescentes, são algumas das situações que compõem o histórico dos sujeitos. Considerando este histórico, suas vivências da temporalidade e da espacialidade se fragilizam e produzem uma descaracterização, levando-os a viverem uma apreciação ofuscada da realidade porque nesta não se incluem enquanto cidadãos. Nisto transparece o congelamento da temporalidade que se assemelha às considerações de que não visualizar o *vir-a-ser* é como ter o cotidiano vivido pela morte, sem história e sem protagonismo. Por isso que a possibilidade do *homem em situação*, no lugar de relação com o entorno deve também ser conferida pelo reconhecimento do Outro que reitera a experiência compartilhada do Eu. Pois, o

olhar do Outro demarca a convivência na organização da existência e justifica a interpretação do caráter social do homem.

A alusão dos integrantes do grupo sobre o conhecer a história do Outro ou que ele conheça as suas, estabelece um ponto de contato para formar um relacionamento. Os sujeitos ponderaram prós e contras, fácil e difícil, bom e ruim problematizando a relação Eu-Outro. Quando dizem que o Outro lhes produziu danos, estão afirmando que suas vidas estão marcadas por estes fatos e que não podem negar a presença alheia na apreensão de si mesmos. Essa inevitabilidade coloca-os em momentos de confusão e contradição na reflexão sobre os espaços e fatos do entorno. É por isso que fazem o manejo desses conflitos, remetendo-os ao âmbito da questão da necessidade, justificando cada aproximação e distanciamento relacional.

Mesmo assim, não é possível a negação do vínculo porque produziria a despersonalização. É necessário reconhecer o diferente, estabelecer um vínculo, distinguindo o que é do Eu e o que é do Outro. A delimitação dessas diferenças se impõe para objetivar a mutualidade e a simultaneidade sem que isto seja motivo de descaracterização de cada sujeito, o que me leva a entender a relação e a diferenciação entre os integrantes do grupo como organizadores da própria identidade respeitada na sua singularidade.

Em outras palavras, a percepção de si mesmo e do Outro se revelará no projeto de intervenção na realidade, pela instrumentação adquirida, que demonstra a identificação com o Outro. O Outro pode limitar, mas não ser um obstáculo efetivo à liberdade do Eu porque o sentido da liberdade alheia é interpretado pela liberdade própria.

Nessa reflexão, destaco as referências que os integrantes do grupo fizeram sobre o próprio corpo e o corpo alheio a partir das atribuições corporais para atender as responsabilidades e necessidades humanas. Porém, descaracterizam o corpo denominando-o, exclusivamente, com a noção de instrumento dessas atribuições, não o percebendo como materialidade da existência temporal e espacial no mundo. Entendo que não consideraram o corpo associado às instâncias da consciência e do entorno porque esta associação exige a restituição da valorização corporal, a qual precisa dos atos da consciência intencional de construir-se e construir o mundo e do reconhecimento do corpo como o lugar das escolhas e decisões.

A noção da alteridade, imbricada na dimensão corporal, significa a cumplicidade entre o que é próprio e o que é alheio na intermediação da consciência com o mundo. Além disso, a revelação da corporeidade, como recuperação da totalidade dos sujeitos, está pautada na existência do terceiro que repercute na noção do *nós*.

No entanto, isso requer a assunção de uma atitude protagônica que fundamente a atitude de querer e poder. Identifico a dificuldade que os sujeitos expressaram em conhecer-se e reconhecer-se, nas suas escolhas e decisões, pela incerteza que vêm nas suas implicações com o resultado de suas práxis na realidade e pelo sentido de fracasso que referem na organização da sua sobrevivência. Suas falas da noção da inércia se fundamentam nas restrições das suas experiências para desenvolverem ações de liberdade, pois, a realização da liberdade de serem e fazerem desemboca na superação dessa inércia e lhes repõe o caráter de potencialidade humana.

A possibilidade de escolherem-se e de empreenderem uma práxis de constante *vir-a-ser* fundamenta a construção de atos de liberdade, revertendo sua condição inerte. A liberdade da ação é o que marca a interdependência do projeto, temporalizado e situado corporalmente, dos integrantes do grupo na materialidade das suas relações de protagonismo, revertendo suas situações de *em-si* em *para-si*.

São os atos que dirigem o projeto da realidade humana pela premissa de impossibilidade de não se escolher enquanto liberdade de *ter-que-ser*. Ou seja, entendo a condição dos sujeitos na qualidade de ator ou espectador de uma ação sob a ótica do engajamento, em que os conceitos de alteridade estão postos na responsabilidade da relação Eu-Outro, no compromisso com o *para-si* e com o *ver-se homem em situação*.

A necessidade humana de operacionalizar os objetivos de um projeto próprio, apartando-se dos processos de alienação, requer a unificação das práxis atuais transformando as práxis cristalizadas. Remeto este parâmetro à abordagem da conformação do processo grupal, reconhecendo-o como ruptura da serialidade e da dispersão do campo prático-inerte, através da definição do objetivo e do objeto da práxis comum. Por isso, a existência de um grupo necessita de atos totalizantes dos sujeitos, interiorizando e exteriorizando o aspecto instrumental e operacional para retificarem e ratificarem o produto de suas inserções na realidade. Assim, não é pela reprodução de um projeto alheio, mas pela elaboração de um projeto próprio.

Em grupo, os sujeitos podem experimentar a alteridade pela designação da tarefa grupal e do instrumental que organiza a vivência da comunicação e da aprendizagem na correlação do pertencimento, da cooperação e da pertinência na reflexão e na ação sobre a realidade. É importante assinalar que, embora os sujeitos

façam o contraponto entre presença e ausência nos encontros grupais, ambas as situações se relativizam quando se referem ao estabelecimento do vínculo. Ou seja, quando relatam intensidade vincular com um sujeito ausente, mas que é integrante do grupo, por exemplo, demonstram que a estrutura vincular adquiriu o significado da mútua representação interna, e que o vínculo dinamiza o acontecer grupal e conforma uma das ações que eles empreendem para constituir o grupo.

Posso afirmar que o pertencimento a um grupo também unifica a liberdade dos sujeitos como necessidade e como formalização do *nós*, pela implicação relacional e intencional de totalizar a multiplicidade das suas práticas. Essa reciprocidade unificadora dá respaldo para que se enfrentem com o risco de dissolução de seu grupo em serialidade e com a inércia do seu movimento grupal, e para que alcancem o conhecimento próprio e alheio, superando os obstáculos da reflexão e da práxis na realidade, ampliando a análise da alteridade pela contemplação do terceiro e formalizando o “nós”.

Atribuo ao processo grupal a possibilidade de conhecerem-se e reconhecerem-se, no *ser e fazer com*, organizando os entendimentos da condição humana pelo resgate das potencialidades presentes nas inter-relações dos sujeitos que lhes dão a noção de totalização e unificação do seu universo. Nessas ponderações, reitero a necessidade de projetarem-se para superarem a sua serialização e para figurarem na totalidade de um grupo e de um entorno.

A fusão da liberdade com a necessidade na constituição de um grupo, marca o primeiro ponto de aproximação dos integrantes do grupo na reciprocidade das suas circunstâncias. No entanto, a necessidade, isolada de outros elementos da vida cotidiana, não garante que eles se unifiquem. Mas o estabelecimento de um objeto e

de um objetivo comum no campo da práxis comum, pela relação de alteridade totalizada pela existência do terceiro, viabiliza a experiência de serem um grupo.

Na maioria das falas, os encontros do grupo do PETI são o único momento em que os integrantes julgam estarem inseridos em um processo de participação. Embora falem dos empecilhos para comparecer aos encontros, ficar em silêncio ou dizer que esqueceram qual era a pauta, ressaltam a importância do estar em grupo. E refletem sobre a questão da presença do Outro, afirmando que estar e pertencer a um grupo indica uma atitude e uma postura frente à vida. No meu entender, essa afirmação contempla os parâmetros de convivência baseados no uso da palavra e da escuta, no cuidado com a discricção dos assuntos tratados e no compromisso de garantir um relacionamento nos encontros grupais.

A partir desses delineamentos, identifico a complexidade da formação de um grupo refletida nos princípios dialéticos que regem a síntese totalizante das relações humanas. Regem, também, o movimento constante de organizar as condições reais e materiais para atender as necessidades dos sujeitos e para abordar as contradições do campo prático-inerte e do prenúncio de retorno para a serialidade.

É nesse prisma que Sartre e Pichon-Rivière remarcam a importância de um projeto que signifique a consciência de livres relações humanas comprometidas com o contexto societário. Os autores inscrevem a noção de alteridade pautada no conhecimento e reconhecimento do estatuto de existência do Eu e do Outro, materializado na experiência da unidade unificadora dos sujeitos em grupo.

Para isto, a noção do Eu e do Outro não deve estar no marco da indeterminação, da indiscriminação e da desterritorialização. Porque o Eu e o Outro

estão demarcados num território e num tempo, e isto transforma a verbalização de solidão em ampliação da responsabilidade compartilhada. Essa noção também revela que os sujeitos diferenciam o seu mundo interno do mundo externo para integrá-los e organizar sua história. Pois, a negação da diferença pode instaurar a confusão e o caos, massificando os sujeitos. Porque distinguir 'quem é quem' ou vivenciar o processo de identificação e contra-identificação permite a aproximação da totalidade e a leitura da realidade. Ou seja, o problema está na intolerância ao diferente e não no seu reconhecimento.

Os sujeitos da pesquisa relutam em diferenciarem-se para se apropriarem de suas identidades. Na minha concepção, isso leva ao estreitamento na reflexão da alteridade porque eles não consideram que exista concomitância no fato de identificar-se ou não com outro sujeito. E que, de igual forma, é nesse fato que recebem a devolução da imagem que revela suas identidades. Afinal, é esta devolução que o Outro faz, com quem se identificam ou não, que delimita o que é meu, o que é teu e o que é nosso.

Apesar disso, os sujeitos mencionam os parâmetros da alteridade no contexto social, no âmago das transformações societárias e fundadoras das ações humanas. Não se pode nortear a questão da alteridade somente no nível da abstração ontológica. Tal questão se manifesta, também, nos pronunciamentos políticos, socioeconômicos e culturais dos e nos espaços institucionais e não-institucionais que se ocupam em manter a sua vigência.

A pergunta crucial do Homem sobre seu Ser lhe impõe uma distância de si mesmo para perguntar-se, o que lhe dá a possibilidade de *não ser* e lança-o aos desafios de construir o mundo ou resignar-se à condenação do destino. Assim, o

sujeito é lançado no vazio e nesta angústia precisa encontrar seus projetos de *para-si*, materializando sua condição humana com os Outros, no meio do mundo. Aqui, compreendo a argumentação do fundamento humano pela existência e não pela essência. Isto elimina a concepção da consciência inerte, amorfa, imutável. Se fosse a partir da essência ou da perspectiva de algo dado não haveria lugar para questionar, perguntar-se e fazer-se. O que permite o homem ser sujeito de sua própria história é o reconhecimento de sua existência com um projeto próprio que lhe viabilize ser protagonista.

Sob essa ótica, a alteridade é situada na supremacia da existência em relação à essência, quando posiciona o Eu e o Outro como partes ativas nas ações. Esse pressuposto reafirma que a noção de alteridade se amplia na organização grupal porque a fronteira entre o Eu e o Outro se dilui na dependência da presença do terceiro para afirmar que há um *nós*.

A análise da alteridade na configuração desse grupo do PETI expressa o processo que vivenciam da materialização desses conceitos, delimitados pelas características dos seus integrantes. Por este processo, este grupo está construindo a noção de alteridade nos moldes sartreanos e pichonianos, mas, tal empreendimento necessita de continuidade das reflexões e ações assinaladas ao longo deste texto.

A necessidade de distinguir-se tem provocado confusões na concepção de alteridade nas diversas ações políticas, econômicas, religiosas, entre outras, que norteiam a interpretação do que sejam o Eu e o Outro. Identifico essas confusões ou distorções expressas, por exemplo, nos processos de colonização, nos projetos sociais de atenção à população que reproduzem a injustiça social e na elaboração

de planos econômicos e programas educacionais e culturais, aplicados na esfera pública e privada, que perpetuam as desigualdades sociais. Por isso, detecto o perigo de interpretar a alteridade, unicamente, no viés da diferença.

Nesses exemplos, os pressupostos que designam o Eu e o Outro com suas respectivas justificativas para reger o cotidiano da humanidade atendem aos propósitos de afirmar a superioridade e a excelência de um Eu pelo aniquilamento do Outro. Não é sobre essa alteridade que se referem os autores citados. Mas fundamentam a alteridade como consciência do Outro e que, por ser consciência, passa pela reflexão do Eu-sujeito. Além disso, reafirmam que a condição do homem, essencialmente livre, possui a capacidade de revisar continuamente as marcas que leva, na sua experiência, dos atos opressores alheios. É por esse motivo que enfatizo os princípios da liberdade e do protagonismo compartilhado na reflexão sobre a alteridade para entender a totalidade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. (2002). *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID.

AMARAL, Lígia Assumpção. A diferença corporal na literatura: um convite a “segundas leituras”. In: SILVA, Shirley e VIZIM, Marli (orgs.). *Educação especial: múltiplas leituras e diferentes significados*. Campinas: ALB, Mercado de Letras, 2001.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. *Trabalho infantil e escolarização no meio rural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ANZIEU, Didier e MARTIN, Jacques-Yves. *La dinámica de los grupos pequeños*. 10. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1997.

_____. *O grupo e o inconsciente: o imaginário grupal*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.

BARRIGA, Ángel Díaz. Abordaje del registro de material en un proceso grupal. In: BAULEO, Armando y otros. *La propuesta grupal*. México: Plaza y Valdés, 1991.

BIEMEL, Walter. *Sartre*. Barcelona: Salvat Editores, 1985.

BRANDÃO, Carlos Roberto (org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Trabalho precoce: qualidade de vida, lazer, educação e cultura. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 55, nov, 1997.

CASTEL, Robert. *Las metamorfosis de la cuestión social: una crónica del salariado*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

COSTA, Antônio C. Gomes da. O histórico do trabalho infantil no Brasil. *Revista Retrato Social*. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, FESC – Fundação para Educação Social e Comunitária. Out., 1996.

FERRATER MORA, José. Autenticidad, Auténtico. *Diccionario de Filosofía de Bolsillo: A-H*. 2. ed. Buenos Aires: Alianza Argentina, 1994, p. 70-72.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formatação*. Explicitação das Normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: s.n., 2006.

GÓMEZ-MÜLLER, Alfredo. Ética y humanidad en el *Diario de Guerra* de Sartre: acerca de la 'vida que merece ser vivida'. *Revista Universitas Philosophica*, Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, n. 37, p. 13-42, diciembre 2001.

GUSTAFSSON, Jan. Figuras de la alteridad: visiones danesas de América Latina. In: CRISTOFFANINI, Pablo R. *Identidad y otredad en el mundo de habla hispánica*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1999.

JACQUES, Maria da Graça Corrêa. *Trabalho, educação e identidade*. PUC/RS, Tese de Doutorado, maio de 1993.

LAFUENTE, María Isabel. *Individuo, sociedad e historia*. Separata La filosofía y sus márgenes. Universidad de León – España, s/d.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. *A construção do saber*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

KUENZER, Acácia Z. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARTINS, Joel. A pesquisa qualitativa. In: FAZENDA, Ivani et al. *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1994.

MORENO, J. L. *Psicodrama*. 12. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1997.

OLABUENAGA, José I. Ruiz e ISPIZUA, Maria Antonia. *La descodificación de la vida cotidiana: métodos de investigación cualitativa*. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.

PAGÈS, Max et al. *O poder das organizações*. São Paulo: Atlas, 1990.

PFEIFFER, María Luisa. Intención e intencionalidad: aportes para aclarar un equívoco. *Revista Éndoxa: Series Filosóficas*, Madrid, Universidad Nacional de Educación a distancia, n. 16, p. 255-270, 2002.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *El proceso grupal: del psicoanálisis a la psicología social*. 27. ed. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1997.

_____. *Teoría del vínculo*. 23. ed. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2003.

RIGGINS, Stephen Harold. Tehe rhetoric of othering. In: _____ (ed.). *The language and politics of exclusion*. London: Sage, 1999.

ROCHA, Marisa Lopes da e AGUIAR, Kátia Faria. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Revista Ciência e Profissão*, ano 23, nº 4. Conselho Federal de Psicologia, 2003. <http://revistacienciaeprofissao.org/artigos>.

SARTRE, Jean-Paul. *El ser y la nada*. 10. ed. Buenos Aires: Editorial Losada, 1998.

_____. *Crítica de la razón dialéctica*. Libro I. 4. ed. Buenos Aires: Editorial Losada, 1995a.

_____. *Crítica de la razón dialéctica*. Libro II. 4. ed. Buenos Aires: Editorial Losada, 1995b.

_____. *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SCHOSSLER, Alexandre Baldasso. *Somos um grupo ou não? Uma investigação do processo grupal*. UFRGS, Dissertação de Mestrado, março de 2005.

STEREN, Tania. Da neutralidade ao compromisso: a construção do conhecimento científico na pesquisa social. *Cadernos de Sociologia*. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Porto Alegre: nº 3, p. 33-53, 1991.

TAYLOR, Steve J. e BOGDAN, Robert. *Introducción a los métodos cualitativos de investigación*. 3. ed. Buenos Aires: Paidós, 1996.

THIOLLENT, Michel Jean-Marie. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2003.

VIDIGAL, Luís. Entre o exótico e o colonizado: imagens do outro em manuais escolares e livros para crianças no Portugal Imperial. In: NÓVOA, António et al. *Para uma história da educação colonial*. Lisboa: Educa, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A presente pesquisa, para os fins de dissertação do Mestrado em Psicologia Social e Institucional/UFRGS, visa analisar a questão da alteridade no processo grupal.

Os dados e informações desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados o nome dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado.

A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo às pessoas entrevistadas e integrantes do grupo. Se no decorrer da pesquisa, o participante resolver não continuar, terá toda a liberdade de o fazer, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo. A participação dos integrantes do grupo será registrada por escrito, em crônicas feitas no momento do grupo e poderão ser gravadas em fita de áudio K7 ou sistema de vídeo, que serão transcritas e editadas, respectivamente.

A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a Assistente Social Márcia Jacoby sob a orientação do professor Dr. Sergio Antonio Carlos. Tal pesquisadora se compromete a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou atender qualquer necessidade de esclarecimento que eventualmente o participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente. Para isto fica o telefone (51)3344 2364 ou (51)3316 5283, com o professor Dr. Sergio Antonio Carlos.

Porto Alegre, de 2004.

Assinatura dos sujeitos de pesquisa

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE B – MODELO DE CRÔNICA

CRÔNICA DO DIA 01/11/2005

Pauta: Discussão do tema trabalho

No início deste encontro, a filha de Antônio veio avisar que ele foi à Alvorada buscar seu remédio e que ela trouxe o comprovante escolar do seu irmão. Quando ela saiu levando os vales-transporte e o aviso do próximo encontro para seu pai, começou o burburinho entre os integrantes do grupo sobre o tamanho da barriga de grávida de Scheila. São gêmeos?! – Não, diz ela, é uma menina.

Instalo o gravador e Mari diz que não conseguiu pegar o papel do SASE porque a secretária não estava: Aí, vou ter que ir lá esta semana. Logo, todos entregam os comprovantes escolares dos filhos.

Coordenadora: estes são os teus, Scheila?

Scheila: são do mês passado.

Elisabete: os meus também são do mês passado. Este mês eu ainda não peguei.

Coordenadora: o Lúcio passou aqui antes, Mari. Encontrou ele, no caminho?

Mari: encontrei.

Coordenadora: eu disse prá ele que tu ia levar o dia da próxima entrevista porque vocês não vieram na semana passada. E com a Elisabete e o Flávio parece que estamos brincando de gato e rato. Não conseguimos marcar a entrevista?

Elisabete: não, é que... (ficou olhando para Mari que tinha levado o agendamento para ela). Aquele dia, tu mandou de manhã, né Mari? E ele tinha pegado um servicinho e eu estava com as crianças pequenas e a minha guria grande estava doente dentro de casa. Não pude vir.

Coordenadora: o que o Flávio estava fazendo?

Elisabete: ele estava vendendo coisa na rua, tipo cearense, assim. Agora ele parou porque ficou doente.

Coordenadora: o que ele teve?

Elisabete: nem eu sei! Porque ele não foi no hospital, ficou uma semana de cama.

Coordenadora: mas o que ele sentia?

Elisabete: fraqueza, cansa no corpo, febre. Porque, hospital para o Flávio, só nos dias que tem que consultar.

Coordenadora: só na consulta marcada, tu quer dizer?

Elisabete: agora ele está um pouco melhor, está só um pouco cansado. Assim, fraco.

Scheila: mas ele tem que ir ao médico!

Elisabete: ele foi. Deram o remédio pra ele. Ele tinha consulta e deram remédio pra ele.

Coordenadora: ele estava assim por causa deste trabalho de vender artesanato?

Elisabete: sim.

(Flávio é portador do vírus HIV e não faz o tratamento com regularidade e necessito saber qual o entendimento da sua esposa)

Scheila: é que nem cearense, aqueles carrinhos que puxam, que vem panela, edredon, cobertor, toalhas. Sabe aqueles carrinhos grandes?

Coordenadora: sim. E ele gosta de vender?

Elisabete: ele gosta mais é da carroça.

Scheila: é cansativo, aquele enorme daqueles carrinhos!

Elisabete: e ele puxava o dia todo! Ele não está mais acostumado.

Scheila: aquilo ali é pesado, com um monte de coisa dentro!

Coordenadora: e ele conseguia vender?

Elisabete: ele disse que vendia bastante. Que ele ia receber por mês. Chegou a vender para R\$1.000. Mas aí, ele desacorçoou.

Coordenadora: pagaram os dias que ele trabalhou?

Elisabete: não. Estava para acertar, mas, até agora nada.

Coordenadora: ainda tem como acertar?

(eles sempre ficam sem o pagamento!)

Elisabete: ele não viu mais o homem.

Coordenadora: e agora?

Elisabete: paciência.

Scheila: mas, não recebeu nada?

Elisabete: não. Porque ele recém tinha pegado, três ou quatro dias...

Coordenadora: não tem nada para receber, destes dias?

Elisabete: tem. É 10%, cada dia, do que vendem.

Scheila: é comissão.

Elisabete: ele tem uns R\$80,00 para receber.

Coordenadora: como vai encontrar o homem?

Scheila: não sabem onde o homem mora?

Elisabete: sabemos, é da igreja também. Mas ele não foi mais lá. Ele disse para o outro irmão que trabalha com ele, que não ia mais, que ele estava doente e não foi mais lá. E aí, o irmão disse que ia acertar com ele. Mas não viu mais.

Coordenadora: tu disse que o Flávio agora está um pouco melhor. Talvez, agora, pode falar com ele e ver se ele pode pagar algo. Estes três dias trabalhados... não dá para perder.

Scheila: mas que é suado, é pesado aqueles carrinhos.

Elisabete: ele chegava esgotado e depois ia para a igreja. Por isso que ele ficou doente.

Coordenadora: acho que foi uma tentativa do Flávio fazer uma coisa diferente do que o trabalho da carroça. Eu lembro que vocês tinham comentado que queriam pensar uma outra coisa para fazer, além da carroça. O que o Flávio sabe fazer? Nestes anos, o que ele já fez de trabalho?

(Chega a Marta)

Elisabete: desde que eu conheço ele, é na carroça. Ele era também vendedor de rua. Faz 16 anos que ele não sabe o que é vender na rua. Faz jardim, vende terra.

Coordenadora: ele fez a experiência dele nestes três dias. E só a carroça, neste momento, não está dando para vocês. Então, tem que começar a pensar outra coisa que vocês já sabem fazer ou aprender outra coisa.

Elisabete: eu estou pensando em fazer faxinas. Agora o meu pequenininho já está mais grandinho, posso deixar com uma pessoa. Já falei com umas pessoas, se eles saberem, vão me falar. Para ajudar ele, porque ele sozinho não dá!

Coordenadora: mesmo que ele consiga outro trabalho, igual vai ficar pesado só ele manter a casa.

Elisabete: esgota ele. Também, sete filhos!

(Silêncio)

Coordenadora: e como estão vocês?

Marta: tudo bem, graças a Deus. Já passei no Posto e peguei meu remedinho. Hoje não fui trabalhar porque tinha a reunião.

Coordenadora: trabalhar no quê?

Marta: vender rapadurinhas.

Coordenadora: voltou a fazer isto?

Marta: voltei.

Coordenadora: tu tinhas dito numa reunião, que tinhas dado uma pausa neste trabalho para trabalhar com as faxinas?

Marta: eu trabalho também. O dia que não tem faxinas, vendo também. Posso ir um pouquinho, vendo rapidinho e dá tempo de vir para casa e pegar as crianças no colégio.

Coordenadora: se tu fizeres neste ritmo... Acontece que, antes, tu estavas num ritmo bem forte e te sentiste mal. (ela já teve suspeita de câncer de pele por estar pegando sol, vendendo na rua).

Marta: claro. Isso eu agora sei. A gente acostuma a trabalhar, né? Quando a gente fica parada, sei eu, fica só esperando aquilo ali. (Faz o gesto apontando ao recurso do PETI). Não dá! Vou à luta. Trabalho, três vezes na semana, na minha patroa; no resto dos dias, vou vender.

Juraci: é, já entra um dinheirinho, porque não está fácil a coisa. Está horrível.

Marta: agora a minha filha começou a trabalhar também. Graças a Deus. Pegou serviço também.

Coordenadora: ela pegou pelo CIEE?

Marta: não. Pegou no shopping, aqui no Triângulo. Este nome que eu não sei dizer.

Scheila: no Strip Center?

Marta: este aí.

Coordenadora: está onde, ali?

Marta: vendendo X Burger.

Scheila: tem um monte de lojas ali.

Marta: ela atende ali na lancheria.

Scheila: no Mac'Donalds?

Marta: é. Ela pega das 10 às 4 da tarde, por causa dos estudos. Tem que estudar.

Coordenadora: as coisas vão se encaminhando, Marta? (Lembrei da sua dificuldade financeira quando ingressou no PETI)

Marta: claro. Tudo ajuda. E o meu outro guri já pegou um curso de computação aqui, de graça. Está gostando. Porque as professoras, aqui, adoram ele. Ele queria sair e elas pediram para ele não sair. Ele adora ela.

Coordenadora: eu não falei com a minha colega (professora do filho) porque não trabalhei terça-feira de manhã.

Scheila: tu não trabalha mais aqui, nas segundas-feiras?

Coordenadora: trabalho.

Scheila: mas, fiz todas as entrevistas com a C!

Coordenadora: isto foi nas semanas que eu não estava aqui.

Scheila: pensei: a Márcia está de férias ou vai deixar a gente também?

Coordenadora: Estas duas vezes coincidiram de tu ter a entrevista e eu não estar. É porque tive que sair e ficou a C no meu lugar. Tem dias que eu estou aqui e ela não está e vice-versa.

Scheila: é porque, eu disse pra ela que tinha que entregar os papéis e ela disse os seus horários para me atender. Eu não quis comentar que pensava que tu não estava.

Coordenadora: podia ter comentado. Na última semana de cada mês, até dezembro, eu não vou estar aqui. E então, a C está e vai atender vocês. Até agora, a despedida foi da Sônia na outra reunião.

(Risos)

Juraci: ela mandou perguntar se esse mês ela não recebe?

Coordenadora: a princípio sim, não me disseram nada. Ela não foi ontem no banco?

Juraci: não foi. Porque está esperando que tu ligasse para ela.

Coordenadora: acho que deu confusão. Eu disse que eu ia ligar caso não recebesse ou se a Prefeitura me avisasse de algum problema com o papel que encaminhamos. Ninguém me ligou. Então ela precisa ir ao banco ver e qualquer coisa ela me procura. Tu diz para ela fazer isto?

Juraci: tá.

Scheila: mas já depositaram na segunda-feira, o dinheiro está lá!

Juraci: ela me disse que achava que ia pegar, porque a guria faz aniversário no dia 23.

Scheila: se já depositaram para nós, o dela também está lá.

Mari: D. Márcia, porque eu recebi R\$190,00? Às vezes, recebo R\$ 195,00?

Scheila: eu tiro R\$198,00, porque tem que ficar um saldo para não zerar.

Coordenadora: o banco exige que fique um saldo para não fechar a conta. Tu tiraste algum extrato? Mais de uma vez no mês? É melhor tirar saldos e últimos movimentos porque pode tirar várias vezes no mês.

Juraci: às vezes a máquina não paga dez reais.

Mari: é meu marido que tira! Eu não sei tirar. Desta vez foi o meu filho que tirou.

Coordenadora: vai e tenta aprender, Mari. Se o teu guri aprendeu... É melhor não envolver outras pessoas. Isto de cartão de banco é coisa que a família tem que fazer.

(Preocupo-me com a informação de outras pessoas retirarem o seu dinheiro e o valor ser menor)

Scheila: tu disse que o teu esposo não sabe, também?

Mari: não sei quem tira pra ele! Tem uma mulher que ensina.

Coordenadora: são as estagiárias que trabalham no banco e que estão lá para auxiliar vocês? E não podes pedir a outras pessoas.

Scheila: se tu não sabes mexer na máquina, elas vão mandar tu passar o cartão e tu vai digitar a senha e elas vão virar de costas. Foi difícil para mim aprender.

Juraci: eu pedia ajuda...

Scheila: eles falaram que não era bom pedir para outros da fila.

(Chega Sílvia)

Coordenadora: quem sabe Mari, tu colocas como um propósito de aprender, isto, este mês. E com a estagiária do banco, para poder ser orientada! Estas coisas são de segurança da gente, só dá para compartilhar com um adulto da família.

Scheila: se eu não tirar, é a minha mãe que tira. Tu tem que ir na hora que elas estão!

Mari: meu vizinho foi de manhã e, aí, eu não fui. Meu guri foi junto porque eu não tinha com quem deixar as crianças. Eu tenho que ficar em casa cuidando deles. Daí o meu guri foi tirar.

(Esta problemática já foi discutida na última reunião, querem trabalhar e não tem quem cuide dos filhos)

Coordenadora: tá bem, ele foi com um adulto. (o filho só tem dez anos!)

Mari: só que eu fiz errado. Depois fiquei pensando. Porque ele (o vizinho) pode pegar o número e guardar.

Coordenadora: não digo o vizinho, mas de uma pessoa que tu não conheça.

Mari: uma vez foi uma senhora que tirou para mim.

Coordenadora: vocês já viram os cartazes que diz, que a gente não pode pedir ajuda aos desconhecidos? Somente para os funcionários do banco?

Mari: eu não conseguia tirar.

(Ela se coloca como impossibilitada. Parece que é o emergente da discussão desse encontro)

Coordenadora: tens que treinar várias vezes. As estagiárias estão, ali, para isto. Não significa que em uma vez a gente já aprende. Mas, acho que são coisas importantes de aprender, até porque tu vais te sentir mais segura.

Mari: às vezes, o Lúcio (marido) não deixa eu ir receber. Mas, eu digo que, deixe eu ir, porque o dinheiro é para a gente. Eu tenho que aprender! Ele me chama de inútil. Tenho que ir uma hora para aprender porque senão, fico como uma inútil mesmo, sem saber fazer as coisas.

Marta: a Marinês não pode vir porque o gurizinho dela está doente.

(O assunto cansou?)

Coordenadora: a filha do Antônio veio avisar que ele foi à Alvorada buscar o seu remédio.

(silêncio)

Coordenadora: que tantas outras coisas que vocês não sabiam fazer e, agora, sabem, né?

Scheila: é mesmo.

Coordenadora: tem momentos que tu precisa levar os filhos junto, Mari.

Scheila: não quero me meter, mas se o teu marido te chama de inútil... daí, tu vai mostrar pra ele, que tu não é inútil.

Coordenadora: precisamos acreditar em nós mesmos, para depois os outros acreditarem. Tudo na vida vocês foram aprendendo.

Mari: tem que ir eu mesma para aprender!

Coordenadora: tu podes te colocar este propósito.

Scheila: se tu ir, cedo de manhã, não vai poder fazer nada porque as gurias do banco não estão lá. Agora, se tu chegar depois das 9:00 hrs, pode pedir...

Marta: eu não pego no caixa eletrônico, eu vou direto lá dentro.

Coordenadora: por que?

Marta: é mais fácil para mim, eles fazem pra mim. No mês passado bloquearam o meu cartão. Aí tive que pegar o dinheiro com a minha identidade. Entrei lá dentro e peguei.

Scheila: com a identidade?

Marta: eles pedem para desbloquear. Acho que eu botava o meu número errado.

Scheila: no mês passado bloqueou o meu cartão e não era isso! Eu não erro mais a senha!

Coordenadora: o que eles te explicaram?

Scheila: a moça mandou ir na minha agência para desbloquear. Ela me explicou que eu errei a minha senha e eu disse que não erro a senha. Quando eu tava na cooperativa, eu usei esta conta (do PETI) para eles depositarem o meu salário. E não bloqueava no final de semana! E agora, está bloqueando no final de semana!

Sílvia: eu não gosto disto de usar a mesma conta para dinheiros diferentes. Quando botei o pai da minha filha na justiça, o pessoal do banco disse que eu podia usar a mesma conta para os dois depósitos. Não queria misturar as duas coisas.

Coordenadora: então não é só a Mari que tem que aprender coisas.

Marta: não. Eu vou direto lá dentro, é fácil.

Scheila: tu não sabe mexer!

Marta: eu já tirei duas vezes. A moça me ensinou. (responde, olhando para Scheila). Me embaralho com as letras.

Coordenadora: pode levar anotado.

Marta: dou o cartão pra ele e dou a identidade e ele (o funcionário do caixa) faz pra mim.

Sílvia: é um saco quando eu não consigo tirar.

(Falam todos juntos, não consigo entender)

Scheila: na sexta-feira, eu tava mal dentro de casa e, aí, fui no sábado tirar o dinheiro.

Sílvia: minha irmã foi comigo no sábado e eu consegui tirar.

Marta: eu não consigo tirar.

Coordenadora: os motivos para bloquear são errar a senha, pode ser um cartão roubado e bloqueiam o cartão. Outro motivo é o caixa eletrônico estar fora do ar e aparece como bloqueado e não é bloqueado. Outro motivo é ir num caixa eletrônico que não repuseram o dinheiro ou aparece uma mensagem do cartão não válido. Ou quando o cartão está com a linha magnética que não faz o contato com a máquina. Tem vários motivos.

Scheila: tive que ir lá na minha agência.

Marta: eu não fui lá. Ali dentro eles pegaram a minha identidade e desbloquearam o meu cartão.

Coordenadora: eles não desbloquearam o teu cartão. O que eles fizeram é o saque do dinheiro. Por isso que tu está recebendo com a identidade.

Scheila: a moça disse que o meu cartão estava bloqueado.

Marta: quando eu passei o meu cartão, a moça viu que ele estava bloqueado.

Coordenadora: por isso que tu precisa ir à agência.

Marta: mas não precisou ir lá. Mas aí, o rapaz desbloqueou por telefone.

Coordenadora: então não sei o que fizeram.

Marta: eles fizeram o desbloqueio por telefone.

Scheila: a Tânia (ex-integrante deste grupo) não ficou com o terreno dela lá na ocupação?

(Passaram, assim tão rápido, para outro assunto! Será que a história dos saques ficou cansativa ou incomodou?).

Sílvia: eu não sei. Eu vou lá só para olhar porque tem uma amiga morando lá. Era para mim pegar um pedaço mas, já tenho o meu aqui, não tenho tempo para estas coisas. Eu já tenho, para que eu vou tirar o lugar de quem precisa, se não vou cuidar? Não tem quem vai cuidar para mim.

Scheila: a Tânia pegou um lote do meu lado para a Suelen.

Sílvia: eu vou lá só passear e visitar.

Marta: minha cunhada fez a casinha dela de compensado. Ela tem duas meninas. A casa dela é bem perto dos postes de luz.

Scheila: a minha é bem encima. (Mostra com gestos a parte alta da vila)

Coordenadora: como está a organização lá?

Scheila: a minha mãe está cuidando. O pessoal do DEMHAB já foi lá.

Sílvia: estão botando luz e tudo.

Marta: tem um advogado mexendo com aquilo ali.

Scheila: tem. Ontem eles foram caminhar, lá no DEMHAB. É assim, aquelas terras já foram invadidas quando eu estava grávida do Luís. Faz 13 anos. Tem uma parte que é da T e uma parte que é de outra senhora. Foi tudo invadido e aí despejaram a gente. Daí, em dois anos, esta senhora tinha que botar alguma coisa lá em cima das terras. E ela não botou.

Coordenadora: isto que tu está falando é perto do quê?

Scheila: é perto da Colina. Ela (a dona das terras) está com um monte de coisa atrasada, impostos...

Sílvia: impostos.

Scheila: o do T nos tirou e ficamos na parte desta senhora. Já era uma parte invadida. A princípio, ainda estamos lá.

(Parece-me que não poderão ficar nesta área ocupada e, novamente, ficarão sem moradia)

Coordenadora: vocês precisam ir vendo.

Sílvia: por isso que eu não quis. Não quis ter que passar um tempo cuidando, limpando, serrando e martelando. E daí, depois ter que sair?

Marta: tem gente que não serve para isto. Minha cunhada está lá porque, a coitada, não tem onde morar.

Scheila: tem a maioria das pessoas que pegaram terreno porque não tem casa mesmo.

Sílvia: quem não tem, tem que ir atrás mesmo. Não matando e não roubando...

(Fazem o contraponto entre quem tem condições de comprar um terreno e construir uma casa de alvenaria e quem não tem estas condições)

Scheila: eu estou confiando e acho que vai dar certo. O DEMHAB foi lá e disse que a gente podia botar a casa.

Coordenadora: esta pessoa, da Prefeitura, sugeriu isto?

Scheila: foi. Para a gente botar uma casinha!

(Risos)

Coordenadora: vocês estão na luta e sabem o que fazem.

Marta: fizeram até casa de material! Para que fazer aquilo ali?

Scheila: a Márcia já tinha me falado para cuidar com isto. Agora tem umas pessoas que ganharam terreno lá na Figueira (novo assentamento).

Sílvia: mal posso cuidar de mim e dos meus filhos. Já tenho o meu.

(Silêncio)

Sílvia: passo os finais de semana com as crianças na minha amiga e volto de noite.

Scheila: foi difícil. Ficou eu e a Tânia junto. Cada uma pegava numa ponta para limpar.

Sílvia: agora está limpo.

Scheila: agora está limpo.

Coordenadora: eu não entendi. Onde é que tu ficas?

Sílvia: fico na casa da minha vizinha. Os filhos dela são da idade dos meus. Fico lá para pegar um ar. A junção...

(contam que comeram um lagarto enquanto limpavam a área ocupada)

Sílvia: lá é bom. As crianças correm, tem bastante sombra. Final de semana fazem um churrasco. É bom ficar lá. Tem uma boa sombra. Não tem uma casa em cima da outra. É porque é mato.

Coordenadora: por enquanto é assim. Se continuar neste ritmo que vocês falam, haverá muitas casas. Mas, é o que vocês querem, ter um lugar para morar, estarem tranquilos. Vocês lutam para isto.

Sílvia: não tem como tu ter o teu, canto! Porque não é fácil na casa dos outros. Tanto no pátio como na mesma casa. Eu não dou para isto. Não quero saber nunca mais de morar com os outros! Quero ficar no meu canto. Ela (a amiga) me disse, agora que tu tá sozinha com as crianças, porque tu não vai morar lá? Eu disse: pra quê? É só nos primeiros dias, depois, está todo mundo se grudando no pau. E um falando da vida do outro. Não, deixa eu aqui! Não quero morar perto de ninguém. Só mora eu e as crianças aqui agora mesmo. Eu vou pra lá, os primeiros dias é festa, depois começa o burburinho. Aqui não tenho problema. Fico na minha. Como bem e digo tchau.

Coordenadora: uma vez vocês já tinham comentado, aqui, da convivência.

Sílvia: nos primeiros dias é tudo festa e, depois, já não se acerta.

Coordenadora: vocês começaram, hoje, falando de trabalho com o relato da Elisabete, da tentativa do Flávio de ter outro trabalho e, agora, estão falando da moradia e das relações de vizinhança. E, como é este grupo? Dá para conviver?

(Agitam-se na cadeira e se olham. E passaram a falar com irritação)

Scheila: quem?

Coordenadora: este grupo.

Sílvia: aqui dá. Em vez de outros grupos que...

Marta: uns come os olhos do outro (referindo-se ao grupo da Figueira). Tudo o que acontece uma leva para a outra.

Sílvia: ficam falando se uma compra uma panela, um fogão...

Coordenadora: e por que vocês acham que acontece isto?

Marta: lá onde tem que mostrar as notas do que compram.

Sílvia: se envolvem muito um na vida do outro.

Coordenadora: vocês conhecem outros grupos?

Marta: aquela Assistente Social é... Tudo o que tu gastar ou não gastar tem que prestar contas.

Scheila: eu estava falando para uma amiga minha que aquela Assistente Social é diferente da minha...

(A culpa é sempre do Assistente Social?)

Coordenadora: eu acho que a gente tem que cuidar do que se ouve e do que se escuta...

Scheila: não estou falando mal dela.

Coordenadora: Tu conheces a Assistente Social de lá?

Scheila: não.

(Falam todos juntos)

Sílvia: o problema ali é que todo mundo mora perto. Nós aqui moramos em lugares diferentes.

Coordenadora: tu achas que isto ajuda?

Sílvia: ajuda. Lá é tudo junto, na mesma vila. Quase na mesma rua e, se facilitar, são vizinhas.

Coordenadora: mas, aqui também tem vizinhas...

Marta: mas o que ela fazer, eu não tenho nada a ver com a vida dela.

Coordenadora: mas, então não é porque mora perto?

Marta: claro. Isto daí é o certo. O que tu fazer. é problema teu.

Scheila: lá na minha rua, elas se agarraram no pau por causa desta história que uma levou, para a Assistente Social, o que estava acontecendo com a outra.

Sílvia: se fuma, se comprou um sapato para o filho ou não comprou... Isto não tem nada a ver.

Coordenadora: mas isto acontece nos grupos.

Marta: isto é chato!

Coordenadora: aqui também já aconteceu. E não significa que aqui a gente concorde com tudo o que o outro diz. Isto é um grupo, onde cada um pensa de um jeito e leva a vida de um jeito. Tem algumas coisas que são parecidas. A questão é como lidamos com as diferenças. Ou, como respeitam o jeito de cada um. Aqui estamos para discutir a forma de cada um pensar. Problemas de comunicação ou as fofocas, como vocês dizem, têm que ser discutidas no grupo para resolver no grupo. O dia que aconteceu, aqui no grupo, a gente trouxe para discutir, para esclarecer. É para isto que é, também, o grupo. Se voltar a acontecer, vamos falar para esclarecer aqui. Porque, às vezes, a gente não se entende. É um problema da comunicação.

Scheila: acho que cada um tem a sua vida, né?

Sílvia: cada um faz o que quer. Resolve, compra, faz o que bem entender. Vem no grupo e escuta o que tem para falar, se quiser falar, fala, se não quiser não fala.

Scheila: eu tenho que dar explicação é para a pessoa que está atendendo a gente.

Coordenadora: eu não sei o que acontece com o grupo de lá e por isso não posso discutir isto. Não trabalho lá. Acho que este exemplo que vocês estão trazendo serve para poder pensar como nós funcionamos...

Sílvia: para não ser igual a eles lá. Eu, por mim, isto não vai acontecer aqui.

(Entra a Kátia, cadastradora do Centro Regional, pra agendar o recadastramento).

APÊNDICE C – QUADRO DE ANÁLISE DO PROCESSO GRUPAL

Encontro	Nº de Integrantes	Pauta	Intervenção da Coordenação	Impressões
2	13 (do total de 18)	Escrever: o que gosto e o que não gosto em mim.	Retomo a proposta do encontro anterior e explico a continuidade da dinâmica com o tema “o que gosto e não gosto em mim”. Distribuí os diários e o material necessário para escreverem. Solicitei que contassem como foi a realização da dinâmica e o que escreveram. Dois integrantes não sabiam escrever e foi sugerido que pudessem pedir o auxílio de um colega. Minha preocupação era de que não conseguiriam escrever pela dificuldade que comentaram ao iniciar o trabalho, de que era muito difícil ter que parar e pensar em como era o “seu jeito de ser”.	O grupo manifestou dificuldade em pensar a respeito da pergunta disparadora. Ocuparam bastante tempo para escrever e terminaram dizendo que não sabiam se era aquilo que era para fazer. O grupo estava quieto.
<p>Análise do Processo Grupal</p> <p>Neste encontro faltaram dois integrantes. A dinâmica mostrou as dificuldades de pensar sobre “quem somos” e de expressar isto por escrito, seja pelo analfabetismo ou pela falta de hábito com a escrita e a leitura, seja pela complexidade que a própria questão enseja. Na leitura do material que escreveram aparece:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) no aspecto do que gosto de mim: a) referem suas características como sinceridade, bondade, amizade, ser o que é (aspectos físicos e de atitude na vida), b) as pessoas/coisas dos seus vínculos, os filhos em primeiro lugar, depois do marido/companheiro, netos, parentes, amigos, da casa, e dos bichos de estimação e das suas folhagens e de viver bem com a família c) atividades e afazeres como trabalhar, cantar, ter as suas coisas. (um integrante manifesta que gosta dos integrantes deste grupo) 2) no aspecto do que não gostam: a) referem aspectos de si como problemas de saúde, de serem contrariados, do seu tom de voz, quando fazem as coisas erradas, por não saber cozinhar e quando brigam com a família, de ser fumante, de ter facilidade para estar triste, de se maquilar, de ter autoridade sobre os filhos, b) dos outros, referem que não gostam quando brigam, de pessoas cínicas, filhos doentes, de fofoqueiros, de pessoas que se metem na sua vida, de quem maltrata os animais e de quem pratica a violência c) não gostam de serem interrompidos nas atividades e afazeres e de não poder fazer as coisas que sonham (alguns integrantes não escreveram este aspecto e outros que somente escreveram este aspecto) 				

Encontro	Nº de Integrantes	Pauta	Intervenção da Coordenação	Impressões
4	13 (do total de 18)	1. Preparação da apresentação no aniversário do Centro Regional 2. Aviso do trabalho da disciplina do Mestrado	Avissei que não continuaríamos com o Diário porque a instituição solicitou uma apresentação do grupo e teríamos duas semanas para organizar. Devolvi os diários. Fizeram a discussão de idéias da apresentação. Apresentei a proposta do trabalho da disciplina do Mestrado para o próximo encontro. Não foi possível fazer o relato das falas em virtude de que estávamos ensaiando a mostra da peça teatral.	O grupo demonstrou interesse na participação do aniversário do CEVI e no trabalho do Mestrado.
<p>Análise do Processo Grupal</p> <p>Não há registro das falas, somente documentação em fotografias, diante do pedido da instituição para este grupo apresentar algo que pudesse contar sua história. Primeiro trouxeram suas dúvidas, dizendo não terem nada para contar aos outros. A partir disto, resgataram suas trajetórias enquanto grupo, suas trajetórias de vida, o significado da instituição e do porquê pertenciam ao Programa PETI. Manifestaram suas inseguranças e medos. Com isto, pensaram alguns fatos/situações para compor a peça de teatro e decidiram como seria dramatizado. Optaram por deixar somente os diálogos necessários para o entendimento do enredo, pois entendiam que assim facilitaria para os integrantes que eram tímidos ou os que tinham dificuldade de falar sem microfone.</p> <p>Aos poucos, a história a ser contada adquiriu uma forma e passaram a pensar no cenário. Organizaram os personagens e o material necessário para compor o cenário.</p> <p>Os integrantes do grupo demonstraram operatividade e saíram comentando a expectativa com o momento da apresentação. Na verdade, foi um encontro que tratou de apresentações: no aniversário do Centro Regional, no meu trabalho da disciplina do Mestrado e da nova configuração do grupo, sem dois integrantes e com uma nova integrante. Parecia que eram situações pendentes que, agora, estavam sendo trabalhadas. Organizaram algo que reparasse o momento do encontro anterior. A apresentação gerou muita emoção no público porque trouxe a realidade dos recicladores, principal atividade produtiva destes sujeitos. Faltou somente uma pessoa no dia da apresentação.</p>				

Encontro	Nº de Integrantes	Pauta	Intervenção da Coordenação	Impressões
5	11 (do total de 18)	1. Avaliação da apresentação da obra de teatro. 2. Debate sobre o ato de guardar e a organização de coleções	Fiz o levantamento dos aspectos positivos e negativos da apresentação no aniversário da instituição. Devolvi as apreciações da Equipe Técnica sobre a apresentação. Retomei o tema do debate e dos objetivos desta discussão para a elaboração de documento proposto pela disciplina do Mestrado.	Os integrantes do grupo referiram alegria pelo sucesso da apresentação. No debate demonstraram interesse e colaboração, tratando de estimular uns aos outros durante as falas. Expressaram vontade de mostrar-se, de registrar-se.
<p>Análise do Processo Grupal</p> <p>Na abertura desse encontro, quando devolvi as apreciações da Equipe Técnica sobre a apresentação, os integrantes manifestaram que se sentiram valorizados e reconhecidos. Durante a auto-avaliação mencionaram aspectos que lhes parecia ter faltado e outros que perceberam que haviam superado. Estavam eufóricos e falavam ao mesmo tempo. No segundo momento desse encontro, retomei a explicação dos objetivos do trabalho para a disciplina do Mestrado, perguntando-lhes se aceitavam participar e já foram falando sobre o tema. Relataram o entendimento da questão a ser discutida. Foi um encontro em que os integrantes, com a reflexão disparada pela pergunta-tema, revelaram questões da sua infância e da sua trajetória de vida. Questões novas, até o momento, para os demais integrantes. Alguns demonstraram introspecção e manifestavam que estavam pensando ou ainda diziam que nunca tiveram nada para guardar. Quando anunciei a devolução da sistematização antes de entregar para a academia, mostraram curiosidade. Verbalizaram que tinham se revelado. Saíram emocionados do encontro e comentando o tema.</p>				

Encontro	Nº de Integrantes	Pauta	Intervenção da Coordenação	Impressões
13	7 (do total de 8)	1. Termo de consentimento da Pesquisa. 2. Rodada do Orçamento Participativo. 3. Palestra da próxima semana 4. Ausências no último encontro.	Abri o encontro com a discussão sobre as ausências dos integrantes e os presentes falaram sobre seus motivos e motivações. Avisei sobre a palestra com o tema AIDS para o próximo encontro e repassei o cronograma das rodadas do O.P. Expliquei minha Pesquisa do Mestrado, retomando o trabalho da disciplina que fiz com eles no semestre passado.	Este encontro foi permeado de verbalizações de sentimentos de cansaço e desmotivação.

Análise do Processo Grupal

Ao lançar o tema das ausências do último encontro, os integrantes passaram a dizer dos seus motivos (doença, trabalho e filhos). Nestes relatos, comentaram os obstáculos para manterem a frequência referindo sempre uma situação que envolvia outras pessoas e suas responsabilidades. As mulheres passaram a fazer um enfrentamento com os homens (integrantes e não-integrantes do grupo) atribuindo-lhes as causas pelas suas dificuldades em não poderem manter suas necessidades e não responderem aos seus compromissos. Para exemplificar, avisaram que uma integrante não tinha vindo aquele dia porque estava se separando do marido e sozinha organizava sua mudança. Durante esse enfrentamento me solicitaram que intervisse nas necessidades da sua comunidade, levando suas demandas para a reunião do Orçamento Participativo. Após este enfrentamento, os integrantes do grupo passaram a desqualificar o trabalho e atividades que alguns faziam e falaram sobre suas limitações corporais (cansaço, doença). Outros relataram alguma atividade de trabalho que coincidiu com o horário dos encontros do PETI. E duas integrantes referiram que voltaram a estudar e estavam muito cansadas. Relataram sentimentos de raiva e exemplificaram com relatos de atritos, brigas, pessoas de quem não gostam. Com o aviso da palestra da AIDS, os integrantes do grupo mencionaram que isto é parte do planejamento que eles fizeram no penúltimo encontro. E referiram curiosidade com a atividade. Quando expliquei a intenção de realizar a Pesquisa do Mestrado, a partir do material oriundo do trabalho desse grupo, lembraram a experiência anterior do trabalho da disciplina do Mestrado, perguntando sobre os seus resultados. Falei-lhes sobre a avaliação da professora, li o seu parecer que continha a informação de que o trabalho possuía entendimentos dos integrantes do grupo de forma clara e que poderiam continuar trabalhando outras reflexões. E que no momento não era possível sua publicação pela falta de aprovação do orçamento. A partir disso, dei seguimento às explicações do tema da minha pesquisa para materializar minha dissertação. Os integrantes do grupo perguntaram o que eu queria que eles fizessem para a Pesquisa. Disse-lhes que não era necessário fazerem outra coisa, mas que as próprias reflexões deles é que comporiam a Pesquisa.

Encontro	Nº de Integrantes	Pauta	Intervenção da Coordenação	Impressões
25	8 (do total de 9)	1. Retomada do tema do trabalho.	O encontro anterior fechou com a discussão das dificuldades de assumir um trabalho em função de não ter com quem deixar os filhos menores de sete anos. Assim, a idéia era seguir esta discussão. Antes que fizesse uma intervenção sobre esta pauta, os integrantes foram relatando suas dificuldades.	Os integrantes do grupo demonstraram preocupação diante da reflexão das condições de trabalho e das dificuldades de consegui-lo.

Análise do Processo Grupal

O início desse encontro foi com os avisos de quem não viria, da entrega dos comprovantes escolares e do agendamento das entrevistas para a próxima semana. Uma integrante justificou sua falta e a do marido na entrevista da semana anterior, dizendo que ele estava trabalhando de vendedor na rua e não agüentou o ritmo de trabalho e adoeceu. Desse relato passaram a mencionar outras atividades laborais que produzem desgaste físico, pouca valorização e falta de pagamento dos dias trabalhados. Em seguida, outra integrante relatou que voltou a vender doces e que conseguiu conciliar seu trabalho com a necessidade de buscar os filhos pequenos na escola e que sua filha mais velha conseguiu um emprego no shopping. No meio desses relatos, uma integrante me perguntou se eu não estava mais trabalhando todos os dias e se também ia sair da instituição. Comentam sobre a integrante que se despediu no penúltimo encontro, dizendo que ela não recebeu o último mês do recurso do PETI. Orientei que a avisassem para trazer os documentos necessários na próxima semana. Expressaram suas dúvidas em relação ao valor da Bolsa Família prevista no contrato do Programa PETI e sobre as dificuldades de acessar os caixas eletrônicos para fazerem os saques. Disseram que solicitam a ajuda de seus filhos pequenos, de vizinhos ou parentes para que façam este procedimento bancário. Com isto, passaram a se queixar de parentes que os tratam de inúteis porque não sabem utilizar o caixa eletrônico. Intevi dizendo que cuidassem para quem pediam auxílio nestes procedimentos bancários, pois é uma questão de segurança. Com a questão de serem 'inúteis' passaram a refletir sobre as coisas que já aprenderam a fazer e as coisas que precisam aprender. Alguns integrantes passaram a falar sobre a ocupação habitacional que fizeram numa área de terra próxima do Centro Regional, problematizando a questão da moradia e os custos com a luta para ter um lugar para morar. Criticaram os que ocupam terrenos sem necessidade, segundo o entendimento deles. Apontaram a necessidade de morar bem, de não terem problemas com os vizinhos, de terem espaço para os filhos fazerem lazer. Falaram das brigas na convivência com os vizinhos. Questionei como era essa convivência nos encontros desse grupo e comentaram que ali tinham uma boa relação, mas que conheciam grupos que somente brigavam. Relataram o que sabiam desse outro grupo. Atribuía-m estes conflitos à intervenção da Assistente Social do outro grupo, de que os integrantes são todos vizinhos, e que por isso todos controlam a vida dos outros, etc. Com isto, foram apontando como vêem seu grupo e como entendem o seu funcionamento para que não seja igual aos conflitos do grupo que conhecem. Terminaram o encontro apontando a questão da comunicação.